

# A Saúde segundo Cavaco

Se vai ao hospital, é melhor levar um molho de notas de conto: o cavaquismo adopta definitivamente o princípio de que quem quer saúde — paga-a — Editorial



Estudantes da JPC do ensino secundário (na foto) e superior reuniram no passado fim-de-semana em Lisboa

## Estudantes comunistas debatem situação do ensino

Págs. 10/11

**O PARTIDO COMUNISTA: DA REORGANIZAÇÃO DOS ANOS 40 AO 25 DE ABRIL**

Suplemento de 12 páginas com o texto integral da conferência de Álvaro Cunhal na Universidade Nova, e transcrição do período de perguntas e respostas

## Eleições nos Açores e Madeira: PCP analisa a situação nas Regiões Autónomas

Pág. 3

## Sistemas eleitorais, uma batalha pela democracia

— artigo de Luís Sá

Pág. 12



## Grã-Bretanha: a inesperada vitória dos conservadores

— Noticiário e crónica de Manoel Lencastre em Londres

Págs. 14 e 15

## A penalização da doença

**H**á anos atrás ficou célebre um ministro da AD responsável pela pasta da Saúde que sintetizou a orientação elitista mercantilista do seu Ministério, sentenciando: «quem quer saúde, paga-a».

O presente Governo de Cavaco Silva prossegue idêntica orientação e vai mais longe - penaliza a doença.

Não podem ser caracterizadas de outra forma as gravosas medidas governamentais, recentemente adoptadas, sobre as chamadas taxas moderadoras de saúde relativas às consultas, nos centros de saúde e hospitais, às urgências e aos meios complementares de diagnóstico e terapêutica, conjuntamente com o severo agravamento dos custos dos medicamentos resultante do aumento dos preços, da incidência do IVA e da redução das participações da segurança social.

O Decreto-Lei e a Portaria que estabelecem as novas taxas moderadoras de saúde, publicados no Diário da República de 11 de Abril, passarão a constituir um novo pesadelo para a generalidade das famílias portuguesas.

A doença, além dos padecimentos, transtornos e riscos que sempre representa, passa a acarretar custos muito pesados para a maioria dos orçamentos familiares.

As taxas moderadoras agora fixadas são bastante mais elevadas do que o Governo vinha a fazer crer, não têm o carácter simbólico que este lhes atribuiu, cobrem todos os cuidados de saúde e podem ser repetidamente cobradas.

Note-se que as consultas externas nos hospitais centrais passam a custar 600\$00 e as urgências 1000\$00. Acrescente-se que a seguir todos os meios complementares de diagnóstico e terapêutica são pagos. Há uma larga gama de preços que oscilam entre 900\$00 e 1500\$00, mas podendo atingir bastante mais, como por exemplo, os exames neurológicos fixados em 3000\$00, ou as tomografias axiais, em 3500\$00.

Quem pela força da doença se dirigir a um hospital central ou mesmo a um centro de saúde deve prevenir-se com alguns, não poucos, contos de réis, para que não seja abandonado a meio do tratamento.

É evidente que nestas condições a prevenção da doença que deve ser o traço essencial de qualquer verdadeira política de saúde é totalmente desencorajada e abandonada.

Dir-se-á que os diplomas governamentais prevêem um elenco de isenções para grávidas, menores de 12 anos, trabalhadores com remunerações iguais ou inferiores ao salário mínimo nacional, reformados com pensões inferiores àquele salário mínimo e portadores de algumas doenças crónicas. Mas assinala-se que os potencialmente isentos têm que fazer prova documental dessa sua

qualidade, o que em muitos casos será incompatível com a urgência dos cuidados que a doença reclama. Saliente-se também que a vasta documentação prevista na aplicação das taxas vai mergulhar os serviços numa nova avalanche burocrática, que além de dispendiosa lhes roubará a pouca eficácia que na maioria se regista.

A própria previsão das isenções põe em evidência a completa subversão do princípio constitucional da gratuidade dos serviços públicos de saúde, mesmo na redacção que lhe foi dada pela revisão de 1989 - «tendencialmente gratuito». Como os diplomas governamentais flagrantemente testemunham, o pagamento é que é a regra, a gratuidade a excepção (e já vimos como). Acresce que na lógica do Governo as taxas moderadoras podem ser ainda ampliadas aos internamentos hospitalares, são agravadas todos os anos de acordo com o índice de inflação e podem ainda ser elevadas, pois, o único limite é o de não «exceder um terço dos valores constantes da tabela de preços do Serviço Nacional de Saúde», como diz o Decreto-Lei.

O severo encarecimento da Saúde não é apenas o que decorre deste novo regime de taxas moderadoras para os centros de saúde e hospitais, junta-se-lhe um igualmente pesado agravamento dos custos dos medicamentos.

Deve salientar-se como mais um atentado ao direito à Saúde dos portugueses, a decisão do Governo de reduzir em 10% a participa-

**«O Decreto-Lei e a Portaria que estabelecem as novas taxas moderadoras de saúde, publicados no Diário da República de 11 de Abril, passarão a constituir um novo pesadelo para a generalidade das famílias portuguesas.»**

ção do Estado no preço dos medicamentos, precisamente, quando este foi onerado por força da imposição dos 5% do IVA e de uma actualização justificada pela inflação.

Como, sobre a hora, salientou o Gabinete de Imprensa do PCP, «a conjugação das duas medidas - redução das participações e aplicação do IVA - traduzir-se-á em aumentos mínimos de 28,5% e de 60,7% na parte dos custos dos medicamentos suportada pela generalidade dos portugueses, conforme se trate de medicamentos comparticipados até hoje, de 50% ou de 80%».

Os aplausos que estas medidas mereceram a certos sectores da comunidade social, de influência governamental, que enfatizaram especial-

mente a elevação em 5% da comparticipação aos pensionistas e trabalhadores com remunerações inferiores ao salário mínimo nacional, são reveladores das pressões instrumentalizadoras que se exercem sobre a opinião pública do nosso país.

Os aplausos ocultaram que este acréscimo de 5% de comparticipação é imediatamente devorado pela aplicação do IVA aos medicamentos. Ocultaram também que os portugueses que ganham qualquer coisa acima do salário mínimo nacional, quarenta e cinco, quarenta e seis, cinquenta contos (e quantos não são?) não têm benefício de 5%, mas agravamento de 10%. Ocultaram, por fim, que sendo já Portugal o país da CE onde o Estado menos despende com a saúde, por este caminho, de taxas moderadoras e redução das participações no custo dos medicamentos, se aprofunda o fosso que nos separa dos outros parceiros comunitários. Em matéria de pobreza, como foi recentemente revelado, e de injustiça social é que estamos no pelotão da frente.

As chocantes e gravosas medidas agora adoptadas pelo Governo do PSD no domínio da Saúde correspondem a mais um avanço da orientação cavaquista no sentido da desresponsabilizar o Estado de algumas das suas mais importantes obrigações sociais. Constituem ao mesmo tempo mais um passo para a transformação da Saúde numa área de negócio inteiramente franqueada às operações do grande capital. Com as taxas moderadoras nos serviços públicos de saúde pressiona-se a procura das clínicas privadas. Com a elevação dos custos dos medicamentos, no sector público e no privado, pressiona-se a corrida aos seguros de saúde em que as Seguradoras privadas se estão a especializar.

A circunstância de o ministro Arlindo de Carvalho ter escolhido um almoço com a Associação dos Industriais Farmacêuticos para anunciar as novas medidas do Governo em relação aos preços dos medicamentos diz tudo sobre quem beneficia com estas medidas e explica por que razão o Governo não adopta orientações que poderiam travar a elevação dos custos dos medicamentos, em que o PCP há muito vem a insistir.

Os atentados cometidos pelo Governo de Cavaco Silva contra o direito à Saúde dos portugueses põem em evidência a gravidade da revisão da Constituição de 1989 em relação à gratuidade do SNS e as responsabilidades nela assumidas pelo PS.

Não legitimam, no entanto, a verdadeira subversão dos princípios constitucionais que está em curso.

O que é legítimo é o combate e a resistência às taxas moderadoras de saúde e aos altos custos dos medicamentos, tanto no plano da luta popular, como no plano institucional.



Estudantes da JCP do secundário e superior analisaram no fim-de-semana os problemas do ensino em Portugal

## RESUMO

### 8 Quarta-feira

Um movimento de coronéis reúne em Oeiras e aprecia negativamente as anunciadas as medidas anunciadas pelo Governo para a redução de efectivos do quadro do pessoal superior das Forças Armadas. Os sindicatos afectos à UGT assinam um acordo com a administração da CARRIS e desconvocam a greve naquela empresa. No final de um plenário de sindicatos da CGTP, Manuel Carvalho da Silva manifestou preocupação pelo facto de o Governo não ter desmentido publicamente a notícia de que o Serviço de Informações de Segurança (SIS) tem estado a proceder a operações de vigilância sobre os sindicatos. O líder da OLP, Yasser Arafat, sai ileso de um acidente aéreo no deserto líbio que custou a vida a três membros da tripulação. O novo Governo francês anuncia a suspensão dos testes nucleares que habitualmente realiza no Pacífico.

### 9 Quinta-feira

A CDU apresenta a lista de candidatos para a Assembleia Metropolitana de Lisboa, liderada por Hélder Madeira, presidente da Assembleia Municipal do Barreiro. O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, profere uma conferência na Universidade Nova de Lisboa, incluída num conjunto de palestras sobre «A oposição ao Estado Novo». O PCP critica em nota de imprensa a diminuição das participações do Estado nos preços dos medicamentos. O PCP acusa o CDS de ter um comportamento «eleitoralista e totalmente alheio aos interesses da cidade e dos lisboetas» depois de o CDS ter anunciado que renunciava aos pelouros que detinha na Câmara da capital, cumprindo orientações do novo líder centrista, Manuel Monteiro. O presidente egípcio, Hosni Mubarak, inicia uma visita de dois dias a Portugal. As eleições na Grã-Bretanha dão a vitória, por maioria absoluta, ao Partido Conservador liderado por John Major e derrotando o líder dos trabalhistas, Neil Kinnock. A Bósnia-Herzegovina cria as suas próprias forças armadas para defender a proclamada independência enquanto prosseguem os confrontos entre as três facções rivais.

### 10 Sexta-feira

No primeiro dia do Congresso da JSD, confirma-se a indiscutibilidade da liderança de Pedro Passos Coelho. Termina a III Conferência Sindical sobre «As mulheres trabalhadoras». Numa reunião clandestina com representantes de diversos quadrantes da oposição, o vice-presidente peruano, Carlos García y García, presta juramento como Chefe de Estado com o objectivo de restaurar a democracia. Pouco depois García refugiar-se-ia na embaixada da Argentina com receio de uma ordem de prisão emanada pelo presidente Fujimori.

### 11 Sábado

Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, participa num debate sobre o futuro do distrito de Portalegre e acusa o Governo de discriminar algumas regiões do

País. Portugal tem 12,5 por cento dos pobres de toda a Comunidade Europeia, segundo um relatório de uma organização não governamental Oikos - Cooperação e Desenvolvimento. O IRA reivindica dois atentados à bomba no centro de Londres que fizeram três vítimas mortais. Colocar a questão da Irlanda do Norte no calendário do novo Governo britânico foi o anunciado objectivo.

### 12 Domingo

No fim-de-semana a JCP realiza duas conferências nacionais, uma sobre o ensino secundário e outra sobre o ensino superior. Cavaco Silva aproveita o encerramento do congresso da JSD para tecer duras críticas ao Partido Socialista. As mulheres da CGTP-IN exigem a revogação da medida que extingue a comissão parlamentar especializada sobre a condição feminina. Os apoiantes do presidente iraniano, Hachemi Rafsanjani, conseguem a maioria absoluta nas eleições legislativas do Irão. O português António Pinto vence surpreendentemente a prestigiosa maratona de Londres.

### 13 Segunda-feira

O presidente da República anuncia que as comemorações oficiais do 25 de Abril deixam de se realizar no Parlamento para passar para a zona de Belém, discursando apenas Mário Soares e o presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo, após o que se seguirá uma regata no Tejo. A CGTP manifesta-se contra a intenção do Governo de mudar anualmente os dias feriados para evitar a formação das chamadas «pontes». Regista-se um tremor de terra no centro-norte da Europa, com especial incidência na Holanda, o maior dos últimos 200 anos, a provocar apenas um morto. O governo russo demite-se depois de o Congresso de Deputados ter aprovado medidas que colidem com as reformas económicas de Boris Ieltsin. O líder trabalhista, Neil Kinnock, apresenta a demissão daquele cargo depois da derrota eleitoral da semana passada.

### 14 Terça-feira

A Comissão Permanente do PSD ataca os «métodos» da nova direcção socialista, acusando-a de querer provocar «um clima de confronto entre os portugueses». A Prevenção Rodoviária Portuguesa revela que os acidentes rodoviários custaram no ano passado 430 milhões de contos, cerca de cinco por cento do Produto Interno Bruto, e provocaram 2617 mortos e 69 889 feridos. António Champalimaud compra 51 por cento da Mundial Confiança e anuncia despedimentos «daqueles trabalhadores que o socialismo lá pôs». A introdução do IVA faz aumentar em 0,9 por cento a inflação no mês de Março. O Tribunal Internacional de Justiça rejeita apelo de Kadhafi para impedir a extradição dos suspeitos do atentado de Lockerbie. O congresso dos deputados do povo da Rússia faz marcha atrás e aceita plenos poderes de Ieltsin até Dezembro. A CEE e a EFTA rubricam o acordo que cria o Espaço Económico Europeu.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA - Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! - R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Fax: 3966793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS - Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra - Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guimarães, 4450 Matosinhos. Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa - Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa - Telef. (01) 395 21 93

Composto e Impresso na Heeka Portuguesa R. Elvas Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora Depósito legal nº 205/65

#### TABELA DE ASSINATURAS \*

PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 5.400\$00; 25 números: 2.700\$00

REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 6.786\$00

ESPAÑA — 50 números: 8.326\$00

MACAU — 50 números: 13.042\$00

GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 14.056\$00

EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA) — 50 números: 14.960\$00

EXTRA-EUROPA — 50 números: 18.760\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

# O «Avante!» e a preparação do XIV Congresso

À semelhança do que tem sucedido no quadro da preparação dos anteriores Congressos do Partido, cabe ao «Avante!» um papel importante na dinamização, enriquecimento e alargamento do debate interno que constitui base indispensável da riqueza, amplitude e profundidade da reunião do órgão máximo do Partido e das suas conclusões.

Desde há vários meses que o órgão central do Partido tem vindo a incluir materiais que se integram nesta direcção, nomeadamente os relatos de debates e conferências promovidos pelas diversas organizações do Partido e artigos e entrevistas abordando problemas que se encontram no centro das grandes questões em debate.

Este tipo de informação irá prosseguir e alargar-se até ao próximo Congresso, mas, igualmente à semelhança do que tem vindo a suceder, o «Avante!» vai abrir a partir do presente número as suas colunas à manifestação directa de opiniões por parte dos militantes do Partido.

Assim, a partir do primeiro número de Maio, o «Avante!» passará a incluir a secção **Cartas dos Leitores**, em moldes idênticos aos utilizados na preparação dos anteriores congressos e que mereceram a generalizada concordância da organização: máximo de 30 linhas por carta, reservando-se a Redacção do jornal a decisão sobre a publicação, como é normal, ou a inclusão de respostas ou esclarecimentos que a temática abordada recomende.

Tendo em conta a experiência da preparação do XIII Congresso (Extraordinário), o «Avante!», além do correio dos leitores, irá abrir igualmente as suas páginas a artigos e colaborações com dimensões superiores às que as exigências de espaço impõe a secção de correspondência. Assim, estes artigos poderão ter até 75 linhas dactilografadas a 60 batidas, sendo a sua publicação naturalmente gerida pela Redacção de acordo com as exigências de equilíbrio informativo de cada número.

O «Avante!» dará conta, nas suas páginas, de toda a correspondência e colaboração recebidas e, no caso de não publicação, informará directamente os camaradas signatários dos motivos da decisão. Além destes materiais, do normal noticiário da actividade interna e de entrevistas, o «Avante!» programou igualmente um número de mesas-redondas sobre temas de maior actualidade, embora, e de acordo com muitas opiniões e sugestões, em número mais equilibrado do que em períodos anteriores.

# O PCP e as eleições regionais

## Nota da Comissão Política

A Comissão Política do Comité Central do PCP analisou as questões relacionadas com as eleições legislativas regionais de Outubro próximo, tendo participado na reunião os Coordenadores das Direcções das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

**1.** A Comissão Política apreciou o quadro político em que se irão realizar as próximas eleições nos Açores e na Madeira e salienta que elas se irão disputar num quadro viciado e limitativo.

Desde logo, as leis eleitorais regionais em vigor introduzem gravíssimas distorções na proporcionalidade, podendo mesmo chegar-se à situação extrema de um partido, que não vença em termos relativos, poder obter a maioria absoluta de deputados.

Por outro lado, em ambas as Regiões Autónomas, os Governos Regionais do PSD protagonizam práticas efectivas de limitação às liberdades e de condicionamento da livre expressão dos cidadãos, práticas essas que visam evitar a afirmação política e eleitoral das forças e sectores que se lhe opõem.

A Comissão Política considera que todos os mecanismos legais e constitucionais que visem garantir a plena democracia na formação da opinião dos eleitores e a igualdade de oportunidades de todas as forças candidatas às Assembleias Legislativas Regionais devem ser utilizadas com vista à obtenção, num alto grau, desses indispensáveis objectivos.

A salvaguarda das condições de democracia em que se vão disputar as eleições regionais de Outubro próximo constitui uma exigência democrática indispensável directamente correlacionada com a defesa do próprio sistema constitucional da Autonomia.

**2.** A Comissão Política, tendo presente a situação concreta reinante em ambas as Regiões Autónomas, considera que nem os Governos Regionais do PSD nem o Governo de Cavaco Silva têm conduzido o aproveitamento dos recursos regionais e dos recursos do Estado utilizados nas Regiões, num sentido propiciador de um desenvolvimento económico com utilidade social. O mesmo se pode dizer no que respeita a recursos da Comunidade Europeia que têm, na realidade, sido insuficientemente captados para as Regiões Autónomas.

É por isso que, designadamente nos Açores, a agro-pecuária se debate com uma crise sem precedentes que obriga a uma mudança profunda de procedimentos e orientações; a pesca, após um esforço de investimento público volumoso, não tem tido o grau de crescimento que se exigiria; as indústrias transformadoras derivadas de produtos agrícolas tradicionais vivem um acentuado grau de estagnação.

Na Madeira, milhares de produtores de banana são ameaçados pelas negociações realizadas no âmbito dos acordos com a CEE, com graves consequências económico-sociais para a Região; a inexistência de apoios à reconversão da agricultura madeirense faz com que a evolução no sector se faça a «passo de caracol»; milhares de pescadores estão a ser confrontados com o desemprego ou com a necessidade de procurarem trabalho noutras regiões, nomeadamente nos Açores, em função da política de abates que beneficia os armadores sem uma consequente renovação da frota que aproveite a mão-de-obra disponível.

No que respeita a problemas de âmbito social, cabe referenciar que, nos Açores e na Madeira, o custo de vida acrescido provocado pela insularidade tende a agravar-se fortemente; as carências habitacionais das classes desprovidas de recursos permanecem em toda a sua dimensão; o alastramento de situações de pobreza e miséria constituem uma reconhecida e crescente realidade com repercussão na criminalidade; as perspectivas de emprego para a juventude são extremamente difíceis.

A Comissão Política, sem prejuízo de considerar ser necessário que o Governo da República assumia sempre plena-

mente as suas responsabilidades para com os problemas das Regiões Autónomas, considera que as próximas eleições regionais constituem uma oportunidade privilegiada para que sejam criadas as condições políticas indispensáveis à realização de modificações que conduzam a soluções adequadas para os muitos e graves problemas existentes.

**3.** Após a instituição das Regiões Autónomas, várias têm sido as tentativas, nas Regiões e no plano nacional, no sentido de alterar e inverter a natureza democrática profunda inerente ao sistema constitucional da Autonomia.

As pretensões de alterar os traços definidores da Autonomia já tiveram contornos de cariz separatista, com as teses da «autonomia progressiva», e tiveram expressão também em atitudes políticas de natureza centralista.

Tais situações têm sido possíveis uma vez que, por um lado, os poderes regionais do PSD constituídos nos Açores e na Madeira actuam e governam desde 1976 em flagrante contradição com a já referida natureza democrática do sistema autonómico e, por outro lado, os sucessivos governos de Cavaco Silva têm demonstrado uma acentuada incapacidade de entender a autonomia.

A defesa do sistema autonómico está intimamente ligada à defesa do regime democrático e depende, em grande medida, da natureza e acção dos poderes regionais no futuro próximo.

A Autonomia Constitucional constitui um sistema político que possibilita, por um lado, a resolução nos Açores e na Madeira dos problemas que são específicos ou que têm desenvolvimentos particularizados nessas Regiões, e assegura, por outro lado, a unidade da Nação portuguesa porquanto cria, à partida, um quadro constitucional favorável ao desenvolvimento harmónico de todo o território nacional.

Neste quadro, as eleições regionais de Outubro não podem deixar de ser consideradas como de grande importância no conjunto da evolução política no país.

**4.** A Comissão Política, ciente de que as Organizações Regionais do PCP de ambas as Regiões Autónomas estão inseridas nas realidades específicas respectivas, estão profundamente ligadas aos interesses dos trabalhadores e estão empenhadas em contribuir para que se verifiquem mudanças políticas, económicas e sociais que são indispensáveis, manifesta a sua total solidariedade para com os trabalhos de preparação eleitoral em curso e para com os objectivos eleitorais definidos no âmbito da CDU-Açores e da CDU-Madeira.

Para o PCP, a luta pela correcção das limitações à democracia que são impostas pelos Governos Regionais dos Açores e da Madeira é indissociável da luta pela obtenção de quadros políticos regionais modificados onde a maioria absoluta do PSD deixe de ter lugar e onde a presença e participação institucional de eleitos da CDU possa contribuir para a obtenção de equilíbrios em situações que estão profundamente desequilibradas, quer a nível político, quer no plano económico e social.

O desenvolvimento das Regiões Autónomas só pode ser conseguido numa perspectiva de defesa da Autonomia Constitucional, de cooperação não conflitual entre o Estado e as Regiões, de respeito integral pelas regras democráticas, de profunda participação das populações no processo político.

Os desafios com que hoje se defrontam as economias insulares distantes dos Açores e Madeira, o descontentamento social e político crescentes em ambas as Regiões, a incapacidade de diálogo e a ânsia manipuladora demonstrada pelos Governos Regionais respectivos, as assimetrias sociais mantidas deliberadamente são, de entre outras, questões que dão total consistência à luta e à acção da CDU-Açores e da CDU-Madeira.

Lisboa, 14 de Abril de 1992

## Taxas moderadoras e comparticipações

José Decq Mota e Leonel Nunes participaram, com Carlos Carvalhas, na conferência de imprensa em que foram dadas a conhecer as conclusões da reunião da Comissão Política de segunda-feira. Respondendo a perguntas dos jornalistas, os coordenadores das direcções das organizações do PCP dos Açores e da Madeira denunciaram os graves atropelos e limitações à democracia que fazem parte do dia-a-dia nas regiões autónomas.

No final da conferência de imprensa, Carlos Carvalhas informou ainda os jornalistas de que na reunião da Comissão Política foram também examinados

outros aspectos da situação política nacional.

«De entre estes» - precisou o secretário-geral adjunto do Partido -, «analisámos com especial preocupação aspectos da política de saúde do Governo, com realce, pela sua excepcional gravidade e significado, para a **diminuição da comparticipação do Estado no custo dos medicamentos e a criação de gravosas taxas moderadoras nos serviços de saúde**, medidas que em conjunto representam um revoltante aumento dos encargos impostos aos cidadãos e um sério atentado ao direito à

saúde, e contra as quais o PCP protesta vigorosamente.»

Carlos Carvalhas anunciou que o PCP promove hoje uma conferência de imprensa sobre estes temas, «com vista a analisar e denunciar publicamente o carácter gravoso e exorbitante destas medidas e com vista a romper a cortina de silêncio que o Governo procura fazer descer sobre elas ( basta lembrar que o Dec.-Lei e a portaria agora publicados sobre as taxas moderadoras estão assinados desde 30 de Janeiro, mas que até hoje nem o primeiro-ministro nem o ministro da Saúde prestaram qualquer informação concreta sobre o assunto)».

## TRABALHADORES

# Tudo aumenta

O seu salário chegará para tanta «harmonização»?

Como muita comunicação social referiu ou ao mesmo fez alusão, o discurso do ministro das Finanças, segundo o qual o IVA «harmonizado» com a Comunidade não faria aumentar os preços no consumidor, era pelo menos difícil de entender. A seguir, veio a acrobacia das datas. Primeiro, o já citado imposto sobre o valor acrescentado deveria ter aplicação a partir de 1 do corrente. Afinal, as alterações reportaram-se a 24 de Março. Parecendo que não, a diluição dos aumentos, que Braga de Macedo e o Governo negaram, acabam agora por mostrar a sua «garra». Como o PCP já assinalara, são 4000 produtos até então isentos e que passaram a pagar IVA. Comparando o seu salário, ou o seu «referencial» de aumentos salariais deste ano, repare apenas neste «cabaz de compras» que o semanário «Expresso» publica na sua edição de 11 do corrente e que, com a devida vénia, nos limitamos a reproduzir.

CABAZ DE COMPRAS		
	ANTES	DEPOIS
Cereais (Corn Flakes) - 500g.	365\$00	397\$00
Farinha - 1 Kg.	126\$00	133\$00
Pão - carcaça	10\$80	11\$34
Feijão - 1 litro	195\$00	212\$00
Grão-de-bico - 1 litro	209\$00	227\$00
Couve portuguesa - 1 Kg.	104\$00	109\$00
Bananas - 1 Kg.	202\$00	213\$00
Laranjas - 1 Kg.	130\$00	137\$00
Maças - 1 Kg.	150\$00	158\$00
Porco - 1 Kg.	998\$00	1050\$00
Vaca - 1 Kg.	1511\$00	1590\$00
Carneiro - 1 Kg.	1159\$00	1220\$00
Frango - 1 Kg.	412\$00	434\$00
Pescada - 1 Kg. (congelada)	370\$00	389\$00
Bacalhau - 1 Kg.	1238\$00	1303\$00
Arroz - 1 Kg.	192\$00	202\$00
Ovos - 1 dúzia	184\$00	194\$00
Leite - 1 litro UHT	110\$00	116\$00
Manteiga - 250 g.	259\$00	282\$00
Iogurtes - 1 natural	53\$00	58\$00
Margarina - 250 g.	77\$00	84\$00
Óleo alimentar - 1 litro	156\$00	170\$00
Azeite - 1 litro	561\$00	590\$00
Açúcar - 1 Kg.	170\$00	185\$00
Bolachas Maria - pacote 200 g.	93\$00	101\$00
Chocolate barra - 200 g.	381\$00	414\$00
Sumol - 1 litro	104\$00	103\$00
Cerveja - 1 litro	127\$00	137\$00
Vinhos comuns - 1 litro	143\$00	159\$00

Nota: O «antes» e o «depois» referem-se à sobrecarga do IVA, naturalmente.



A CP, por exemplo, acaba de comemorar (11.4) o 17º aniversário da nacionalização. Mas quem a comemora são os sindicatos. (Foto: 9.4, em Lisboa, a caminho do Ministério das Finanças)



Os cartazes são expressivos, mas note-se a presença da Siderurgia (Foto: cordão humano de 9.4 em Lisboa)



Ao contrário da Quimigal, na Lisnave parece já ter acabado o «leilão». (Foto: momento do mesmo desfile)

## Empresas do Estado (SEE) Sindicatos organizaram em Lisboa um protesto contra o «leilão»

Um cordão humano, que desfilou quinta-feira passada entre o Rossio e a Praça do Comércio, reclamou contra o prosseguimento das privatizações e pretendeu sensibilizar a opinião pública para a necessidade de manter em Portugal um sector empresarial do Estado «forte, dinâmico e competitivo».

Participaram representantes dos trabalhadores dos CTT, Cometna, CP, Cimpor, Petrogal, Quimigal, Siderurgia e outras grandes unidades de produção industrial e de serviços onde o Estado detém fortes participações e responsabilidades.

Num folheto desdobrável distribuído durante a acção de rua em Lisboa, os organizadores do desfile (CGTP-IN, Uniões e Federações sindicais e a Coordenadora das CTs do SEE) acusa-se o Governo de só privatizar o que dá lucro (só a Tabaqueira «fez entrar nos cofres do Estado, desde 1976, 503 milhões de contos»).

No mesmo documento, de que foram distribuídos cerca de 100 mil exemplares, sublinha-se que «a soberania económica (do País) ficará ameaçada e condicionada pelos ditames das multinacionais», se os grandes grupos financeiros, com os «capitalistas nacionais como testas de ferro», continuarem «a ficar com as alavancas da nossa economia».

Os organizadores do cordão humano de quinta-feira passada em Lisboa concluem, ainda no mesmo desdobrável, que «no leilão do sector público, quem perde são os trabalhadores, as populações e Portugal». Para as entidades organizadoras do desfile, o Governo já nem fala em «capitalismo popular» e muito menos em direitos dos trabalhadores.

Num apelo à luta, pois para ela há fortes razões também no caso do SEE, os representantes dos trabalhadores nas empresas e nos sindicatos lembram à população que «vê os trabalhadores a lutar e por vezes não percebe» que, na realidade:

«Neutralizam-se direitos; liquidam-se milhares de postos de trabalho efectivos e substituem-se por vínculos precários; bloqueia-se a contratação colectiva». Enquanto isso se passa, «ex-membros do Governo e comissários do Partido do Governo são nomeados para a gestão, a fim de "limpar" as empresas de encargos sociais, previamente injectadas de dinheiro fresco».

Por último, «os capitalistas agradecidos» vão «compensá-los (a esses gestores) com novos lugares, quando as empresas são privatizadas».

As entidades organizadoras do desfile pediram uma audiência ao ministro das Finanças.



## Reestruturação da SEC e política cultural

Por iniciativa da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, realizou-se no dia 9, em Lisboa, um debate sobre a anunciada reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura e a política cultural. Foram convidados todos os partidos com representação parlamentar, mas o partido da maioria fugiu com os ouvidos à discussão. Além de António Abreu e António Filipe, pelo PCP, e Fernando Pereira Marques, pelo PS, participaram no debate dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos e da Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, várias personalidades ligadas a actividades culturais, como Joel Branco, Fernando Dacosta, António Reis, Modesto Navarro, alguns trabalhadores da SEC e o vereador da Cultura da CM do Seixal.

Paulo Trindade, o dirigente da federação da Função Pública que moderou o debate, manifestou especial preocupação pela forma como o Governo ameaça deitar borda fora centenas de trabalhadores da Secretaria de Estado da Cultura, sublinhando que «qualquer reestruturação deve ser precedida de debate público, e não deve ir contra os trabalhadores e os agentes culturais».

## Mulheres empregadas realçam mutações de grande relevo na sociedade portuguesa

«A evolução verificada na taxa de actividade feminina (em 1960 era apenas de 17 por cento) é muito importante, porque traduz mutações sociais de grande relevo na sociedade». Mas de acordo com uma dirigente da Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN, que efectuou a semana passada em Lisboa a sua III Conferência Sindical, «as mulheres querem mais emprego e melhor emprego; exigem formação profissional e igualdade de oportunidades em todas as vertentes». Maria Emília Reis, que fez estas declarações à Lusa em 11 do corrente, faz parte da comissão que organizou a Conferência, segundo a qual, hoje no nosso país «o número de mulheres activas ultrapassa os dois milhões, o que representa uma taxa de actividade entre 42 e 43 por cento, valor que é inclusivamente mais elevado que o da média comunitária».



Igualdade de direitos defendida pela comissão da CGTP. Foto: em Lisboa, 21.3

## TRABALHADORES

Ainda há pouco funcionavam

# Quase cem balcões em Casas do Povo encerrados no distrito de Santarém

Para a delegação sindical seriam mais de 200 mil os afectados. Trata-se de «uma alegada modernização e rentabilização dos serviços de Segurança Social», afirma o sindicato.

O conselho directivo do Centro Regional de Santarém (Segurança Social) ordenou o encerramento total ou parcial de 98 balcões de atendimento no distrito. Segundo a delegação do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores (STFPSA) esses balcões funcionavam nas antigas Casas do Povo. A alegada medida de modernização e rentabilização afectaria, segundo a delegação, «mais de 200 mil pessoas». Dificultando as condições de vida das populações, sobretudo rurais, as medidas agora tomadas pelo Centro (organismo dependente do Ministério do Emprego e Segurança Social) exprimem, para a delegação sindical do

STFPSA, «claros objectivos de poupança à custa dos contribuintes e beneficiários» da SS. As medidas do Centro afectam em particular os trabalhadores das próprias Casas do Povo, cuja integração na Função Pública continua por concretizar. «Mais de meia centena de trabalhadores» foram transferidos, acrescenta a delegação do STFPSA, sem que, «na maior parte dos casos», os seus interesses tenham sido levados em conta ou salvaguardados.

## Enfermeiros desafiam o Governo

O Governo foi desafiado, segunda-feira passada, a re-

velar publicamente as razões que levaram à «subversão» do projecto de estatuto da carreira docente dos enfermeiros. A Federação sindical (FNSE) exigiu, segundo a Lusa, «a publicação do documento» respectivo, que já foi negociado pelo Governo. Caso o Conselho de Ministros não aprove esse documento, a FNSE adoptará «formas de protesto radicais». A agência cita um comunicado emitido em Coimbra por aquela organização sindical. Esta posição vem no seguimento de uma greve nas escolas de enfermagem, interrompida após protesto dos alunos sem notas, que acabaram por ser afixadas segunda-feira.

Era, entretanto, «conge-

da» no mesmo dia uma greve por tempo indeterminado no Hospital de S. Luís, em Lisboa. Os enfermeiros de nacionalidade portuguesa daquele estabelecimento hospitalar dependente do consulado francês pretendem negociar um acordo de empresa, reivindicações que já os tinha levado a paralisar cinco dias em Março. A «congelamento» da greve deveu-se a uma promessa da administração no sentido de negociar com os representantes do pessoal.

No Porto, os enfermeiros contratados em regime de tarefa no Hospital de S. João decidiram-se por uma greve de 28 a 30 do corrente para exigir, segundo a Lusa, o fim do congelamento das admis-

sões na Função Pública. A greve foi anunciada em 7 do corrente pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses. Num comunicado da direcção do SEP afirmava-se, sexta-feira passada, que o mesmo Sindicato pedirá audiências a todos os grupos parlamentares para que seja agendada uma petição entregue em Fevereiro na AR, designadamente a fim de serem descongeladas 1000 vagas para admissão de enfermeiros com «contrato administrativo de provimento».

## Outros conflitos na Administração

Dois anos depois de uma primeira concentração junto ao Ministério da Agricultura, os guardas florestais podem

voltar à mesma forma de luta, se até 22 do corrente — data anunciada pela Federação sindical (FNSFP) — não forem reatadas as negociações do seu caderno reivindicativo apresentado ao ministro em Julho do ano passado. Continuava entretanto por regulamentar a Lei-Quadro de Segurança, Higiene e Saúde no local de trabalho. No princípio deste mês, a FNSFP (Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública) protestava contra a anomalia, já que de tal se trata, pois essa Lei já é aplicável ao pessoal da Administração Pública. Também os guardas-rurais e chefes de lanço estão na disposição de paralisar a sua actividade, se o Governo não ouvir as suas reivindicações. A greve está prevista para 18 do corrente.

## Greves no material eléctrico, Ucal, Quimitécnica e Continental-Mabor

# Perto de 40 mil pessoas coincidem na luta de massas

## Greves nos transportes continuaram esta semana em Lisboa, apesar dos esforços sindicais

Apesar das diligências das partes interessadas na solução dos conflitos no Metropolitano de Lisboa, nomeadamente a Festru (Federação Sindical da CGTP), anteontem ainda não se tinha chegado a acordo. Por conseguinte, continuavam nesse dia as paralisações parciais de 4 horas diárias (entre as 6 e 30 e as 10 e 30). Entretanto, grande parte da frota da Carris regressava à actividade, enquanto que várias outras greves somavam, segundo os sindicatos, elevada adesão, como a registada nos fabricantes de material eléctrico e electrónico (FMEE) que, segundo a Federação sindical do sector, oscilou entre os 75 e 80 por cento, na passada quinta-feira. A paralisação abrangeu 36 mil trabalhadores.

Em questão continuam os aumentos salariais. Embora as reivindicações variem em volume e especificidade, trabalhadores e sindicatos não aceitam o referencial de 10,75 por cento, cons-

tante do acordo assinado («um mau acordo») no âmbito do CPCS (Conselho Permanente de Concertação Social) pelas associações do grande patronato, Governo e UGT.

Na Ucal, o primeiro dia de greve, quinta-feira 9, registou uma «adesão de quase 100 por cento».

Segundo a Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás (Fequifa/CGTP), «o pagamento integral e imediato dos salários de Março, o pagamento dos 50 por cento do subsídio de Natal de 1991 ainda em dívida, o pagamento da correcção salarial resultante do desvio da inflação em 1991 e uma actualização salarial justa para vigorar a partir de 1 de Janeiro de 1992 são as razões desta luta».

Através da comissão negociadora sindical, a Fequifa acusa de «má gestão» os responsáveis da Ucal e reafirma que as organizações sindicais para ela têm chamado «repetidamente a atenção».

No entanto e apesar de a administração da Ucal ter «furado a greve», a pretexto do fornecimento de leite aos hospitais (um camião frigorífico distribuiu quinta-feira passada o produto por várias viaturas de serviço em Lisboa), a comissão negociadora sindical afirmava no mesmo dia que os trabalhadores só fariam um segundo dia de greve, «se a direcção da Ucal quisesse», pois estaria na sua mão evitá-lo, sobretudo acabando com a pretensão inaceitável de avançar com aumentos salariais que não vão além, em média, dos 4,3 por cento.

Na Continental/Mabor, os mais de 700 trabalhadores voltaram a parar sexta-feira passada. A paralisação de três horas por turno atingia nesse dia as 51 horas. A greve deve-se à «posição irredutível da administração, que teima em fazer depender a actualização dos salários do agravamento em uma hora e 40 minutos do horário de trabalho semanal», sublinha o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Norte, com sede no Porto.

Pela manutenção de regalias e direitos em vigor na empresa há perto de 16 anos, era anunciada entretanto uma greve na Quimitécnica para 20 e 21 do corrente. A Quimitécnica é uma das unidades industriais criada na sequência do desmembramento da Quimigal.



Postos de trabalho efectivos para a enfermagem (foto de arquivo)

## Despedidos, aduaneiros, empresários

# Carta ao ministro

O secretariado da célula do PCP na Lisnave enviou em 2 do corrente a seguinte carta ao ministro do Emprego e Segurança Social:

«Ficamos estupefactos com as afirmações proferidas pelo sr. ministro há dias na televisão, quando questionado sobre o futuro dos trabalhadores aduaneiros. Afirmou o sr. ministro que os trabalhadores aduaneiros não devem estar preocupados e devem seguir o exemplo dos trabalhadores que saíram da Lisnave. Ou seja, segundo o sr. ministro, os milhares de trabalhadores que foram forçados a abandonar a Lisnave transformaram-se em empresários. Sr. ministro, perante tamanha calamidade que indignou os trabalhadores da Lisnave, importa esclarecer o seguinte: Os trabalhadores da Lisnave em causa saíram da empresa através de vários processos (reformas

antecipadas, rescisões, tendo culminado com um despedimento colectivo de 600 trabalhadores).

Saiba, sr. ministro, que muitos destes trabalhadores, hoje, continuam a trabalhar na Lisnave, alugados ao dia, por conta de empreiteiros. Saiba, sr. ministro, que muitos destes trabalhadores, óptimos profissionais, continuam, ao fim de todos estes anos, em trabalho precário, vendendo a sua força de trabalho em muitos locais do País e do estrangeiro. Sr. ministro, damos-lhe o benefício da dúvida. Ou o sr. ministro tem uma equipa que baralha os dados e fornece informações incorrectas, o que é grave. Ou o sr. ministro, deliberadamente, mentiu ao País. Desde já nos prontificamos a fornecer todos os dados de que o sr. ministro necessita sobre a situação dos trabalhadores que foram forçados a sair da Lisnave».

## Pacote Laboral

# Governo fecha ciclo atacando direitos dos trabalhadores

**Ao fazer o trinco do pacote laboral, o Governo clarifica as suas opções nesta matéria, colocando-se abertamente do lado dos que pretendem coarctar os direitos dos trabalhadores**

Fechando o ciclo das peças mais gravosas do pacote laboral, emanadas do Acordo Económico e Social subscrito em 1990 pelas confederações patronais, UGT e Governo, este último submeteu a plenário na semana finda três pedidos de autorização legislativa, versando questões como o *lay-off*, o regime legal do contrato do serviço doméstico e o regime jurídico das relações colectivas de trabalho.

Os aspectos formais directamente relacionados com a forma escolhida pelo Governo para levar estes diplomas a debate - um pedido de autorização legislativa, sonegando à Assembleia o conteúdo do projecto de decreto - constituiu desde logo o primeiro motivo de reparo proveniente das bancadas da oposição que, a este respeito, não pouparam críticas pelo que consideraram ser um «desrespeito pela Assembleia da República».

«A Assembleia da República é hoje mais uma vez secundarizada. Não assume o seu protagonismo legislativo mas antes um papel de cartório nortial para autorizar o Governo a legislar», observou Jerónimo de Sousa, enquanto o socialista Laurentino Dias acusou o Executivo



de «desvio de obrigações institucionais e regimentais» por não ter apresentado antes uma proposta de lei.

Mas foram sobretudo as questões de fundo relacionadas com o conteúdo dos diplomas que fizeram aquecer o debate, com as críticas a subirem de tom, designadamente na proposta de lei (11/VI) que altera o regime de suspensão do contrato de trabalho e de redução do período normal de trabalho (vulgarmente conhecido por *lay off*) e na proposta (16/VI) que visa autorizar o Governo a legislar em matéria do regime jurídico das relações colectivas de trabalho.

Nos seus objectivos centrais, este último diploma não esconde o carácter intervencionista do Estado para «condicionar e asfíxar a autonomia e a liberdade de negociação colectiva das organizações de trabalhadores», segundo as palavras de Jerónimo de Sousa, constituindo mesmo na opinião deste o «trinco do pacote laboral» em ordem a conceder ao patronato, quando não consiga impor as suas propostas, a «real possibilidade de as impor aos sindicatos por via da arbitragem obrigatória».

«É o «mais estado», é o «mais governo» entre duas

partes em negociação ou em conflito com a opção clara do Governo a colocar-se ao lado das entidades patronais», sublinhou o deputado comunista.

Lesiva dos interesses dos trabalhadores e com um claro conteúdo conflitual, na perspectiva da bancada do PCP, é igualmente a proposta relativa ao *lay off*, sem qualquer tradição no nosso ordenamento jus-laboral, constituindo apenas uma exigência de grandes empresas estrangeiras.

Com as alterações agora propostas, o Governo pretende ressuscitar um nado-morto e simultaneamente consumir o total afastamento das entidades governamentais da tramitação prévia ao decretamento da medida, adiantou Jerónimo de Sousa, antes de criticar o que considerou ser a total demissão do Executivo numa matéria em que «não somente estão em causa dinheiros públicos mas também e sobretudo direitos fundamentais dos trabalhadores».

No que respeita ao pedido de autorização legislativa que revê o regime legal do contrato de serviço doméstico, embora reconhecendo-lhe «uma concepção mais positiva», a formação comunista não deixou de assinalar «aspectos contraditórios e até negativos».

Justificando esta apreciação, Jerónimo de Sousa assinalou que a proposta transporta injustificadamente para o regime jurídico dos trabalhadores do serviço doméstico normas aplicáveis aos restantes trabalhadores, que não se lhes deveria aplicar, prevenindo simultaneamente regimes distintos para situações que, esses sim, justificariam uma maior aproximação.

## Octávio Teixeira:

### Adesão do escudo ao SME

#### «foi precipitada»

A integração do escudo no mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu (SME) decidida pelo Governo esteve em debate na semana passada em Plenário da Assembleia da República (AR), levando o líder parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, a afirmar que a decisão governamental está integrada «na chamada política espectáculo», sendo «precipitada, na linha das precipitações que o Governo teve ao antecipar a liberalização das entradas de capitais externos e ao aplicar as novas taxas do IVA no dia 24 de Março».

O debate «com carácter de urgência» foi levado à AR por iniciativa do Governo, representado pelo ministro das Finanças, Braga de Macedo, que afirmaria que a entrada do escudo no SME «constitui o culminar da mudança gradual do regime económico».

Para o PCP, a medida governamental «pretende pressionar mais fortemente os níveis de actualizações salariais dos trabalhadores portugueses» que o chamado acordo social pretende impor.

A entrada do escudo no SME «não favorece o desenvolvimento e o futuro dos sectores e empresas produtivas do país» já que ocorre numa altura em que a moeda nacional está sobreavaliada em relação às outras moedas europeias, tendo como efeito terem as empresas portuguesas vindo a perder quotas nos mercados nacional e internacional.

Por outro lado, Octávio Teixeira alertou para o facto de não estarem asseguradas «as condições prévias de convergência nominal sustentada, quer no âmbito dos níveis de inflação quer no que concerne às taxas de juro».

Assim as vantagens da adesão do escudo ao SME - «que o próprio Governo reduz à estabilidade cambial e às expectativas dos agentes económicos» - são neste momento «manifestamente inferiores aos inconvenientes» que resultam da perda portuguesa de flexibilidade e autonomia que esta adesão significa para a política macroeconómica.

Os efeitos negativos do Mercado Único de 1993, com o aumento da concorrência de economias mais fortes, serão mais difíceis de combater e terão mais custos económicos e sociais, sendo «no mínimo» duvidoso que esta entrada do escudo no SME «seja compatível com um crescimento rápido da economia portuguesa». Os efeitos negativos vão cair sobre os salários e o desemprego, alertou o deputado comunista, dando como exemplo concreto o caso da Irlanda, obrigada a manter uma política de «moeda forte» com efeitos manifestos no aumento do desemprego.

Octávio Teixeira defendeu que antes desta medida deveria ter-se baixado as taxas de juro (e não esperar que elas agora baixem), já que, também como exemplo, a experiência do Reino Unido pode ser exemplificativa dos perigos que a este nível se correm já que aquele país não consegue baixar as taxas de juro para relançar a sua economia, por ter de assegurar a paridade da libra nos limites que lhe são impostos pelo SME.

Quanto à posição das outras forças partidárias neste debate, para além do natural apoio do PSD, Ferro Rodrigues, do PS, diria que a medida só pecava por «vir tarde», enquanto o CDS, por via de Nogueira de Brito, «congratula-se, sem quaisquer mágoas ou complexos».

## Fábrica Irmãos Stephens

### PCP exige medidas que impeçam falência

A ameaça de falência que paira sobre a Fábrica Escola Irmãos Stephens (FEIS), com a correspondente perda de mais de 400 postos de trabalho, está a gerar sérias preocupações entre os trabalhadores e a população da Marinha Grande, tendo já motivado inclusive um apelo da bancada comunista dirigido às restantes forças políticas com vista a uma convergência de acções concretas que garanta a manutenção e viabilização daquela unidade industrial.

O apelo foi feito pelo deputado Vítor Rantina, ao intervir no período antes da ordem do dia de uma das sessões plenárias da passada semana, e a sua razão de ser, de acordo com as palavras do próprio, prende-se com o facto de o Governo não aproveitar um programa comunitário (projecto Thermie) que permitiria reinvestir cerca de 500 mil contos na empresa, para não falar do bloqueio que mantém ao Plano de Recu-

peração Económica e Financeira para a FEIS.

Entraves da parte do Executivo à reanimação da empresa tanto mais graves quanto é certo que esta possui uma mão-de-obra relativamente jovem e altamente especializada, está tecnologicamente bem apetrechada para competir com êxito no mercado internacional e dispõe de um riquíssimo património humano, técnico e material.

Daí que o deputado comunista não tenha hesitado em classificar como «um verdadeiro crime» este processo de «morte lenta» de uma empresa, com justo prestígio firmado no País e no estrangeiro, que detém boas encomendas e que é capaz de conduzir com rentabilidade um bem que gera ganhos bastantes para manter uma equilibrada gestão, se aplicado o plano de recuperação que o Governo mantém na gaveta.

## Combater a seca defender a agricultura

Deram entrada na última sexta-feira na Mesa da Assembleia da República dois projectos de resolução da autoria do PCP relacionados, num caso, com a reforma da PAC e a definição de uma política agrícola nacional capaz de garantir o futuro do sector, e no outro, com um conjunto de medidas de combate à seca nas regiões mais atingidas, em particular no Alentejo, Nordeste transmontano e Beira interior.

Em relação a este último, no qual se insere a declaração do estado de calamidade pública para os concelhos mais afectados, prevêem-se, entre outras medidas, indemnizações que cubram os prejuízos sofridos nas searas, um subsídio a fundo perdido para a pecuária tendo em vista a sua alimentação nos próximos dez meses, a intervenção com estabelecimento do respectivo preço no mercado pecuário, a suspensão temporária das importações de gado de modo a permitir o escoamento do gado nacional que tiver que ser abatido e a autorização de pastoreamento ou corte para o gado das searas perdidas, sem perda do subsídio à produção de cereais.

Linhas de crédito bonificado para a campanha agrícola 92/93, moratória sem juros por um período de 18 meses para os créditos assumidos para investimento nas explorações afectadas pela seca, não rescisão de contratos de arrendamento quando o não cultivo da terra se deva à seca, e apoios financeiros às autarquias para fazerem face aos encargos adicionais e imprevistos resultantes da seca, constituem outras tantas medidas preconizadas no projecto de resolução subscrito pelo PCP.

Consideradas por si da maior importância, duas outras medidas são ainda defendidas pela bancada comunista, estas de carácter estrutural: a inventariação dos recursos hídricos do País e o seu respectivo aproveitamento, designadamente com a construção ou concretização do empreendimento de fins múltiplos do Guadiana/Alqueva, do regadio da Cova da Beira e reabilitação dos perímetros de rega.

## Apelo de 300 personalidades

**Todos ao 25 de Abril!**

Um apelo de cerca de 300 personalidades integrando independentes, militares, membros do PCP, PS, Verdes, UDP, ID, PRD, MDP, intelectuais e artistas, sindicalistas e autarcas, está a circular entre a população de Lisboa na mobilização para as comemorações do próximo aniversário do 25 de Abril, onde, nomeadamente, se diz:

«As comemorações populares do 25 de Abril têm-se caracterizado, sempre, pela larga adesão que recebem e pelo civismo de que se revestem (...) Entretanto a democracia instituída no País entrou num quadro de normalidade que, aos olhos da juventude, se apresenta como tão natural que seria para ela absurdo alguém pô-la em causa» (...)

Por outro lado, «muitas das esperanças, que a Revolução alvoroçadamente suscitara, continuam demasiado distantes. Portugal não conseguiu, ainda, descolar da cauda da Europa e, com o ritmo de crescimento instalado e com o conteúdo da política praticada, não se prefigura que venha a atingir os padrões médios comunitários antes de muitos e penosos anos. Conquistada a liberdade, a partilha dos benefícios do desenvolvimento económico já atingido permanece à margem dos princípios de solidariedade que o 25 de Abril apontara como referencial.

Alguns dos desequilíbrios estruturais de que o país enfermava subsistem e, nalguns casos, até se acentuaram. O fosso entre os mais e os menos beneficiados atingiu uma expressão inquietante face à extrema miséria e à marginalização social que afectam um número elevado de pessoas com particular realce nas nossas maiores cidades».

Toda esta «acumulação de circunstâncias é geradora de riscos antidemocráticos, ao provocar o desalento e a perturbação de muitos, senão mesmo o desalento e o indiferentismo da maioria, o que constitui um caldo de cultura propício ao florescimento de vícios próprios às sociedades onde a consciência colectiva e o sentido crítico embotaram», sublinha o apelo, que prossegue:

«Há múltiplos sintomas de que algumas destas mazelas se estão a disseminar, já, na sociedade portuguesa, o que urgentemente impõe intervenção cívica. Neste sentido, as comemorações populares do 25 de Abril, que sempre foram festa de liberdade, poderão constituir momento apropriado para lembrar a todos que, mais do que nunca, se não devem desmobilizar nem abater bandeiras na defesa dos valores democráticos.»

E o apelo sublinha: «É com confiança no futuro que reiteramos o nosso apelo a que participem nas come-

morações populares do 25 de Abril e em particular no desfile que descerá, nesse dia, à Avenida da Liberdade até ao Rossio, para que, através da sua presença, o país se reconforte com a evidência de que os ideais que floresceram com a queda do regime totalitário continuam vivos e a justificar a esperança.»

**O apelo do Presidente**

Entretanto, segundo a Lusa, «Juventude, Mar e Liberdade» são as ideias-chave escolhidas este ano pelo Presidente da República para comemorar o 25 de Abril, uma data que o Chefe de Esta-

do quer «com muita festa e apenas dois brevíssimos discursos».

Na base do triângulo comemorativo está a regata Colombo, cuja largada oficial de Lisboa ocorre precisamente no Dia da Liberdade e na qual participa Mário Soares e «40 jovens convidados com idades entre os 16 e os 18 anos».

«Este ano as comemorações vão ser completamente diferentes», anunciou o Chefe de Estado durante uma conferência de imprensa em que apelou à colaboração dos jovens, dos proprietários das embarcações e, mesmo, dos jornalistas, para que tornem o 25 de Abril «uma festa da liberdade».

**CNA denuncia:****Agricultura em queda**

A Direcção da CNA fez o ponto da situação agrícola e concluiu que não há evolução favorável quanto aos principais problemas. Assim:

— **Vinho e gado bovino** continuam com dificuldades de escoamento e com preços em baixa;

— **Ajudas** para os prejuízos da seca não passam ainda de promessas insufi-

cientes e que os Agricultores atingidos não vêm concretizar-se;

— O Governo continua a dever alguns milhões de contos de dívidas aos Agricultores por falta de pagamento de subsídios vários.

O sr. ministro da Agricultura continua sem honrar o compromisso que pessoalmente assumiu com os produtores de tomate para a indústria, pois não manda pagar os cerca de 150 000 contos da «sua» dívida pelo chamado «diferencial dos 17\$418» que prometeu em Agosto do ano passado.

Apesar do impasse, as negociações da Reforma da Política Agrícola Comum, PAC, e a baixa anunciada dos preços para a campanha 92/93 continuam a ameaçar a agricultura portuguesa.

— A recente adesão do

escudo ao Sistema Monetário Europeu vai também penalizar os agricultores portugueses pois os «custos internos» da contenção da inflação vêm recair de novo, essencialmente, sobre o sector agrícola.

**Açores em crise aguda**

Em recente deslocação aos Açores de dois dirigentes da CNA, esta organização constatou que «se no Continente a situação dos agricultores é difícil, nos Açores ainda é pior: os factores de produção são mais caros que no Continente, os preços do leite são inferiores em 13\$00/litro, a carne de vaca vale menos 70\$00/quilo (e não na rede de abate), os transportes são muito dispendiosos, o apoio

técnico-sanitário à pecuária é quase inexistente e o movimento cooperativo em geral está à beira da falência. Enquanto isto, o Governo Regional tem desaproveitado as ajudas comunitárias.

Nesta situação, os protestos generalizam-se em todo o território nacional. «Os agricultores e as suas organizações têm multiplicado os seus protestos, ao mesmo tempo que reclamam a abertura do diálogo por parte do sr. ministro da Agricultura que, ao andar tão "ocupado" a querer ser o ministro da CE, parece não ter tempo para se ocupar da agricultura portuguesa», afirma a CNA, que recorda a concentração nacional de agricultores prevista para a Curia no próximo dia 24 de Maio, com diversas presenças estrangeiras já confirmadas.

**Comunistas denunciam atentado contra a Saúde**

«O anúncio feito pelo ministro da Saúde da diminuição de 10% na comparticipação do Estado no preço dos medicamentos assinala um novo atentado da política do Governo de Cavaco Silva contra uma importante garantia constitucional — o direito à saúde», diz uma nota do PCP que «sublinha a gravidade de uma medida que se soma à subida do preço dos medicamentos, oficialmente entre 5% e 9,1%, decorrente da inflação e da imposição dos 5% de IVA».

«A conjugação das duas medidas — redução das comparticipações e aplicação do IVA — traduzir-se-á em aumentos mínimos de 28,5% e 60,7% na parte dos custos dos medicamentos suportada pela generalidade dos portugueses, conforme se trate de medicamentos comparticipados até hoje, de 50% ou de 80%», acrescenta a nota divulgada pelo Gabinete de Imprensa do Partido, que prossegue:

«A reduzida melhoria, mais 5%, na comparticipação dos medicamentos destinados a pensionistas e aos trabalhadores com salários inferiores ao mínimo nacional é, em grande parte, engolida pela

subida consequente à aplicação do IVA aos medicamentos. Recorde-se que, há bem pouco tempo, o PCP tinha avançado na Assembleia da República com uma medida de muito maior alcance, garantindo àquelas camadas, a gratuitidade dos medicamentos para doenças crónicas e 80% de comparticipação nas próteses, ortóteses e dispositivos de compensação, proposta que foi inviabilizada pelo PSD, que inclusive argumentou com a dificuldade burocrática de utilizar o nível de rendimentos (salário mínimo) presente no Projecto de Lei do PCP (a que agora o PSD recorre) como critério seleccionador dos beneficiários!

«É de registar — recorda a nota — o «bom» lugar que o ministro da Saúde escolheu para dar esta má notícia aos portugueses: um almoço com a Associação dos Industriais Farmacêuticos. Assim se compreende melhor a razão por que não procura o Governo outras vias para a redução dos custos dos medicamentos tantas vezes sugeridas — Formulário Nacional de Medicamentos, desenvolvimento acelerado dos Genéricos, reformulação da legisla-

ção sobre dimensão das embalagens, regras sobre o marketing de produtos farmacêuticos, etc. — integrada no estabelecimento de uma política nacional de medicamentos, e insiste na linha de redução das comparticipações, reconhecidamente incapaz de responder aos crescentes encargos públicos (e da população) com a assistência medicamentosa. Mas muito capaz de continuar a alimentar a espantosa voracidade do grande capital das multinacionais da indústria farmacêutica.» E conclui-se:

«As múltiplas situações de contínua degradação dos serviços de saúde que motivam generalizadas queixas e insatisfações dos utentes, e a deliberada orientação do Governo de agravar os encargos dos cidadãos com os cuidados de saúde (bem patente nesta redução das taxas de comparticipação nos medicamentos e na projectada ampliação e agravamento das taxas moderadoras), tornam particularmente justificado o desenvolvimento de um enérgico movimento de opinião contra a desastrosa política governamental no sector da Saúde.»

**Comentário do PCP a declarações de J. Sampaio**

Solicitado por órgãos de informação a comentar declarações de Jorge Sampaio relativas a uma recandidatura à CML, o Gabinete de Imprensa do PCP divulgou o seguinte comentário:

1. Reafirmando a sua apreciação positiva do trabalho que, com destacada contribuição dos eleitos comunistas, a coligação «Por Lisboa» tem desenvolvido na gestão da Câmara Municipal de Lisboa, o PCP regista com naturalidade a disponibilidade pessoal manifestada pelo actual presidente, dr. Jorge Sampaio, para, num quadro de manutenção do entendimento e da coligação do PS com o PCP, encabeçar nas próximas eleições a lista para o Executivo Municipal.

2. Trata-se de uma atitude que, no tempo próprio e num quadro de análise necessariamente mais amplo, o PCP considerará com a atenção e o interesse adequados.

3. O PCP entende oportuno sublinhar que considera essencial que as forças inte-

grantes da Coligação «Por Lisboa» e os respectivos eleitos, na fase final do actual mandato, concentrem, sobretudo os seus esforços e energias no desenvolvimento da acção para honrar os compromissos assumidos com os eleitores, acentuando e dinamizando ainda mais o seu proffícuo trabalho ao serviço da população da capital.

4. Neste quadro, o PCP considera necessário alertar para que afirmações públicas — como as recentemente produzidas por outros dirigentes do PS — abrindo extemporaneamente o debate sobre os termos de uma futura renovação da coligação «Por Lisboa» ou avançando ambições ou propósitos de hegemonia que não favoreceriam certamente o clima de leal cooperação e a eficaz conjugação de esforços que é necessário manter na gestão da Câmara Municipal de Lisboa.

10 de Abril de 1992  
O Gabinete de Imprensa do PCP

## NÃO À LIXEIRA D'AVE

O PCP vai intervir na AR com o objectivo de apoiar a luta da população de Riba d'Ave contra a instalação da lixeira na Quinta do Mato, revelou a comissão concelhia do Partido de Vila Nova de Famalicão, adiantando que um deputado comunista se ia deslocar àquela vila ontem à tarde. Manifestando a sua solidariedade, a concelhia realça, como principais armas nesta luta dos ribadavenses, «a enérgica e massiva mobilização da população local, a unidade mantida na comissão de luta, amplamente representativa e prestigiada, e o papel fundamental da Junta de Freguesia».

Na reunião da concelhia de Famalicão do PCP, realizada no passado sábado, foram ainda abordadas outras questões da situação social e política, como a provável instalação de um hipermercado da Sonae, o alojamento de famílias ciganas em Calendário, a retirada das paragens dos transportes públicos na Avenida Humberto Delgado e a nova central de camionagem.

Enquanto, no prosseguimento das jornadas autárquicas, os eleitos CDU vão efectuar a 2 de Maio uma visita à freguesia de Oliveira São Mateus, o grupo de trabalho da juventude decidiu avançar com a realização de uma festa em Maio.

### COMÉRCIO DE FAFE

Num quadro «recessivo», caracterizado por inúmeros problemas na indústria e previsões nada animadoras para a agricultura e o comércio, mantendo-se um baixo poder de compra da população em geral, «não se compreende a necessidade do alargamento dos horários de funcionamento do comércio, recentemente aprovado na Assembleia Municipal por empenhamento e com os votos exclusivos do PS» - afirma a comissão concelhia de Fafe do PCP, numa nota à comunicação social sobre a sua reunião de domingo passado.

Associando-se às comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, os comunistas de Fafe vão realizar um jantar na noite de 24, aberto a todos os democratas, e vão propor um encontro com a Câmara Municipal para analisar o programa patrocinado pela autarquia.

A concelhia de Fafe do PCP elegeu uma comissão permanente para dar seguimento às decisões tomadas, organismo que é formado pelos camaradas Joaquim Magalhães (coordenador/responsável), Júlio Alves, Armindo Cunha, Tarcísio Sousa, Joaquim Lopes e Orlando Cunha.

### MORA QUER SAÚDE NAS FREGUESIAS

O encerramento dos serviços da Segurança Social nas freguesias de Mora e a sua centralização na sede do concelho é uma medida que o PCP considera como discriminatória e causadora de enormes prejuízos aos utentes, afectando as camadas mais desfavorecidas da população e carecendo de qualquer justificação lógica. Numa nota de imprensa, a comissão concelhia do Partido exige a reposição do serviço e afirma que se irá bater para que tal se concretize rapidamente.

A concelhia, eleita a 28 de Março na 2ª Assembleia da organização do PCP de Mora, realizou na semana passada a sua primeira reunião, onde elegeu o executivo, o secretário e o coordenador (Francisco Luís dos Santos). Na reunião foram também debatidas as gravíssimas conse-

quências da seca e do esvaziamento da barragem do Maranhão.

### A FIGUEIRA PRECISA DE UM VEREADOR CDU

«A população da Figueira da Foz precisa de um vereador da CDU» - afirma a comissão concelhia do PCP, num comunicado a propósito da sua primeira reunião, dia 9. Este organismo, recentemente eleito na 4ª Assembleia da organização do PCP no concelho, condena o facto de a Câmara Municipal se ter transformado num palco da luta partidária entre o PS e o PSD, deixando sem resolução as grandes questões. A concelhia comunista critica a política de estrangulamento financeiro das autarquias levada a cabo pelo Governo, e o secretismo do PS sobre os grandes projectos para a Figueira.

### JCP SOLIDÁRIA COM O POVO LÍBIO

O Secretariado da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa manifestou, numa nota distribuída à imprensa na semana passada, a sua solidariedade para com o povo líbio «na luta pela manutenção da sua independência face à agressão de que é alvo». Comentando as sanções das Nações Unidas à Líbia como forma de pressão para a extradição dos dois presuníveis implicados no atentado de Lockerbie, a JCP recorda que a ONU «não decide sanções contra a Indonésia, nem mexe uma palha para apoiar o povo timorense», «mantém-se conivente com a ocupação militar de Granada e do Panamá» pelos EUA, «mantém-se impassível perante o massacre do povo curdo» e «não toma medidas enérgicas contra Israel».

A JCP pergunta se «alguém acredita num julgamento justo dos líbios nos EUA» ou se «alguém acredita que é essa a razão» das sanções, considerando que estas «não passam de uma manobra, na base de meros pretextos, para tentar o derube do governo líbio e tomar o controlo do petróleo e demais riquezas da Líbia».

# Balanço muito positivo da actividade em Viseu

A direcção regional de Viseu do PCP, reunida no dia 5, apreciou de forma muito positiva a actividade recente do Partido no distrito. No balanço que efectuou, a DORV refere as iniciativas de comemoração do aniversário do Partido no Caramulo e em Lamego, o debate sobre a reforma da PAC em Vouzela (com Agostinho Lopes, Lino de Carvalho e Carlos Amaro), a reunião de quadros com intervenção no movimento sindical (com Domingos Abrantes), o encontro distrital de eleitos CDU e a reunião das juntas de freguesia de presidência CDU (com Luís Sá) e as jornadas de divulgação e esclarecimento.

A direcção regional, que debateu também o encontro distrital de quadros a realizar no mês de Junho com a participação de Carlos Carvalhas, chamou a atenção para o fac-

to de, apesar de o PCP não ter deputados eleitos por Viseu, o Grupo comunista se ter mantido atento aos problemas da região, apresentado vários requerimentos ao Governo e 27 propostas de alteração ao PIDDAC/92, num valor superior a 1200 mil contos - enquanto os 7 deputados do PSD e os 2 do PS, além de não apresentarem quaisquer propostas, não apoiaram as iniciativas do PCP.

A DORV verificou, na análise da situação política e social, que a par do agravamento das condições de vida e de trabalho dos viseenses, cresce o descontentamento de vastos sectores sociais, expresso pelo recurso às mais diversas formas de luta.

### Castelo Branco

Também no âmbito da dis-

cussão do PIDDAC/92 - realça a direcção regional de Castelo Branco do PCP numa nota de imprensa sobre a reunião de 28 de Março -, o Grupo Parlamentar comunista fez propostas de verbas para dezenas de instituições do distrito, rejeitadas pelos deputados do PSD e do CDS e que contaram com a abstenção do PS. A comissão de freguesia de Tortosendo, num comunicado de 6 de Abril, refere três destes projectos, no valor de 79 mil contos: ampliação da escola C+S, o parque industrial e o centro de apoio à terceira idade.

Na nota da DORCB faz-se um balanço das lutas de trabalhadores, estudantes e agricultores, entre outros sectores sociais, destacando-se como «muito positivo» o facto de mais de 400 mulheres terem participado nas cinco

iniciativas que assinalaram o 8 de Março no distrito.

A comissão de freguesia de Tortosendo deu particular atenção aos problemas dos trabalhadores da Empresa Industrial/Sociedade de Fabricantes (que ainda não receberam os salários de Fevereiro e Março), de empresas de vestuário (sem os salários actualizados, nem o horário reduzido) e de empresas como a FC Pinto, a Américo Sousa, a Texrebe, a AD Lopes, a Gil Almeida e a EI/Sociedade de Fabricantes (onde o patronato tem desencadeado acções de repressão e intimidação).

Os comunistas de Tortosendo lamentam que, passado quase um ano sobre a intoxicação de algumas trabalhadoras na FC Pinto, ainda não sejam conhecidas as causas que originaram o acidente.

# Alqueva tem que avançar

É necessário avançar urgentemente com a construção da barragem do Alqueva, com o plano de rega do Alentejo e com o aproveitamento dos perímetros de rega já existentes (Roxo, Mira e Odivelas) - defende a direcção regional de Beja do PCP.

Num comunicado de dia 9, em que anuncia iniciativas naquele sentido de deputados comunistas no Parlamento Europeu e na Assembleia da República, bem como a recolha de assinaturas para uma petição dirigida à AR, a DORBE do PCP critica a «grande falta de visão e de capacidade para compreender a importância do Alqueva e do plano de rega do Alentejo».

Os comunistas de Beja condenam manobras recentes que apontam para «a construção, não do Alqueva com capacidade para rega de cerca de 200 mil ha e para fins

múltiplos, mas sim de de *alquevazinho* que não permitiria o aproveitamento dos recursos e potencialidades da região».

A construção do complexo do Alqueva é também defendida pelas organizações concelhias do PCP de Mértola, Serpa, Moura e Barrancos. Numa nota distribuída no final de Março, em que exigiam a declaração de situação de calamidade na margem esquerda do Guadiana devido à seca, as concelhias do PCP afirmam que «Alqueva será um contributo importante para travar o processo de desertificação».

Na reunião realizada a 27 de Março, a direcção regional de Évora do Partido alertou para as graves consequências que a seca e a política governamental acarretam para a agricultura do distrito, manifestando o seu apoio às medidas propostas pela Comissão Política do PCP naquela data,

em conferência de imprensa. A DOREV exige ainda que o Governo dê andamento à construção das barragens dos Minutos, de Veiros, da Asseca e de Frei Joaquim.

Foi ainda analisado pela DOREV o desenvolvimento das lutas de várias camadas sociais contra a política do Governo do PSD (nomeadamente trabalhadores da administração local e professores), bem como a actividade partidária, que regista um crescimento nos últimos tempos.

### Litoral limpo

O PCP, através do organismo de direcção dos concelhos do Sul de Setúbal, manifestou a sua «total oposição» aos projectos de construção no litoral alentejano de unidades de incineração e aterros de resíduos industriais, tóxicos e perigosos. O Governo pretende instalar em Sines

o incinerador (com âmbito nacional) e em Grândola o aterro final para aqueles resíduos.

As notícias a este propósito vindas a lume recentemente confirmam, para os dirigentes comunistas de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines, que o Governo se prepara para concretizar as intenções que já manifestou em Maio de 1990 e que mereceram a condenação das populações.

O Partido, afirma-se numa nota divulgada à imprensa na semana passada pelo organismo do Sul da DORS, «reconhece a necessidade imperiosa de se tratar os resíduos industriais que o nosso país produz», mas não aceita que se pretenda instalar as unidades de tratamento «exactamente no litoral alentejano, cujo desenvolvimento assenta essencialmente na actividade turística e que é abrangido por três reservas naturais».

# Empresas de Leiria estão a fechar

Avolumam-se os problemas sociais no distrito de Leiria - alerta o executivo da direcção regional do PCP, num comunicado de imprensa sobre a reunião que efectuou na passada sexta-feira.

Nos últimos seis meses - refere o executivo da DORLEI, centenas de trabalhadores do sector cerâmico ficaram sem emprego, e o recente encerramento da J. Henriques faz prever novos desenvolvimentos. A Barbosa e Barbosa encerrou há dias, e novas situações de crise iminente são conhecidas no sector dos plásticos. A Crisal anunciou o despedimento de uma centena de pessoas e declara que pretende forçar mais saídas de trabalhadores dentro de seis meses. O ministro da Indústria, entretan-

to, defende publicamente a falência da Fábrica-Escola Irmãos Stephens, o que lançaria no desemprego mais de 400 trabalhadores daquela vidreira (situação analisada na semana passada, numa reunião entre a comissão de trabalhadores da FEIS e uma representação regional do PCP). A Tomé Feteira, principal empresa de produção de limas, viu mais uma vez adiado o necessário acordo para a sua recuperação. Na indústria de moldes há evidentes sinais de crise, com consequências sociais imprevisíveis.

Além disso, em algumas empresas (como a Epal, de Caldas da Rainha) surgem situações de salários em atraso.

A direcção de Leiria do PCP chama também a aten-

ção para as dificuldades que enfrentam alguns sectores da agricultura regional, as quais estão na origem de um vigoroso movimento de luta dos agricultores, com particular expressão nos concelhos de Leiria, Porto de Mós e Pombal.

Especial atenção foi dada aos problemas dos suinicul-

tores, defendendo o PCP que «é necessário e urgente intervir com fortes apoios e programas específicos (com apoio comunitário) para resolver os problemas ambientais e, ao mesmo tempo, promover a modernização do sector suínicola regional, salvaguardando a sua sobrevivência».

### CAMARADAS FALECIDOS

#### MÁRIO MOTA

Faleceu recentemente em Gouveia, de onde era natural, Mário da Respeita Mota, que contava 86 anos de idade.

#### ORLANDO DE CARVALHO

No passado dia 13 faleceu, com 57 anos, Orlando Loureiro de Carvalho, militante comunista de longa data, residente na freguesia da Parede.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



## INTERNACIONAL

## CUBA

Cuba denuncia um novo passo na «guerra electrónica» por parte dos Estados Unidos, que agora iniciou transmissões televisivas para o país, também ao longo da tarde. Estas emissões dão voz a posições e elementos que se distinguem pelo seu carácter de oposição a Havana.

Note-se que tal iniciativa, que a Embaixada cubana qualifica de «acto ilegal e de pirataria», vem ao arrepio da convenção assinada em Nairobi, em 1982, e que também foi assinada pelos Estados Unidos.

Estas transmissões televisivas para Cuba tiveram o seu início em Março de 1990. Em Junho do mesmo ano, a Junta de Frequências criada na sequência das decisões de Nairobi, condenou a ingerência.

De referir que a televisão cubana mantém um acordo com a CNN, que permite a esta cadeia norte-americana transmitir semanalmente um serviço noticioso, naturalmente não submetido a qualquer forma de censura.

## AFEGANISTÃO

O secretário-geral da ONU, Butros Ghali, anunciou que foi alcançado um acordo quanto à formação de um Conselho interino que irá assumir o poder no Afeganistão, no quadro de um processo para a paz e a reconciliação no país. Uma Conferência internacional de paz deverá realizar-se o mais brevemente possível.

Este Conselho de transição será encarregado de organizar uma conferência de paz, em que será definido um governo interino.

Este por sua vez deverá elaborar as leis eleitorais e organizar eleições gerais no país.

## ANGOLA

O MPLA reúne o seu Comité Central de 24 a 26 deste mês em Luanda para preparar o seu III Congresso extraordinário, previsto para decorrer entre dias 28 a 30.

A reunião do CC vai analisar as principais medidas a serem discutidas durante o Congresso, que se realiza cinco meses antes das primeiras eleições pluralistas em Angola e quatro meses depois do seu II Congresso extraordinário, que decorreu em Dezembro de 1991. O presidente José Eduardo dos Santos orienta a sessão.

O Congresso do MPLA terá por principais objectivos alterar o programa e os estatutos do Partido por forma a abolir definitivamente a sigla de Partido do Trabalho (PT), readmitir membros visando unir no seu seio a «família do MPLA» e aprovar o programa do governo que servirá de base à campanha para as eleições de Setembro.

## GREENPEACE

Várias dezenas de membros da organização ecologista Greenpeace manifestaram-se em frente à Casa Branca, em Washington, contra a recusa dos Estados Unidos em interromper os testes nucleares como o fez a França.

Os manifestantes exibiram uma grande faixa com a frase «parem os testes nucleares» e gritaram o mesmo «slogan», antes de se dispersarem sem incidentes.

Na véspera, cerca de 40 membros do Greenpeace deslocaram-se à embaixada de França em Washington, onde entregaram um grande ramo de flores para agradecer a Paris a sua decisão de suspender os testes nucleares no Pacífico previstos para 1992.

## SALVADOR

A igreja católica salvadorenha acusou o presidente Alfredo Cristiani, o ministro da Defesa, o general Emílio Ponce e o sistema judicial de El Salvador de travarem o inquérito sobre o massacre de «El Mozote» que matou mil pessoas.

Em conferência de imprensa, o bispo auxiliar de São Salvador, Gregório Rosa Chavez, disse que a paz «não poderá ser sólida» quando se quer «fechar os olhos» ao assassinio de 792 pessoas, entre elas 326 crianças com idades inferiores a 10 anos, e 14 mulheres grávidas, massacradas por forças de elite.

O massacre ocorreu entre 11 e 13 de Dezembro de 1981 no cantão de El Mozote, 200 quilómetros a leste da capital.

## MOÇAMBIQUE

As autoridades moçambicanas estão a lançar apelos para assistência alimentar de urgência a cerca de dois milhões de pessoas em carência extrema, devido à seca que atinge o país.

Organismos oficiais de assistência social afirmam que as perspectivas são sombrias e que tendem a agravar-se pela redução crescente de ajudas externas, nos últimos tempos.

O governo de Moçambique aponta as províncias de Manica, Sofala, Nampula e Zambézia, no centro do país, como as mais flageladas por uma crise alimentar considerada a mais grave deste século.



Repressão policial e prisões fazem parte do quotidiano dos palestinianos dos territórios ocupados

## Debate sobre a Palestina

«Estamos lutando com pedras para que o Mundo saiba a verdade sobre o que se passa na Palestina» — afirmou Issam Beseisso, Embaixador da Organização da Libertação da Palestina (OLP) e do Estado da Palestina numa sessão de solidariedade que a Comissão Concelhia de Setúbal do PCP e a JCP promoveram este fim-de-semana, na Sociedade Musical Capricho Setubalense.

«Este povo, que nada tem a perder — continuou Issam Beseisso —, mostra que está disposto a sacrificar-se mais e mais pela recuperação do lar, da identidade e da Pátria dos seus antepassados. A epopeia da Palestina impôs-se à consciência árabe e internacional como um dos movimentos de libertação nacional mais considerável do nosso tempo».

Segundo dados que avançou e que pecam por defeito, a luta pela libertação do território ocupado sob a bandeira da «Intifada» fez já entre os palestinianos 2000 mortos, 120 000 feridos, 6500 inválidos, 7000 casos de

aborto, 98 000 detidos e 70 deportados. Entre os mortos e feridos, 40% têm menos de 16 anos de idade — o que demonstra, tal como referiu o embaixador convidado a uma questão posta — o papel das mulheres e da juventude na luta de libertação.

«As mulheres estão na luta em pleno terreno, lado a lado com os homens, e estão também representados do parlamento palestiniano, mas o valor do seu papel insubstituível na formação ideológica e política dos seus filhos está no facto de que estes são os primeiros e os mais numerosos a morrer pela Pátria!...»

As sequelas da Guerra do Golfo foram ainda tema de debate, sendo afirmado que «tal como houve quem previsse e prevenisse, a guerra conduzida pelos Estados Unidos nada resolveu. De facto, a questão palestiniana é a questão fulcral da crise do Médio Oriente».

Issam Beseisso recordou a posição da OLP sobre o Iraque e a anexação que levou a efeito sobre o Koweit.

«Desde cedo a OLP considerou ilegítimo tal acto contrário aos preceitos internacionais. Mas também temos como linha de princípio a de que os problemas entre os árabes devem ser resolvidos entre árabes. Insustentável é a situação de facto criada na região, graças à intervenção de tropas estrangeiras que não agem em relação a Israel — país agressor dos direitos

humanos — com o mesmo vigor demonstrado, por exemplo, quando o Iraque invadiu o Koweit».

Sobre as negociações internacionais em curso, o representante da OLP reafirmou que a persistência de Israel na expansão dos colonatos em território da Palestina não augura uma resolução pacífica, rápida e a contento de todos os conflitos.

## Telegrama a Arafat

Por ocasião do acidente de que foi vítima o presidente da OLP, Yasser Arafat, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, enviou o telegrama que transcrevemos.

«Prezado camarada Yasser Arafat

Lamentando acidente aéreo e vítimas causadas, regozijamo-nos entretanto pelo facto de ter saído ileso e assim prosseguir a luta pelos direitos nacionais palestinianos, com a qual o PCP é solidário.

Desejando-lhe a melhor saúde, aceite as nossas fraternais saudações.

## ZLAN alerta para obstáculos à paz e cooperação

O Movimento dos Municípios Livres de Armas Nucleares (ZLAN) condenou a «instrumentalização» do Conselho de Segurança das Nações Unidas pelos Estados Unidos, considerando-a uma das «principais ameaças» à paz.

Segundo a resolução final do V Encontro Nacional do Movimento ZLAN, realizado nestes dias na Figueira da Foz, o Conselho de Segurança funciona «ao sabor dos interesses políticos e geoestratégicos da potência que ocupa actualmente um lugar dominante no mundo».

«A nova situação internacional que se seguiu ao fim da guerra fria despoletou factores de perturbação que lançam a insegurança e a preocu-

pação sobre o futuro», refere o documento.

Para além da «ameaça nuclear» e da modernização de outros armamentos, o «despontar de nacionalismos e fundamentalismos de todas as cores e matizes» e o crescimento eleitoral de organizações racistas e xenóforas na Europa representam também «obstáculos à paz e cooperação».

Os municípios do movimento ZLAN defendem que Portugal «deve desenvolver uma política empenhada e coerente no sentido da paz e da cooperação, bem como no respeito pela legalidade internacional e pelos direitos dos povos».

Neste domínio sublinham a «atenção particular que

devem merecer» as questões de Timor-Leste, Palestina, Mundo Árabe e África Austral.

No âmbito do encontro, e para além da eleição de novos órgãos sociais, foram aprovadas alterações aos estatutos, passando o movimento a designar-se ZLAN — Mu-

nicipios pela Paz, Ambiente e Cooperação.

O movimento foi fundado em 1988 pelas Câmaras da Amadora, Beja, Fafe, Figueira da Foz, Lagos, Peso da Régua, Santarém e Seixal, juntamente com o Movimento Não às Armas Nucleares em Portugal.

## PCP/PTC

A convite do CC do Partido do Trabalho da Coreia, partiu, para Piongyang, Octávio Pato, membro do Secretariado do CC do PCP, onde participará das comemorações do 80.º aniversário de Kim Il Sung, secretário-geral do PTC e presidente da República Popular Democrática da Coreia.

Seguidamente, Octávio Pato realizará uma visita à China, no quadro das relações de solidariedade e amizade existentes entre o PCP e o Partido Comunista da China.

■ MENCIONA O ENCONTRO NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

## Dar vida à Escola dar vida ao futuro

### Estudantes comunistas debatem política educativa

Quem entrou no passado sábado na Faculdade de Letras encontrou uma animação particular: mais de quatrocentos adolescentes tomaram conta de um dos pavilhões e assentaram arraias para dizer de sua justiça.

Mascavam pastilha elástica, usavam botas da tropa, vestiam calças justas, manifestavam ruidosamente as suas opiniões.

Ao contrário do que muitos pensam, estes jovens, que gostam de música *da pesada* e parecem *não ter papas* na língua, até falam de coisas sérias e são capazes de passar um belo dia de sol a discutir problemas que lhes dizem respeito.

Eram os *putos* da Organização do Ensino Secundário da JCP que ali estavam a realizar o seu IV Encontro Nacional.

Dar vida à escola, dar vida ao futuro foi o lema que presidiu aos trabalhos. A política educativa, a actividade da JCP no Secundário, o movimento associativo, foram os grandes temas em

debate. E não há dúvida de que ali ficou claro - como denotam as principais resoluções que publicamos em separado - estarem os estudantes comunistas dispostos a ser cada vez «mais revolucionários e mais actuaes», apesar das reconhecidas «incapacidades e deficiências» ainda existentes na organização e análise dos problemas.

E os problemas do Se-

cundário, como foi lembrado, não se limitam à PGA, antes dizem respeito à necessária reforma do sistema educativo. Sublinhando diversas intervenções, Amélia Pardal e Alexandre Araújo, da direcção da JCP, fizeram notar que ali «se falou de tudo menos de escolas-galinheiros, escolas-currais» como as que a política governativa tem feito proliferar pelo país, e se demonstrou de novo que

«os jovens não são uma camada amorfa e indiferente», antes se afirmam cada vez mais motivados para «intervir e dar vida à escola».

Uma ideia reforçada por Vítor Dias, da Comissão Política do CC do PCP, na intervenção de encerramento, em que salientou a «tolerância, fraternidade e alegria» do trabalho realizado. Na ocasião, Vítor Dias falou da necessidade de reforçar o trabalho da JCP nas escolas, dando a conhecer a sua men-



sagem mas também sabendo «ouvir, dialogar e respeitar a diferença de opiniões», pois a unidade de acção é fundamental para a resolução dos problemas. Particularmente aplaudida foi a sua afirmação de que o estar organizados «não nos torna nem menos independentes nem menos livres» e de que «não há nada nas mudanças, no país e no mundo, que desmintam a necessidade dos ideais comunistas».

Para a organização dos trabalhos ficou um recado a ter em conta: «Vejam lá se para a próxima arranjam uma sala maior, porque dizem que o comunismo está a morrer mas cada vez somos mais e eu já estou cansado de estar em pé!»

## Política

O IV Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP, tendo em conta os problemas com que a educação se defronta em Portugal, considera, como fundamental para o melhoramento da situação em que os estudantes se encontram, a concretização das seguintes medidas:

- Garantir, com medidas de carácter pedagógico e de apoio social, o cumprimento da escolaridade mínima obrigatória de 9 anos, combatendo deste modo o insucesso e o abandono escolar;
- Alargar a rede escolar pública;
- Aumentar significativa-



A PGA trouxe os alunos do secundário para a rua; agora é tempo de pensar nas alternativas futuras

■ MENCIONA O ENCONTRO NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR

## Política do PSD não serve os interesses estudantis

### Aumento das propinas pretendido pelo Governo é elitização do ensino superior

Dados recentes da OCDE, revelam que o número de alunos do Ensino Superior, em Espanha, ultrapassa um milhão, mais de 90 por cento dos quais frequentam escolas públicas,

o que significa proporcionalmente que é duas vezes e meia superior ao de Portugal - lembrou Edgar Correia, membro da Comissão Política do CC do PCP, ao intervir no passado domingo

na sessão de encerramento da VI Conferência Nacional do Ensino Superior da JCP.

Trata-se de certo modo de um dado que ilustra a justeza das preocupações que presidiram à VI CNES, cujos tra-

balhos foram dedicados à análise e debate da situação política educativa, do movimento estudantil e da actividade da JCP no ensino superior, para além da eleição da respectiva direcção central.

As críticas à política educativa do Governo foram uma constante. Do sistema de acesso ao ensino superior ao aumento das propinas, passando pelo mais que simbólico «apoio social estudantil», de tudo um pouco se falou. Sobre o anunciado

aumento das propinas, considerado «factor acrescido e determinado da elitização socioeconómica» deste grau de ensino, os representantes da JCP salientaram que «não compete aos estudantes andarem a custear o ensino uns dos outros», pois esse papel

## Governo quer privatizar o ensino

(...) A política do Governo, no respeitante ao ES, caracteriza-se pela orientação privatizadora do ensino.

No que respeita ao financiamento do ES Público, esta intenção traduz-se numa cada vez mais notória desresponsabilização financeira. O Governo, em termos da política global, provoca a ruptura financeira dos estabelecimentos públicos, no intuito de privilegiar o ES Privado.

Assim, os orçamentos de muitas escolas mantêm-se iguais há três anos, desprezando a inflação, o aumento do número de alunos, a progressão do pessoal docente e não docente nas suas carreiras e a aplicação do novo sistema retributivo da função pública.

Os orçamentos das escolas encaminham-se, na ordem dos 85%-90%, para o financiamento de salários e despesas de manutenção (chega a haver escolas em que as despesas com salários cobrem 95% e até mesmo 98% dos custos totais). As despesas de capital, um bom indicador económico do investimento no desenvolvimento do sistema, são quase nulas.

O Estado não tem dificuldades financeiras. Mas faz com que o ES Público as tenha. No ano lectivo de 90/91, o Conselho de Reitores disse que as Universidades precisavam, no mínimo, de mais 4 milhões de contos, o que não foi

aceite, enquanto que só no Centro Cultural de Belém, que em 89 estava orçamentado em 6 milhões de contos, já se gastaram 30 milhões, e ainda não está acabado. Como dizem os estudantes, com toda a razão, não há falta de dinheiro, está é mal distribuído.

E, no entanto, o Governo, sempre que pode, apressa-se a conceder vultuosos subsídios ao ES Privado. Só à Universidade Católica, instituição privada, foram atribuídos cerca de 1 milhão e 700 mil contos, correspondente a 40% do total disponível para o ES da componente infra-estrutural do concurso PRODEP-PEDIP. Não pode haver sinal mais claro da orientação política do Governo.

A política de distribuição das verbas do Estado e o estado actual do ES Público, constituem um bom desmentido da afirmação demagógica e hipócrita do Governo e do seu partido de que a prioridade é a Educação.

### Ensino Superior Privado

A razão de ser do ES Privado em Portugal, regra geral, são os enormes lucros obtidos por estas instituições. A título de exemplo, refira-se o caso dos custos de Direito. Um estudante da Faculdade de Direito da UL, em 1989, custava ao Estado cerca de 109 contos por ano. Embora não dispondo de valores actualizados,

este valor deve rondar, actualmente, os 150 contos/ano (é preciso considerar que o cálculo da despesa por aluno inclui o custeamento de actividades de investigação dos docentes que, em geral, não se traduzem de forma directa e imediata no ensino, e que são praticamente inexistentes no ES Privado). Um estudante de um curso de Direito de uma escola privada custa, por ano, bastante menos. Já para não falar dos custos com as instalações, o corpo dos docentes é bastante menos qualificado (em grau académico). Admitindo, no entanto, que um estudante de Direito de uma escola privada custasse os mesmos 150 contos/ano, o que está longe de corresponder à verdade, só o facto de pagar durante 10 meses propinas de cerca de 25 contos (em algumas escolas ainda mais), mais 25 contos de inscrição e outro tipo de taxas adicionais, o estudante paga por ano, no mínimo, 280 contos. Isto significa que o grupo económico tem um lucro de, no mínimo, 130 contos por aluno. Multiplique-se pelo número de alunos da escola e começa-se a perceber os lucros brutais. O ES Privado, neste país, rende bem mais que uma dezena de milhões de contos por ano.

O incentivo claro do Governo ao ES Privado traduz-se bem na sua política de acesso ao ES, na prestimosa concessão de alvarás a esco-

las privadas, no incentivo à abertura indiscriminada de cursos, na facilidade do reconhecimento de diplomas, na não fiscalização da qualidade do ensino, na indiferença à praticamente inexistente carreira docente nas escolas privadas, no «fechar de olhos» à acumulação ilegal de serviço docente nas escolas públicas e privadas, na concessão de verbas às escolas privadas e no apoio social aos estudantes das escolas privadas.

Actualmente, o ES Privado é já um colosso, que engrossou consideravelmente nos últimos anos. Mas é um colosso de pés de barro, devido à qualidade dos seus cursos e ao custo elevado das propinas. Estas são determinadas pelos preços do mercado, com ligeiras oscilações devido à oferta e procura, e o número de vagas é alinhado tendo em conta o lucro que se pretende obter.

Assim, o ES Privado vive às custas dos estudantes não colocados. Qualquer modificação no sistema de acesso que aumentasse significativamente as vagas do Estado levaria imediatamente um considerável número de escolas privadas à falência, pois os estudantes que aí se inscrevem só o fazem porque não têm alternativa. (...)



CONFERÊNCIA  
DE  
ÁLVARO CUNHAL  
NO SEMINÁRIO  
«PARA A  
HISTÓRIA  
DA OPOSIÇÃO  
AO  
ESTADO NOVO»

# O PARTIDO COMUNISTA: DA REORGANIZAÇÃO DOS ANOS 40 AO 25 DE ABRIL



## Senhoras, senhores:

"O Partido Comunista: da "reorganização" dos anos 40 ao 25 de Abril" é o tema que me foi atribuído no convite para fazer esta conferência. É um tema aliciante. Exige porém duas observações prévias.

A primeira: numa curta conferência, falar de um quarto de século de vida de um partido que como o PCP desenvolveu ininterruptamente uma intensa e acidentada actividade ao longo desses anos não é tarefa fácil. Não será possível ir além de algumas anotações referentes a aspectos seleccionados. Perdoem, pois, as mil e uma omissões de factos e ideias de que se esperava talvez ouvir falar.

A segunda: na história de um partido, cada momento tem sempre um passado que contribui para explicá-lo e precede um futuro que o confirma ou desmente. Perdoem-se, pois, no decurso da minha exposição, algumas referências, embora fugidias, a actividades anteriores ou posteriores ao período referido no tema que me foi atribuído.

## Breve referência a anos anteriores

Desde logo, não se pode falar da reorganização do PCP nos anos 1940/41 se não tivermos em conta alguns importantes momentos anteriores da sua vida e actividade. Lembremos: a fundação em 1921, a actividade legal até ao golpe militar de 28 de Maio de 1926, a efectiva organização na clandestinidade a partir de 1929 com Bento Gonçalves, secretário-geral, a luta do Partido, da classe operária e de amplos sectores sociais nas condições da estruturação fascista do Estado nos anos 1933 e seguintes, a influência crescente nos sindicatos até à sua ilegalização em 1933/34, a luta ideológica contra o anarco-sindicalismo e o reviralhismo e os sucessivos e profundos golpes da repressão que conduziram à grande crise do Partido nos anos 1938/40 tornando necessária a reorganização de 1940/41.

No movimento comunista, são de referir nessa época a construção da sociedade nova na União Soviética, grandes progressos dos partidos comunistas, a realização do VII e último Congresso da Internacional Comunista (Agosto de 1935), a vitória das frentes populares em França e Espanha, as revoluções em marcha no continente asiático e sul-americano.

Na vida internacional, sobressaem ainda, como acontecimentos maiores, a subida de Hitler ao poder em 1933, a guerra da Itália fascista para a conquista da Abissínia, agressões do militarismo japonês no Extremo Oriente, o golpe fascista em Espanha seguido da guerra civil (1936/39). Finalmente, o início da 2ª Guerra Mundial.

Só tendo em conta estes antecedentes do período imediatamente anterior ao que esta conferência respeita (desde a reorganização de 1940/41 até ao 25 de Abril) é que se pode avaliar correctamente o que representou a reorganização do PCP nos anos 40/41, a transformação do PCP num grande partido nacional, a sua luta ininterrupta que se seguiu ao longo de mais de 30 anos e a contribuição do PCP para o derrubamento do fascismo e a instauração da democracia com o 25 de Abril.

## Significativo o momento da reorganização

É particularmente significativo que essa reorganização do PCP tenha sido



## O PARTIDO COMUNISTA; DA «REORGANIZAÇÃO» DOS ANOS 40 AO 25 DE ABRIL

**A**ssim, de 1940 a 1974, o PCP conseguiu por um lado, com severas normas de funcionamento, defender-se no essencial da repressão, mas conseguiu também, com preocupações, métodos, prática e critérios democráticos, criar um colectivo fraterno, coeso, ligado por fortes laços de solidariedade e confiança.

empreendida num momento em que parecia que o terror fascista ia ganhar todo o mundo e a ditadura em Portugal, terminada a fascização do Estado, estava no aparente apogeu do seu poder.

A guerra civil espanhola terminara com a derrota da República e a instauração da ditadura de Franco, cujo golpe foi militarmente apoiado pela Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini e contou com o activo apoio de Salazar. Os exércitos nazis tinham varrido e ocupado a Europa continental, chegavam aos Pirinéus e avançavam até às portas de Moscovo, de Leninegrado e de Stalinegrado.

O Japão militarista conquistava o Oriente.

O que então apregoavam os fascistas, faz lembrar o que hoje apregoam alguns: que o comunismo tinha morrido.

O governo declarava que o PCP estava definitivamente liquidado e tanta

confiança mostrava em que com a derrota da URSS na guerra o comunismo seria uma causa definitivamente perdida que libertou, em 1940, do Tarrafal e de outras prisões vários membros responsáveis do Partido.

Em tais circunstâncias, empreendendo a reorganização, creio poder dizer-se que o PCP mostrava como os comunistas compreendem os seus deveres para com o povo e para com o país, como não recuam ante obstáculos e dificuldades, como não se deixam intimidar pela mais brutal repressão e como a sua visão da história e da sociedade os não faz perder a confiança no futuro.

## Brevíssimo índice de mais de 30 anos de luta

É impossível, nos poucos minutos disponíveis para o efeito, dar uma nota cronológica, mesmo brevíssima, da actividade do PCP nos 33 anos considerados nesta conferência. Podemos, entretanto, como pontos de referência para melhor entendimento, considerar quatro períodos:

De 1940 a 1949, nos anos da 2ª Guerra Mundial e após a derrota hitleriana, a vitória da URSS e Aliados e a instauração de novos regimes democráticos - a transformação do PCP num grande partido nacional ligado às massas. Sobressaem neste período a criação de uma organização nacional partidária, a realização dos III e IV Congressos do Partido (1943 e 1946), a publicação regular do "Avante!" e outra imprensa clandestina, o

impetuoso fluxo do movimento operário com grandes greves e outras lutas de massas, a criação e organização de amplos movimentos unitários antifascistas, a batalha da Oposição pela primeira vez no terreno eleitoral da ditadura (1945 e 1949).

De 1950 a 1959 - o PCP nos anos da guerra fria. Sobressaem, neste período de refluxo revolucionário, a realização do V Congresso sob o impacto do desvendamento do culto da personalidade de Staline no XX Congresso do PCUS, grandes lutas de massas e novas lutas no terreno eleitoral fascista, com relevo para a campanha do General Humberto Delgado nas eleições presidenciais de 1958.

De 1960 a 1967 - a luta revolucionária na situação de crise geral da ditadura fascista. Sobressaem neste período o novo fluxo revolucionário de 1961/62, o ascenso geral da luta popular, a luta contra a guerra colonial e a realização do VI Congresso que aprovou o Programa do PCP para a revolução antifascista como revolução democrática e nacional e traçou a orientação para o levantamento nacional armado.

De 1968 a 1974 - a luta no período de agonia da ditadura. Sobressaem neste período o desenvolvimento geral da luta democrática em todas as frentes (luta operária, luta sindical, luta dos estudantes, luta contra a guerra colonial, lutas nas forças armadas) aproximando-se a crise revolucionária que conduziu ao 25 de Abril, ao derrubamento da ditadura, à revolução democrática e à instauração da democracia portuguesa.

Este brevíssimo enunciado não pre-



tende constituir a arrumação do que poderia considerar-se etapas da situação nacional e da actividade do PCP, mas apenas uma indicação geral que melhor facilite a compreensão do que a seguir será dito acerca da natureza, dos objectivos e do Programa do PCP, das suas formas de intervenção e de luta, da sua contribuição para a derrota da ditadura e para a conquista da liberdade e da democracia pelo povo português.

### Porquê o PCP o único a sobreviver e a reforçar-se sob a repressão

É útil relembrar que na maior parte desses anos o PCP foi o único partido que resistiu à repressão fascista e não só sobreviveu nas condições de clandestinidade como se tornou um influente partido nacional.

Os partidos existentes à data do golpe de 1926 cessaram praticamente a sua actividade e acabaram por desaparecer completamente da cena política. O Partido Socialista cessou a sua actividade na Conferência Nacional que foi autorizado a realizar em 1933 e só 40 anos mais tarde (em 1973) foi criado o Partido Socialista actual.

Neste intervalo, houve sem dúvida correntes de opinião e personalidades destacadas assumindo posições políticas diversas, formaram-se grupos, realizaram-se reuniões de que saíram declarações de intenção. Há siglas que desapareceram com a mesma rapidez como apareceram. Em movimentos unitários participaram democratas representando formalmente partidos como é o caso do Partido Socialista Português e do Partido Republicano. Mas com excepção da União Socialista, do Directório Democrático Social (nos anos 60), da ASP, PS e FAP já no período de crise final do regime nenhuma outra corrente política teve expressão organizada ao longo dos 34 anos considerados nesta intervenção.

É por isso legítimo perguntar o que tornou possível ao PCP, ao contrário do sucedido com outros partidos e correntes, resistir e conduzir uma luta ininterrupta durante essas dezenas de anos. Podem apresentar-se algumas causas fundamentais.

A primeira, a existência de objectivos de luta correspondendo a aspirações profundas do povo português e a convicção de serem objectivos justos e merecedores de todos os sacrifícios.

A segunda, a existência de um colectivo de homens e mulheres firmemente decididos a travar a luta contra o fascismo nas condições de acção clandestina e de vida clandestina e dispostos a todas as provas, incluindo dar a vida se tal se impusesse, como em muitos casos de facto se impôs.

A terceira, a criação de elementos logísticos clandestinos essenciais: instalações, tipografias, imprensa clandestina, sistemas de ligação e transportes, bem como uma direcção experimentada e capaz, uma organização estruturada e os chamados métodos conspirativos de trabalho capazes de assegurar a defesa da repressão fascista. A quarta, a ligação estreita do Partido aos trabalhadores e às massas e (através da luta) a criação de uma sólida e permanente base de apoio e fonte e reserva de quadros, de inspiração e de energias revolucionárias.

Cabe dizer que a reorganização de 1940/41 pecou inicialmente por partir de uma conclusão não provada segundo a qual a causa fundamental das sucessivas prisões que atingiam a direcção do Partido se deviam necessariamente a provocação policial instalada entre os quadros dirigentes. Subestimaram-se as insuficiências dos méto-

**A** ditadura que tiranizou Portugal durante 48 anos anos liquidou as mais elementares liberdades dos cidadãos, apesar de as inscrever no artº 8º de um arremedo de Constituição. Censura, perseguições, prisões, torturas (por vezes até à morte), condenações por tribunais especiais, “medidas de segurança”, cidadãos presos até mais de 20 anos, polícia política omnipresente, legião fascista, partido fascista, organização fascista da mocidade - em tal situação viveu o povo português quase meio século.

dos de defesa numa tão severa clandestinidade e o resultado foi que já depois da reorganização novos golpes atingiram a direcção até que a partir de 1942 se realizou uma transformação radical desses métodos. Estas características explicam que, ao contrário de numerosos grupos políticos que se formaram neste período e tiveram curta existência, o PCP tenha desenvolvido com permanência a sua actividade, tenha dado uma contribuição determinante para a criação de condições que conduziram à vitória do 25 de Abril de 1974 e tenha aparecido com o 25 de Abril com força organizada, base de apoio e capacidade de intervenção imediatas e operativas que então faltaram a outros sectores políticos.

### Vida clandestina e constante preocupação democrática

Forçado a actuar numa rigorosa clandestinidade, sujeito a uma violenta

repressão, o Partido era forçado à centralização de tarefas essenciais e a medidas de cuidadosa defesa. Mas embora com soluções diferentes em momentos diferentes, procurava-se assegurar um funcionamento democrático compatível com tal situação.

Tal como praticamente todos os partidos comunistas do mundo, por influência do PCUS e da Internacional Comunista, o PCP sempre afirmou ter uma estrutura e um funcionamento fundamentados no centralismo democrático. Mantendo-se esta expressão, os conceitos e a prática sofreram entretanto através dos anos modificações importantes.

A defesa contra a repressão, nas condições de clandestinidade a que o PCP era obrigado, exigia compartimentação de organizações, militantes e tarefas, secretismo de numerosos dados, forte centralização de competências de direcção e rigorosa disciplina. Mas apesar de erros cometidos em alguns momentos de centralismo excessivo, foi constante a preocupação de, mesmo em tais condições, assegurar métodos democráticos de trabalho.

Em qualquer dos Congressos realizados nessa época (III em 1943, IV em 1946, V em 1957 e VI em 1965), a par de competências centralizadas, de disciplina, de unidade, foram sublinhados princípios democráticos como a eleição de todos os organismos de direcção (embora de impossível generalização nas condições de clandestinidade), a prestação de contas e direitos fundamentais dos membros do Partido: de defenderem as suas opiniões, de discordarem dos organismos superiores, de crítica, de participação na discussão ampla e democrática de toda a actividade partidária e na elaboração das directrizes gerais do Partido.

O IV Congresso sublinhou a necessidade e o dever de adoptar formas democráticas “sempre que não colidam com o trabalho conspirativo”. O V Congresso procedeu a uma severa crítica ao exagero do centralismo e a métodos autoritários de direcção e aprovou Estatutos do Partido.

O VI Congresso insistiu nos princípios democráticos e no trabalho colectivo. Tanto concepções centralistas

como outras depois caracterizadas como “anarco-liberais” foram ultrapassadas.

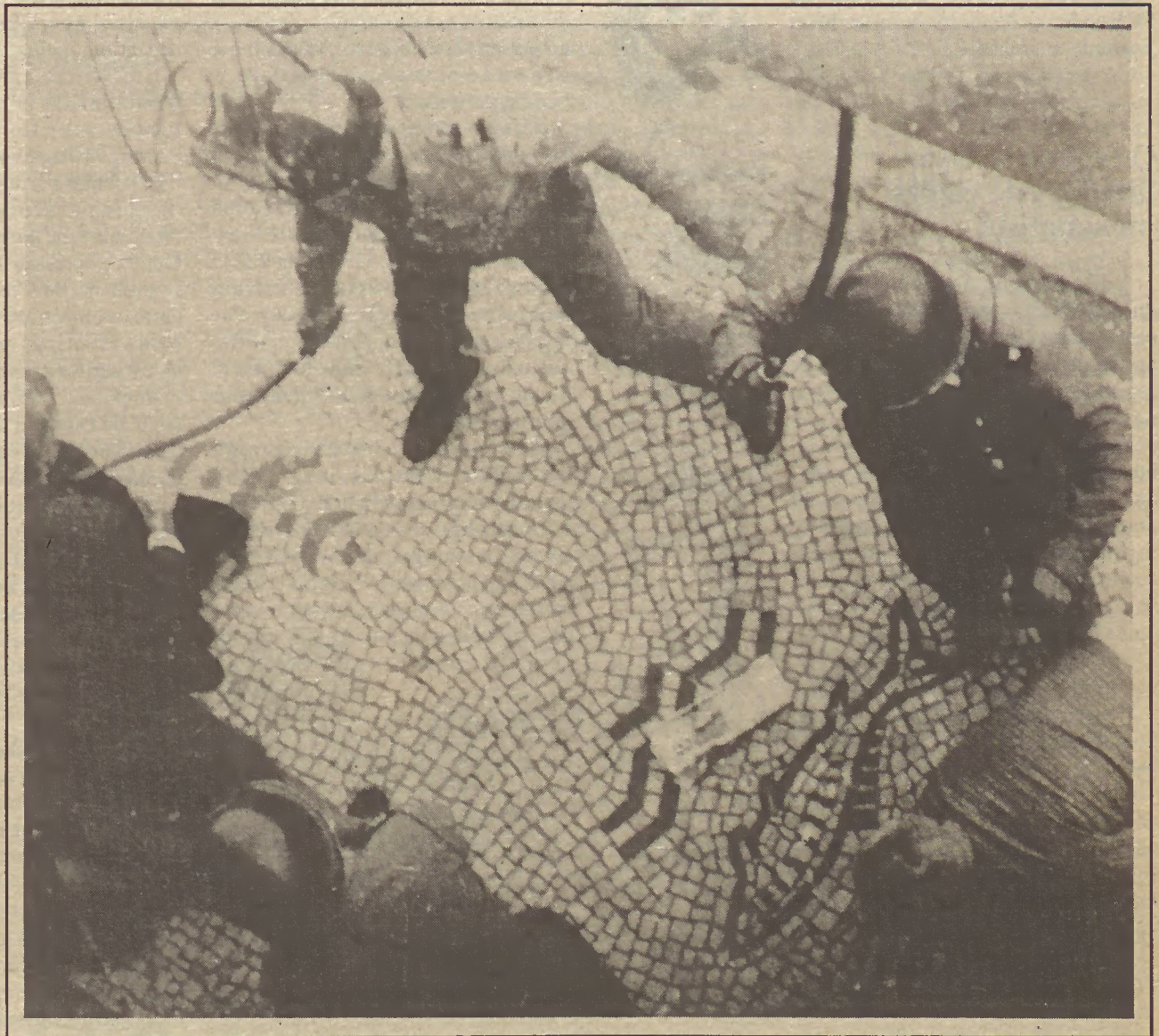
Tanto a experiência nacional como a internacional mostraram que, com o enunciado de princípios do centralismo democrático, foi possível instaurar de facto situações extremamente diferenciadas, com numerosos casos de desrespeito pelos princípios relativos à democracia interna e a acentuação dos princípios do centralismo, levando em alguns partidos a situações de autoritarismo e mesmo despotismo de um núcleo dirigente.

No PCP, além de um crescente respeito pelas opiniões diferenciadas, a democracia interna ganhou novos valores e aprofundou-se progressivamente através do conceito e da prática do trabalho colectivo. Foi uma experiência extremamente útil o facto de não ter havido praticamente secretário-geral do Partido durante 26 anos. Bento Gonçalves, preso em 1935, morreu no Tarrafal em 1942. Depois da sua morte, durante mais 19 anos não houve secretário-geral. Só em 1961 foi designado novo secretário-geral, o que não alterou nem os princípios nem a prática de direcção colectiva e do trabalho colectivo que se tinham anteriormente adoptado nos organismos mais responsáveis e se foram alargando no Partido como uma das características essenciais da democracia interna.

Não consideramos que a admissão de tendências, de campanhas e de lutas entre dirigentes com as suas plataformas próprias, reduzindo o resto do partido a apoiantes e votantes, seja uma afirmação de democracia superior ao conceito e à prática do PCP que se compreende a si próprio como um grande colectivo que determina a orientação e a acção.

Assim, de 1940 a 1974, o PCP conseguiu por um lado, com severas normas de funcionamento, defender-se no essencial da repressão, mas conseguiu também, com preocupações, métodos, prática e critérios democráticos, criar um colectivo fraterno, coeso, ligado por fortes laços de solidariedade e confiança.

Estes dois aspectos complementares contam-se entre os factores da capaci-



dade de resistência e de intervenção do PCP ao longo de tantos anos de duras provas.

## O regime fascista - ditadura do capital monopolista

A ditadura que tiranizou Portugal durante 48 anos liquidou as mais elementares liberdades dos cidadãos, apesar de as inscrever no artº 8º de um arremedo de Constituição. Censura, perseguições, prisões, torturas (por vezes até à morte), condenações por tribunais especiais, "medidas de segurança", cidadãos presos até mais de 20 anos, polícia política omnipresente, legião fascista, partido fascista, organização fascista da mocidade - em tal situação viveu o povo português quase meio século.

Um tal regime para quê?, para servir quem?

Um tal regime apenas para servir um homem, um ditador, e lhe fazer a vontade?

Com frequência se fala da ditadura de Salazar. De certa forma essa designação é correcta porque Salazar exerceu de facto um poder pessoal. Daí o interesse em conhecer não só o que fez mas também o que pensava e dizia, além do mais porque o seu pensamento e a sua fala também fizeram parte da sua acção.

Assim é de lembrar que Salazar proclamou um regime que nas suas próprias palavras era declaradamente antidemocrático, defendia abertamente a liquidação das liberdades dos cidadãos ("liberdade possível, autoridade necessária"), enaltecia as torturas (por vezes até à morte) infligidas pela polícia aos presos políticos com a cínica expressão de "alguns safanões a tempo". No plano externo, considerava a vitória de Franco e a instauração da ditadura fascista em Espanha como vitória sua; vangloriava a expansão alemã antes da guerra gabando a ditadura fascista hitleriana como sinónimo de "civilização"; gabava o Acordo de Munique e a contribuição que dizia ter-lhe dado o "génio político" de Mussolini, cujo retrato tinha na sua secretária, de cuja ditadura enaltecia "as formidáveis alavancas espirituais" e da qual dizia "aproximar-se" a sua ditadura, dele, Salazar. Ao findar a 2ª Guerra Mundial decretou luto nacional pela morte de Hitler e considerou que o maior erro de Hitler foi ter perdido a guerra... Esta uma pequena amostra.

Seria porém insuficiente e deformador da realidade histórica caracterizar a ditadura como uma ditadura pessoal, sem considerar as forças sociais que dominavam o país, ao serviço das quais actuava a ditadura, a quem servia a liquidação das liberdades e a repressão fascista.

A este respeito, a análise do PCP distinguia-se da opinião de outras forças políticas.

No nosso entender, um aspecto essencial da política da ditadura, nomeadamente após a 2ª Guerra Mundial, foi a rápida formação de grandes grupos monopolistas dominantes da economia nacional, o que, num país atrasado, como era Portugal, não poderia ter acontecido apenas pela centralização e concentração de capitais decorrente da concorrência (lei do desenvolvimento do capitalismo), mas que só foi possível pela intervenção do Estado obrigando à concentração industrial e bancária, à formação do capital financeiro, ao domínio pelos grupos monopolistas dos sectores fundamentais da economia portuguesa.

Os casos dos Melos da CUF, dos Espírito Santo da banca, dos Champa-

limaud dos cimentos, alargando o seu domínio aos mais variados sectores e empresas e constituindo grandes impérios económicos, contam-se entre os mais significativos.

Certamente esses senhores e seus clãs, aos quais actualmente estão de novo a serem entregues empresas de importância estratégica na economia portuguesa, não gostarão que se citem os seus nomes. Mas se seria inevitável falar deles se estivéssemos fazendo uma conferência sobre o presente Portugal democrático, mais se justifica que o façamos ao falar da história da ditadura fascista na qual foram protagonistas e senhores.

Se tivermos em conta que os grupos monopolistas estavam intimamente associados ao capital estrangeiro e que os proprietários dos latifúndios e os capitalistas na agricultura se entrelaçavam e fundiam cada vez mais estreitamente com a banca e a indústria torna-se claro o fundamento do PCP quando definiu o regime fascista como a dita-

dura terrorista dos monopólios (associados ao imperialismo estrangeiro) e dos latifundiários.

E se tivermos em conta que os grupos monopolistas portugueses estavam também associados ao imperialismo estrangeiro na exploração e opressão nas colónias portuguesas e que o sistema colonial não só estava chegando mundialmente ao seu fim como era um factor de opressão do próprio povo português, melhor se compreende que, entre os objectivos definidos pelo PCP para a revolução antifascista, tenham sido inscritos a liquidação do poder dos monopólios, a reforma agrária, a libertação de Portugal do imperialismo e o direito dos povos das colónias portuguesas à independência.

Esta foi sempre uma diferença básica entre o PCP e outros sectores antifascistas. Estes consideravam a necessidade de instaurar um regime democrático, mas não punham em causa a continuação do poder económico e o efectivo domínio do país pelos grandes grupos monopolistas e pelos latifundiários.

Tal posição explica que, já numa fase avançada da crise da ditadura e particularmente quando ela entrou na sua agonia, tenha não só havido dificuldades e divergências no movimento antifascista, mas que com vista a um acordo para pôr fim à ditadura fascista tenha também havido contactos entre algumas forças da Oposição e alguns dos mais poderosos grupos capitalistas, que sentiam que o fascismo deixava de estar em condições de defender e garantir os seus interesses e temiam uma explosão revolucionária.

## O Programa do PCP para a revolução antifascista

Quando se examinam as propostas que faziam as diversas forças políticas para o regime que deveria suceder à ditadura, não pode deixar de ter-se em conta que desde a 2ª Guerra Mundial (1939/45) ao 25 de Abril de 1974, quase 30 anos, se registaram radicais alterações na situação internacional,

significativas alterações na situação nacional e uma evolução das organizações e do pensamento político da Oposição determinando importantes mudanças programáticas.

Se em relação ao PCP, em linhas gerais e simplificadas, quisermos definir o essencial dessas mudanças, podemos dizer que, na medida em que o Partido aprofundou a análise da realidade portuguesa, foi-se precisando a necessária complementaridade das vertentes política, económica, social e cultural da revolução antifascista, da revolução democrática, no quadro da independência e soberania nacionais.

Manteve-se entretanto sempre, como objectivo e tarefa central, como eixo da luta antifascista, a liquidação da ditadura fascista, a conquista da liberdade política, a instauração de um regime democrático.

Logo em Março de 1943 (pouco tempo portanto após a reorganização, ainda grassava a 2ª Guerra Mundial) nos "9 pontos-Programa para a Unidade Nacional", aprovados no III Congresso (1943) e confirmados no IV Congresso (1946), se propunha a instauração da liberdade de palavra, de imprensa, de reunião, de associação, de crenças e cultos religiosos, a legalização das organizações operárias e progressistas e a constituição de um Governo Provisório até que o povo português escolhesse os seus governantes através de eleições em sufrágio directo e em escrutínio secreto de uma Assembleia Constituinte.

O IV Congresso realizado em 1946, portanto já depois do fim da guerra, insistindo nos objectivos centrais das liberdades democráticas lançou a consigna de um Governo de Concentração Nacional para proceder à realização de eleições livres.

O V Congresso (1957), o Programa aprovado, a par de objectivos de carácter social, de objectivos relativos às estruturas socioeconómicas (nacionalização das empresas monopolistas e reforma agrária com a expropriação dos latifúndios), e do reconhecimento do direito dos povos das colónias portuguesas de África à imediata e completa independência, apontou como objectivo político central a instauração das liberdades e direitos dos cidadãos e de um regime verdadeiramente democrático.

O VI Congresso (1965), realizado já num período de crise da ditadura e guerra colonial, aprovou o "Programa do PCP para a revolução democrática e nacional" definindo 8 pontos ou objectivos fundamentais largamente desenvolvidos: 1º Destruir o Estado fascista e instaurar um regime democrático; 2º Liquidar o poder dos monopólios e promover o desenvolvimento económico geral; 3º Realizar a Reforma Agrária entregando a terra a quem a trabalha; 4º Elevar o nível de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral; 5º Democratizar a instrução e a cultura; 6º Libertar Portugal do imperialismo; 7º Reconhecer e assegurar aos povos das colónias portuguesas o direito à imediata independência; e 8º Seguir uma política de paz e amizade com todos os povos.

O 1º objectivo foi definido como o "objectivo central" da revolução antifascista.

Apontou-se a dissolução dos órgãos e instrumentos do poder fascista, a instauração e garantia das liberdades sindical, de palavra, de imprensa, de associação, de reunião, de greve e de manifestação; a liberdade de consciência, de divulgação das crenças e da prática do culto; a igualdade de direitos para todos os cidadãos independentemente do sexo, grau de instrução e situação económica.

Adiantou-se como objectivo "uma organização democrática do Estado,



O PARTIDO  
COMUNISTA:  
DA  
«REORGANIZAÇÃO»  
DOS ANOS 40  
AO  
25 DE ABRIL

**E se tivermos em conta que os grupos monopolistas portugueses estavam também associados ao imperialismo estrangeiro na exploração e opressão nas colónias portuguesas e que o sistema colonial não só estava chegando mundialmente ao seu fim como era um factor de opressão do próprio povo português, melhor se compreende que, entre os objectivos definidos pelo PCP para a revolução antifascista, tenham sido inscritos a liquidação do poder dos monopólios, a reforma agrária, a libertação de Portugal do imperialismo e o direito dos povos das colónias portuguesas à independência.**



uma câmara legislativa única eleita em sufrágio directo, universal e secreto para todos os cidadãos maiores de 18 anos, a desinação do Governo pelo Parlamento e a sua responsabilidade perante este, eleições livres para todos os órgãos de administração local; a reorganização das forças armadas, a democratização da justiça.

Este breve enunciado permite aferir da importância central que no programa do PCP assumiu (como sempre assumiu ao longo dos 71 anos da sua história) a democracia política.

Isto relativamente ao programa. Mas são também oportunas algumas palavras relativas à acção.

Dando alta avaliação à luta antifascista de outras tendências, é uma verdade histórica que, ao longo de dezenas de anos de ditadura, nenhum outro partido ou força política lutou com mais dedicação e coragem do que o PCP pela liberdade e a democracia. Muitos comunistas deram a vida e milhares de comunistas deram a sua liberdade para que finalmente o povo português alcançasse a sua. No VII Congresso realizado já na legalidade alcançada com o 25 de Abril foi divulgada uma informação concludente. O total dos anos passados na prisão pelos então 36 membros do Comité Central ultrapassou os 300 anos.

Ninguém mais que os comunistas, porque foram mais cruelmente privados dela, conhecem o valor da liberdade. Esse valor foi ganho na luta, no sofrimento, na esperança, no sonho, no objectivo concreto das batalhas travadas.

Não é apenas uma afirmação programática mas um valor e um sentimento ganho na vida o facto de a política nacional que propomos ter como elemento determinante um regime de liberdade no qual o povo decida efectivamente o seu destino.

Através dos anos, pelas lições da própria actividade e pela cada vez mais atenta análise de experiências negativas noutros países, este aspecto central da nossa política e da nossa acção foi sendo cada vez mais afirmativo e convicto.

A democracia, para o PCP, tem (repetido) quatro vertentes inseparáveis (a económica, a política, a social e a cultural).

No que respeita à democracia política (com conceitos cada vez mais precisos e mais explicitados), o PCP sempre a inscreveu entre os seus objectivos essenciais, não só para um regime político a instaurar após o derrubamento da ditadura mas como um valor intrínseco e parte integrante e inalienável na sociedade socialista que propõe para o futuro de Portugal.

Não cabe no âmbito do tema que me foi proposto para esta conferência tratar da acção do PCP no 25 de Abril e após o 25 de Abril.

Não se pode entretanto deixar de referir a contribuição, em muitos aspectos determinante, dada pelo PCP para a intervenção popular na liquidação do regime fascista e na conquista das liberdades democráticas, para a instauração e institucionalização do novo regime democrático, para a elaboração pela Assembleia Constituinte da Constituição da República que aí foi aprovada por todos os partidos, com excepção do CDS.

E não se pode tão-pouco deixar de referir que na actualidade, quando tantas ofensivas são desenvolvidas contra liberdades e direitos dos cidadãos e contra elementos básicos da democracia política, o PCP trava a luta em sua defesa e propõe ao povo português uma política em que a democracia política é não só assegurada, como é aprofundada simultaneamente nas suas vertentes representativa e participativa.

## Enriquecimento do projecto de sociedade socialista

Através dos 71 anos de existência, num mundo marcado nesses anos por grandes transformações, o projecto político do PCP foi-se corrigindo e enriquecendo e precisando com a experiência própria e as experiências alheias.

Os objectivos da sociedade socialista foram durante anos definidos na base dos escritos de Marx, de Engels, de Lênine, e das realizações da primeira grande experiência histórica da construção do socialismo na URSS.

A própria criação do PCP teve a determinação por um lado a consciência política da classe operária portuguesa ganha pela sua própria luta e por outro

nhecido desempenhado pelo povo soviético sob a bandeira do socialismo e apoiando-se nas realizações do socialismo para a derrota da Alemanha nazi e a libertação do mundo do terror e da barbárie fascista confirmou por um lado os extraordinários êxitos também mundialmente reconhecidos alcançados pela URSS na construção do socialismo e levou, por outro lado, a uma avaliação insuficiente, estreita, unilateral e demasiado confiante da política e da acção do PCUS e de Stáline, considerado então como um dirigente genial.

As grandes transformações e conquistas revolucionárias na União Soviética (no domínio económico, social e cultural) foram tomadas como experiências e exemplos quase de validade universal e integraram, embora apenas em termos muitos gerais, o projecto

então prefigurados (abolição da exploração do homem pelo homem, propriedade social sobre os principais meios de produção, desenvolvimento harmonioso de todos os sectores e recursos da economia nacional, intervenção da pequena produção na produção socialista, desenvolvimento contínuo da produção, elevação constante do bem-estar material e espiritual dos trabalhadores, fim da miséria, do desemprego, da desigualdade social, princípio a cada um segundo o seu trabalho, cultura como património e instrumento das amplas massas populares) - a par dessas vertentes - a vertente da democracia política foi claramente sublinhada.

Desde logo a luta pela revolução democrática e nacional (com todos os seus objectivos respeitantes às liberdades e direitos dos cidadãos) é considerada como "parte constitutiva da luta



**D**ando alta avaliação à luta antifascista de outras tendências, é uma verdade histórica que, ao longo de dezenas de anos de ditadura, nenhum outro partido ou força política lutou com mais dedicação e coragem do que o PCP pela liberdade e a democracia. Muitos comunistas deram a vida e milhares de comunistas deram a sua liberdade para que finalmente o povo português alcançasse a sua.

lado o impacte da revolução russa de 1917, dando o exemplo da conquista do poder pelos trabalhadores e do empreendimento da construção de uma nova sociedade com a abolição da exploração e opressão capitalista e com a criação dos *soviets* e de formas novas de democracia participativa.

Nos anos que se seguiram à 2ª Guerra Mundial, o papel mundialmente reco-

político do PCP de uma sociedade socialista para Portugal. Nesses anos, a par da falta de conhecimento profundo e completo da realidade soviética apesar das relações estreitas com o PCUS, faltou-nos uma posição crítica aberta a aspectos que começamos a analisar na base da experiência e do pensamento próprio do nosso Partido.

O tempo, as próprias análises do Partido, designadamente da sociedade portuguesa, as experiências directas da própria luta, o juízo crítico de aspectos negativos que íamos apreciando na realidade da URSS e outros países socialistas foram afastando o PCP de quaisquer "modelos" e enriquecendo, modificando, dando nova configuração ao seu Programa.

É certo que no Programa aprovado no VI Congresso (1965) se identifica a revolução socialista como "a conquista do poder pelo proletariado" e a "ditadura do proletariado" expressões que actualmente nos parecem ideologicamente ultrapassadas e que foram riscadas do Programa do PCP no VII Congresso (extraordinário) realizado em Outubro de 1974.

Importa porém sublinhar que a par das grandes vertentes económica, social e cultural da sociedade socialista

pelo socialismo". Insiste-se em que "as liberdades democráticas serão asseguradas" e admite-se "um sistema pluripartidário". Define-se o regime que se projecta como um "novo tipo de democracia incomparavelmente superior a todos os tipos actualmente existentes", afirmando-se que "o Estado socialista estabelecerá a mais ampla forma de democracia, garantindo a participação das massas trabalhadoras no Governo e na direcção da vida política e económica do país através dos órgãos do Estado e das organizações de classe, sindicais, políticas e outras".

O XIII Congresso (extraordinário) do PCP realizado em 1990 apontou como causas da derrocada dos regimes existentes nos países do leste da Europa situações e soluções que representaram não os ideais dos comunistas mas o afastamento desses ideais, como sejam o poder dos trabalhadores e do povo e a sua participação criativa em toda a vida da sociedade, a democracia política associada à democracia económica, social e cultural, o desenvolvimento impetuoso das forças produtivas resultante das novas estruturas socioeconómicas, o melhoramento radical das condições de vida, um partido indissoluvelmente ligado às massas e uma teo-



ria dialéctica capacitada para responder às novas realidades e para ser um guia para a acção. Ao apontar tal causa do fracasso do "modelo" que se instalou nesses países, o PCP reafirmou assim características essenciais dos ideais comunistas, tal como os comunistas portugueses os compreenderam, os foram aperfeiçoando, definindo e traduzindo na luta de todos os dias através dos anos.

A luta de 71 anos do PCP constituiu uma longa aprendizagem. Se o PCP tivesse ficado cristalizado e imóvel no pensamento e na acção ante as grandes transformações que se operaram ao longo do século, há muito teria morrido. O PCP respondeu às novas situações que foi deitando, aprendeu com a vida, enriqueceu conceitos. Manteve simultaneamente valores essenciais que são a razão da sua própria existência.

Esses valores não são produto de ideias concebidas em abstracto, elaborados em gabinetes isolados da vida, no terreno da teoria separada da prática. São a substância da própria existência e da própria luta, cimentada nas convicções e na acção de gerações de comunistas.

Qualquer estudioso que se dê ao trabalho de examinar atentamente os objectivos da acção concreta do PCP através dos anos e as lutas conduzidas pelo PCP - designadamente nos anos que constituem o tema desta conferência - poderá verificar que, com fins imediatos muito variados, as posições assumidas e as lutas travadas se podem arrumar em cinco grandes objectivos gerais, constantes, unificadores em que todas as lutas (apesar dos fins específicos de cada uma) se inscreveram: a luta pela liberdade e a democracia, eixo político central da luta do Partido ao longo de toda a sua existência; a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo em geral, pela melhoria das suas condições de vida; a luta pelo desenvolvimento do país inseparável do progresso social e da vertente social; a luta em defesa da independência nacional; e a solidariedade internacionalista para com as forças revolucionárias, os trabalhadores e os povos dos outros países.

Estes objectivos inspiradores da luta convicta, dedicada e apaixonada dos comunistas através dos anos inseriram-se não apenas na consciência e na sensibilidade ganhas na luta, mas como valores do Programa do PCP, tanto para o regime democrático a instaurar após o derrubamento da ditadura, como para a sociedade socialista que o PCP como seu último objectivo sempre teve no horizonte do Portugal futuro.

A nossa reflexão na actualidade é certamente diferente daquela que foi em anos passados. Cremos que assim sucede com o pensamento e a acção que se movem com o tempo. Por isso seria altamente instrutivo que partidos e indivíduos que têm a sua história a contar trouxessem à memória e procedessem à reflexão (como nós fazemos) acerca do que noutras épocas pensaram, afirmaram, defenderam e fizeram.

**O PARTIDO  
COMUNISTA:  
DA  
«REORGANIZAÇÃO»  
DOS ANOS 40  
AO  
25 DE ABRIL**

acção adoptados, se revelou mais capaz de actuar nas condições de uma severa clandestinidade. Mas, ao mesmo tempo, mais que nenhuma outra força política estabeleceu, manteve e aprofundou nesses anos a ligação com a classe operária, com o povo, com a vida social, política e cultural do país. Quem esteja interessado em investigar esta matéria, encontra valiosos elementos informativos nos jornais clandestinos publicados regularmente (nomeadamente o "Avante!", "O Militante", "O Têxtil", "O Corticeiro", "O Camponês", "A Terra" e outros) e poderá tomar contacto com uma informação viva de situações, de problemas e de lutas mostrando essa profunda ligação. Ligação diária, ligação constante.

Diferentemente do PCP e de alguns outros sectores democráticos manifestaram-se nesses anos duas atitudes extremas. A daqueles que recorrendo apenas muito limitadamente e de forma insipiente a métodos clandestinos intervinham quase exclusivamente quando a ditadura abria campo a actividades legais e semilegais. E a daqueles que menosprezando e condenando a criação e aproveitamento de possibilidades de acção legal e semilegal defendiam a exclusividade da organização e acção clandestina.

O PCP, por seu lado, como meio indispensável para chegar às massas, informá-las, influenciá-las, esclarecê-las, estimulá-las, organizá-las para a luta, não só aproveitava as possibilidades de acção legal e semilegal que se pudessem oferecer, como tomava a iniciativa de criá-las. São exemplos de

**S**em dúvida que, durante os 48 anos de ditadura, o PCP foi a força política que, pelos métodos de organização e acção adoptados, se revelou mais capaz de actuar nas condições de uma severa clandestinidade. Mas, ao mesmo tempo, mais que nenhuma outra força política, estabeleceu, manteve e aprofundou nesses anos a ligação com a classe operária, com o povo, com a vida social, política e cultural do país.

particular significado a actividade nos Sindicatos Nacionais integrantes da organização corporativa desenvolvida particularmente a partir de 1945, de forma a transformá-los em instrumentos de defesa dos interesses dos trabalhadores, actividade que acabou por conduzir à criação da Intersindical; a criação e acção das Comissões de Unidade nas empresas que com o apoio dos trabalhadores acabaram em muitos casos por ser reconhecidas; a acção da juventude nas Associações de Estudantes em que se apoiaram grandes movimentações, com especial referência para 1941-42, 1961-62 e 1969; e a concorrência às eleições fascistas que permitiu conduzir grandes campanhas políticas em unidade com outras forças democráticas (eleições para a Assembleia Nacional a partir de 1945 e eleições para a Presidência da República nomeadamente de 1949, 1951 e 1958).

De sublinhar, em relação com este aspecto específico da luta antifascista, o papel dos intelectuais (escritores, artistas plásticos, músicos, cantores, actores, professores) não só participando nas formas gerais da luta antifascista, mas dando também uma ímpar contribuição para a cultura e a defesa de valores democráticos com a sua obra específica.

A íntima ligação com a classe operária, os trabalhadores em geral, os intelectuais, a juventude, e o aproveitamento ou criação de formas de organização legal e semilegal eram indissociáveis de uma concepção fundamental do PCP: que a luta popular de massas constituía uma frente de luta determinante e um motor do desenvolvimento do processo que conduziria à revolução antifascista.

A luta do PCP contra a ditadura não se resumia ao desmascaramento da política fascista e ao protesto contra ela. A luta foi conduzida de forma a suscitar, promover e organizar a luta popular com objectivos concretos e imediatos. A experiência mostrou que o interesse directo numa luta que se trava (e o êxito alcançado ou possível) é um factor que pode ser determinante para o esclarecimento dos problemas gerais e globais. No caso concreto do período considerado nesta conferência, para o reforço da consciência antifascista e do carácter imperioso do derrubamento da ditadura.

Será uma inadvertência de qualquer estudioso da resistência antifascista dar menos atenção e menosprezar o

que foram e o que significaram as lutas de massas no tempo da ditadura. Apesar das perseguições e da repressão fascista, a história da resistência é uma história de greves, de manifestações, de concentrações, de campanhas políticas, em muitos casos de extraordinária amplitude, grandeza, nível de organização e heroísmo, que não só constituíram uma demonstração de elevada consciência e combatividade do povo português (com particular relevo da classe operária, dos intelectuais e da juventude), não só incapacitaram o fascismo de criar uma verdadeira base de massas, como constituíram uma valiosíssima escola que acabou por conduzir o regime ao progressivo isolamento e o povo a objectivos gerais de liberdade que vieram a ter exaltante expressão no levantamento popular que se seguiu imediatamente ao levantamento militar do 25 de Abril e ao derrubamento do governo fascista e que, em aliança com os militares do MFA, acabou por determinar as grandes transformações democráticas então verificadas e a instauração e institucionalização do regime democrático.

Neste Seminário "Para a história da Oposição ao Estado Novo", é correcto que sejam referidos os méritos e deméritos dos partidos e outras forças políticas. É porém também necessário referir, como grande protagonista da Oposição, o povo português, que justificou com a sua luta a confiança daqueles que nele confiavam e justificará certamente no futuro a confiança daqueles que nele confiavam.

#### A luta pela unidade antifascista

Será difícil contestar que nos anos decorridos de 1940 ao 25 de Abril o PCP desempenhou um papel de primordial importância na concretização da unidade das forças antifascistas.

Já antes do período a que respeita esta conferência, sob a influência da criação, vitórias eleitorais e formação de governos das Frentes Populares com comunistas e socialistas em França e Espanha (1935/36) - também em Portugal, por iniciativa do PCP, se deram nesses anos passos positivos para a criação de uma Frente Popular (1936/38).

Com a vitória de Franco na guerra civil e o início da 2ª Guerra Mundial esse processo foi interrompido.



#### Sempre voltado para as massas

Não é exacta a ideia por vezes avançada de que o PCP nos anos sombrios de clandestinidade se caracterizava por ser um núcleo político fechado, mergulhado numa existência conspirativa e secreta, afastado da vida, do povo, das massas. Tal ideia não corresponde à realidade.

Sem dúvida que, durante os 48 anos de ditadura, o PCP foi a força política que, pelos métodos de organização e



## SUPLEMENTO

Assim, quando da reorganização de 1940-41, as forças antifascistas encontravam-se divididas, dispersas, sem acordos nem acção comuns.

Foi por iniciativa do PCP e sob o impacto das grandes greves operárias de Julho/Agosto de 1942 e Outubro/Novembro de 1943 (que tiveram ainda nova expressão em 8 e 9 de Maio de 1944) da unidade e combatividade da classe operária e da influência do PCP nelas reveladas, que se constituiu em Dezembro de 1943 na clandestinidade o Conselho Nacional de Unidade Anti-Fascista. Num "Comunicado ao Povo Português", o Conselho declarou ser objectivo do Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF) a instauração de um governo em que estivessem representadas todas as correntes da oposição e que desse ao povo português "a possibilidade de escolher, em eleições verdadeiramente livres, os seus governantes".

O Conselho Nacional, que teve como presidente Norton de Matos e contou na sua composição mais de 40 membros, conseguiu unir à sua volta praticamente todos os sectores da oposição antifascista, esteve aberto a grupos militares e a correntes católicas e formou Comités de Unidade Nacional por todo o país. É certo que muitos dos membros do Conselho Nacional representavam formalmente partidos praticamente inexistentes como tal. Mas, alguns representavam correntes políticas com influência não desprezível.

Ao terminar a guerra, aproveitando em profundidade a manobra pseudodemocrática de Salazar, o MUNAF lançou um vastíssimo e dinâmico movimento político de massas que impôs temporariamente a sua actuação legal e semilegal (o MUD) e que nos anos seguintes (fazendo frente à repressão) promoveu uma intensa actuação política.

A luta do PCP pela unidade antifascista continuou sendo uma constante da sua orientação e teve, ao longo dos anos expressões diferenciadas em termos de composição e organização, como foram o Movimento Nacional Democrático (MND) com Ruy Luís Gomes, as Juntas de Acção Patriótica (JAP), a Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), as Comissões Democráticas Eleitorais (CDE), os Congressos da Oposição Democrática (Aveiro), o MUD Juvenil e o Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT), o Movimento Democrático das Mulheres (MDM) e outras.

Em 1949 a campanha eleitoral de Norton de Matos e em 1958 as campanhas eleitorais de Arlindo Vicente e Humberto Delgado fundindo-se finalmente na deste último mereceram o entendimento e a acção comum de praticamente todos os sectores democráticos confluindo numa vigorosa acção política de massas.

A constituição em fins de 1962 da Frente Patriótica de Libertação Nacional (de que vieram a fazer parte com o PCP entre outros Humberto Delgado e Ruy Luís Gomes) representou nos anos seguintes até à sua divisão interna ainda na década 60 um importante papel na aglutinação e dinamização da luta contra a ditadura.

A unidade antifascista na luta contra a ditadura teve magníficas expressões de que os democratas portugueses se podem justamente orgulhar. Era porém inevitável que a existência de diferenças de pontos de vista entre sectores sociais e políticos tão diversos provocasse dificuldades e contradições ao processo de unidade.

As diferenças mais sérias tanto na luta imediata contra a ditadura como nos objectivos definidos para o regime democrático a conquistar respeitavam

**S**erá uma inadvertência de qualquer estudioso da resistência antifascista dar menos atenção e menosprezar o que foram e o que significaram as lutas de massas no tempo da ditadura. Apesar das perseguições e da repressão fascista, a história da resistência é uma história de greves, de manifestações, de concentrações, de campanhas políticas, em muitos casos de extraordinária amplitude, grandeza, nível de organização e heroísmo.

a quatro principais questões: a estrutura socioeconómica (nomeadamente monopólios e latifúndios), as posições dominantes do imperialismo estrangeiro sobre Portugal, o direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e independência e a chamada via para pôr termo à ditadura. Deve sublinhar-se que essas diferenças de pontos de vista continuaram após o 25 de Abril, ainda de forma mais aguda naturalmente, porque se tratou então de concretizar ou não na vida as políticas que se propunham.

Nos últimos anos do fascismo, por um lado as tendências para um compromisso com o regime com vista à sua "liberalização" e ilusões voltadas para os "dissidentes" e por outro lado um verbalismo radical pseudo-revolucionário apregoando a acção directa e o terrorismo com vista a uma revolução imediata que apelidavam de proletária e socialista constituíram factores negativos para a unidade dos antifascistas. Apesar porém dessas dificuldades, em

numerosos aspectos houve acções paralelas e acções convergentes. Um processo unificador implicou naturalmente não apenas diferentes opiniões, diferentes programas, diferentes objectivos, mas contradições e polémicas mais ou menos agudas e, em certos momentos, conflitos e rupturas.

Entretanto, mesmo quando separados, todos acabávamos por convergir no objectivo primeiro, fundamental e comum de pôr fim à ditadura, conquistar a liberdade, instaurar um regime democrático. Este grande objectivo comum acabou por ser alcançado e por isso, quando o foi, em dias grandes da história do povo português e de Portugal - a revolução de Abril de 1974 - todos os antifascistas se encontraram unidos, por momentos infelizmente breves, na conquista e instauração das liberdades e de um regime por que haviam sonhado gerações e gerações submetidas à tirania fascista.

Porque o tema da conferência que fui convidado a fazer termina precisamente no 25 de Abril, acho preferível não me alargar nas divergências, conflitos e polémicas, nem anteriores nem posteriores, antes abordando a questão da unidade terminar este ponto da minha exposição nesse momento histórico em que os antifascistas concluímos unidos, na alegria da liberdade conquistada, a nossa longa luta contra a ditadura.

### Como derrubar a ditadura?

Um problema maior que se colocou ao povo português, aos democratas, ao PCP, logo desde 28 de Maio de 1926, foi como pôr fim à ditadura.

Antes da 2ª Guerra Mundial, enquanto a efectiva hegemonia da resistência coube a círculos republicanos vindos

da República de 1910, a ideia predominante era a de que o único caminho seria um *putsch* - um golpe militar. Algumas tentativas, das quais a principal foi logo em 7 de Fevereiro de 1927, foram dominadas militarmente. Depuradas as forças armadas pela ditadura, a ideia do golpe militar (do então chamado "revirvalho") além de iniciativas esporádicas logo abafadas, passou a ser um pretexto para justificar e defender a passividade de sectores antifascistas aos quais faltavam determinação, organização e mesmo coragem para travar a luta dia a dia e para enfrentar dia a dia a repressão.

O PCP deu combate político e ideológico ao reviralismo mas só quando, já nos anos 40, adquiriu força e capacidade para promover e dirigir, mesmo nas condições do fascismo, a luta política e social de massas, só então começaram a surgir outras perspectivas no pensamento e na actividade da Oposição.

Talvez nenhuma outra questão tenha dado lugar no campo antifascista a tão profundas divergências e tenha influenciado tão profundamente a orientação política, as linhas programáticas e as formas de intervenção.

De uma maneira talvez simplista podem considerar-se dois grandes blocos de tendências, a que o PCP fez frente simultaneamente.

Por um lado, as vacilações e ilusões do que chamámos a "burguesia liberal".

A ideia ilusória de que o fim da ditadura e a instauração da democracia viria de factores externos (por pressão da Inglaterra quando da derrota da Alemanha na guerra, por exemplo). A ideia igualmente ilusória, mas que renascia ao longo dos anos de que seria possível uma vitória nas eleições fascistas elegendo deputados da Oposição e facilitando assim o caminho para uma solução pacífica (1957). A ideia de que



## SUPLEMENTO

o fim da ditadura resultaria da desagregação automática e irreversível da própria ditadura (tendência particularmente forte nos anos 60). A ideia de que a única saída seria um compromisso com o próprio regime, da ala mais moderada da Oposição que assim alcançaria discriminada autorização para actuar legalmente (esta tendência foi muito viva no período do marcelismo). Esta não era apenas uma atitude pragmática de alguns. Grassavam especulações teóricas segundo as quais, ao contrário do salazarismo, que teria sido inspirado pelo "capital agrário", o marcelismo seria o desbloquear do desenvolvimento, a política do capital progressista a que chamavam "neocapitalismo", interessado na liberalização e na democratização do país.

Noutro bloco, a impaciência do que chamámos o radicalismo pequeno-burguês, que, particularmente após o desencadeamento das guerras coloniais, portanto já na década de 60, considerava inúteis a acção política e as lutas de massas e, em alguns círculos, por influência directa do maoísmo de então, defendia a precipitação, como forma prioritária, exclusiva e imediata, de acções armadas em diversas modalidades: desde a acção guerrilheira ao terrorismo. Propagandistas exaltados do lançamento imediato de tais acções, sem darem um passo para a sua realização, reclamavam que o PCP as empreendesse, mostrando estarem firmemente decididos a sacrificar-se até à morte... do último comunista.

Também no PCP esta questão da via para o derrubamento da ditadura deu lugar a debates e vacilações.

No fim da 2ª Guerra Mundial, dada a aliança dos Estados Unidos e Inglaterra com a União Soviética, generalizou-se em largos círculos a crença de que a aliança no tempo de guerra poderia ter nova e duradoura expressão no tempo de paz. Isto naturalmente antes do célebre discurso de Fulton, de Churchill (5 de Março de 1946), que reacendeu a guerra fria contra a União Soviética. Difundiu-se a ideia de que o imperialismo tinha mudado de natureza e de que os Estados Unidos, além da Inglaterra, passariam a ter um papel progressista na libertação dos trabalhadores e dos povos do mundo. No próprio movimento comunista apareceram tais ideias, como foi o caso do "browderismo", - de Browder, secretário-geral do Partido Comunista dos Estados Unidos, depois afastado do partido.

No PCP, tais concepções não vingaram, mas não deixaram de manifestar-se da parte de alguns camaradas (reunião do Comité Central de Maio de 1945) e na opinião de alguns outros que à data se encontravam no Campo de Concentração do Tarrafal e defenderam a então chamada "política de transição".

O caminho insurreccional, o levantamento nacional armado foi a linha definida pelo III Congresso (1º ilegal) realizado em Novembro de 1943 e confirmada no IV Congresso realizado em 1946.

Mas em 1956/57, as conclusões do XX Congresso do PCUS, não tanto pela revelação e condenação do culto da personalidade de Stáline como pela perspectiva apontada da coexistência e competição pacífica, da breve ultrapassagem pacífica do capitalismo pelo socialismo em termos mundiais, da solução pacífica como caminho universal para o fim das ditaduras e para revoluções socialistas, tiveram também eco no PCP. O V Congresso realizado em 1957, sem se afastar da sua linha de massas, colocou entretanto como objectivo "desejável e possível" (inserto no que foi depois considerado "o desvio de direita" dos anos 1956/59) "a solução pacífica do problema políti-



**O PARTIDO  
COMUNISTA:  
DA  
«REORGANIZAÇÃO»  
DOS ANOS 40  
AO  
25 DE ABRIL**

**A** luta do PCP pela unidade antifascista continuou sendo uma constante da sua orientação e teve, ao longo dos anos expressões diferenciadas em termos de composição e organização, como foram o Movimento Nacional Democrático (MND) com Ruy Luís Gomes, as Juntas de Acção Patriótica (JAP), a Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), as Comissões Democráticas Eleitorais (CDE), os Congressos da Oposição Democrática (Aveiro), o MUD Juvenil e o Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT), o Movimento Democrático das Mulheres (MDM) e outras.

co português", associada à crença numa "desagregação contínua" e "irreversível" da ditadura. Expressão significativa desta tendência foi a palavra lançada de uma "jornada nacional pacífica para a demissão de Salazar" (1959) com a esperança de que poderia conduzir a tal resultado.

Em 1961 foi retomada a linha do levantamento nacional armado (reunião de Março do Comité Central). A necessidade do recurso à força, de uma solução violenta para pôr fim à ditadura resultava da recusa do governo fascista abrir caminho a uma solução pacífica do problema político português, da insistência na farsa das eleições, do uso sistemático da repressão fascista para manter a ditadura como regime imutável e intocável.

O levantamento nacional, definido (nomeadamente no VI Congresso realizado em 1965) como insurreição popular, luta armada do povo e de militares revolucionários, foi apontado pelo PCP, não como um acto volonta-

rista, como consequência de apelos ou de iniciativa de uma vanguarda empreendendo isolada o combate, mas exigindo a existência de uma situação revolucionária, em que à crise do regime se somasse a preparação, disposição e determinação das forças revolucionárias.

### Crise e derrota da ditadura fascista

O extraordinário agravamento das contradições económicas e sociais resultantes do processo específico do desenvolvimento do capitalismo no tempo da ditadura, a amplitude e vigor da luta popular e democrática, a redução radical da base social e política de apoio do fascismo, a luta armada dos povos das colónias conduziram a uma crise geral e irreversível do regime.

O vigoroso ascenso da luta popular em todas as frentes, a guerra colonial sem saída militar, a deterioração da situação económica, o crescente isolamento interno, as dissidências nas hostes fascistas ("os dissidentes do regime"), as contradições nas Forças Armadas que há muito tinham deixado de ser (na frase de Salazar) "a garantia e o penhor da Revolução Nacional" e a formação de um movimento militar organizado (o MFA), o surgir de tendências antifascistas e progressistas no clero e nos meios católicos e o isolamento internacional - são os aspectos mais significativos da crise do regime que entrou na sua agonia com a manobra liberalizante de Marcelo Caetano.

O fluxo do movimento operário com poderosas lutas de massas e a formação a partir dos sindicatos fascistas de um movimento sindical independente (a Intersindical), o movimento democrático com redobrada vitalidade na grande campanha em torno das eleições para a Assembleia Nacional fascista, um movimento juvenil nomeadamente dos estudantes, a luta contra a guerra colonial nas suas variadas formas e tendo expressão em acções violentas contra o aparelho militar da guerra colonial e crescentes acções de resistência nas Forças Armadas, anuncia-

vam a aproximação da crise revolucionária.

Ao longo dos anos, tendo em conta que a ditadura dispunha de um Estado fortemente centralizado e militarista, o PCP sempre considerou que o levantamento nacional teria que contar com a participação e a neutralização de parte considerável das forças armadas. Com a crise do regime fascista aprofundada com a guerra colonial, a resistência nas forças armadas e a radicalização política de soldados e sectores da oficialidade, o elemento militar ganhou cada vez mais peso na perspectiva apontada.

Assim admitia-se não só uma insurreição popular e militar simultânea, como a possibilidade de uma acção militar preceder o levantamento popular. O 25 de Abril veio a comprovar tal previsão.

Insistindo numa ideia já atrás referida, na história das sociedades cada momento foi vida tendo atrás um antes e tendo à frente um depois.

Dá a dificuldade, para não dizer impossibilidade, falando de um partido com 71 anos de existência, de falar de uns tantos anos sem referir o que os precedeu e o que se seguiu.

Este seminário dedica-se à "história da Oposição ao Estado Novo". A luta contra a ditadura fascista teve um objectivo último central e fundamental: a conquista da liberdade e da democracia. Alcançado esse objectivo, é legítimo questionar não só o que se pensou e fez antes mas como se concretizou na vida nacional a luta travada pelo PCP, pelo povo português, pelos democratas portugueses durante esses 48 anos de ditadura.

A questão sugere naturalmente o tema de um outro Seminário que seria interessante realizar sobre o 25 de Abril, a revolução democrática e os anos que se seguiram até hoje. É um tema válido num mestrado de história, porque sendo da história recente, não deixa de ser já história. História que por vezes erradamente alguns julgam estar escrevendo por si próprios mas que acaba por ser escrita nas linhas fundamentais pela vontade dos povos.

9 de Abril de 1992





Álvaro Cunhal começou pela última questão — se estava o PCP «à espera ou se acreditava na queda automática da ditadura».

— Tive ocasião de dizer que tal tendência existiu de facto — **começou por responder**. Referi há pouco que houve propostas muito concretas no sentido de se esperar que viesse uma solução exterior à luta dos democratas. Na intervenção que fiz, creio ter dito que o Conselho de Unidade Antifascista tinha cerca de quarenta membros. Numa reunião (a última que realizou já depois da guerra, perto de Sintra, em 1945, princípios de 46), foi feita uma proposta concreta de se esperar que,

democracia no Partido, no Estado e na sociedade). Mas abriu caminho, no movimento comunista internacional, à ideia de que, daí em diante, em virtude de se afirmar nesse congresso que a União Soviética estava em condições de ultrapassar o capitalismo no terreno económico, no terreno social, no terreno cultural, no terreno científico, haveria não só a queda automática dos regimes de repressão no mundo, mas também, digamos, o **crack** do capitalismo por ser ultrapassado pela União Soviética. Foi a grande ilusão que se criou a partir desse congresso — a vida pacífica para a resolução dos problemas internacionais e dos problemas nacionais.

Quero aqui dizer — para alguns será talvez uma surpresa, mas tem sido dito em círculos talvez mais estreitos — que, mesmo no Partido português (ao contrário do Partido espanhol, esse estava já lançado na solução pacífica e só na solução pacífica, a ditadura de Franco cairia dentro de uma solução pacífica e pela sua própria evolução), mesmo no Partido português (isto é referido num documento de 61), houve um momento em que a referência à solução pacífica resulta de um acordo entre o Partido Comunista Espanhol e o PCP.

Os meus camaradas trouxeram do encontro com os espanhóis a ideia da solução pacífica. Há então um documento do PCP a esse respeito o que depois até provocou não direi um protesto por parte de alguns camaradas espanhóis, dizendo «você estão a aludir a uma influência nossa, negativa no vosso partido».

Mas assim foi — acreditava-se na solução pacífica. Quero dizer-vos que, por exemplo, escrevi artigos em jornais soviéticos em que se falava na nossa linha, na nossa política nacional, no levantamento nacional contra a ditadura. Posso dizer-vos que quando escrevia «levantamento nacional» havia censura, cortavam essa expressão. E na própria revista dos partidos, «Problemas da Paz e do Socialismo», tendo escrito um artigo sobre isso, ele não foi publicado na edição italiana. Porque os italianos, que eram tão democratas e abertos dentro do eurocomunismo, não admitiram que a voz de um partido, nesse caso o PCP, afirmasse que a via, em Portugal, não era a da solução pacífica dos problemas, mas a do levantamento armado.

Vê-se que era um conflito em profundidade em relação à visão dos acontecimentos e não apenas em relação a problemas menores. Era uma divergência profunda que existia no movimento comunista em relação a esta questão das vias para a solução dos problemas.

Em Portugal, assim de facto se passou. Nós não estávamos à espera. Precisamente criticávamos aqueles que estavam à espera que, como resultado do fim da guerra, as coisas se modificassem.

Nessa mesma reunião que referi, houve outra proposta. É que o Conselho Nacional reduziu o número de membros, se tornasse um parlamento nacional, como um pré-parlamento com vistas à legalidade, porque se acreditava que os trabalhistas ingleses iam ganhar as eleições e, como resultado da vitória dos trabalhistas, já em Portugal Salazar não teria condições de manter a ditadura.

Houve muitas ilusões. E nós contrariamos essas ilusões. Foi uma grande batalha, no terreno político, no terreno ideológico e no terreno da acção.

#### A política de unidade

No que respeita ao MUD, e ainda nesta área da luta contra a ditadura, não



# PERGUNTAS E RESPOSTAS EM TORNO DO PCP



**O** secretário-geral do PCP propôs, no final da sua conferência, responder às questões que lhe colocassem. Não uma a uma, mas reunindo-as de modo a podê-las agrupar em blocos próximos ou coincidentes. As mais diversas questões apareceram. Desde aquela, bastante prática, que se procurava saber que destino pensa o PCP dar aos seus arquivos e como poder consultá-los, a perguntas de carácter especificamente histórico, passando por outras que revelavam sensibilidade às especulações anticomunistas.

em virtude da mudança de situação, os ingleses e os americanos pressionassem Salazar para que ele abandonasse o poder. Que viria de fora a queda da ditadura.

Creio ter referido que essa tendência existiu também no nosso próprio Partido, ligada à «solução pacífica do problema político português».

Isto responde também a uma outra questão que foi colocada — porque houve a diferença entre nós e os espanhóis, em relação à via, em relação à política, em relação ao eurocomunismo. Quanto ao eurocomunismo podemos dizer que era uma tendência que se desenvolvia a partir do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Esse XX Congresso teve a grande parte positiva de desvendar — ainda que não tenha levado às suas extremas consequências — o culto da personalidade de Staline (assim se chamava e ainda hoje se chama, mas a questão era muitíssimo mais profunda: de métodos de direcção, autoritários, e de falta de

## SUPLEMENTO

se pode dizer que o Partido Comunista tenha procurado, através do MUD, uma influência em sectores sociais ou políticos. Porque o MUD resultou da acção do Partido Comunista e de outros democratas. O MUNAF, o Conselho criado em 1943 — se os estudiosos forem estudar a imprensa da época podem ver que foi no III Congresso do PCP, realizado em Novembro de 43, que se anuncia a criação do MUNAF. Nós já estávamos em condições, pelo trabalho realizado, de anunciar a criação do Conselho, já tínhamos realizado as diligências necessárias para ter a certeza de que se ia criar. E é do MUNAF que surge o MUD. O MUD aparece em 1945, quando Salazar, perante a derrota do Hitler na guerra, veio afirmar que «os verdadeiros democratas somos nós» e que portanto ia proceder a eleições livres em Portugal. Imediatamente começaram a aparecer os democratas a requererem possibilidades de acção política.

Foi aí que surgiu o MUD. Mas o MUD era uma expressão legal e semilegal do MUNAF. E digo semilegal porque actuou legalmente, mas rompeu à força a legalidade, com a coragem dos democratas que, com a sua presença, a sua acção, apesar de o Governo querer constantemente entrar essa acção.

Até se conta uma «anedota» verdadeira. Um camarada meu que já morreu, foi preso como membro do MUD. Já era uma época em que o Governo estava a reprimir o MUD, não admitia nenhuma acção do MUD. Ele foi espancado porque dizia «O MUD é legal». E a polícia dizia «É ilegal». E ele dizia «É legal». Para afirmar a legalidade do MUD fazia-o mesmo ali na polícia, sendo espancado como foi. Ou seja: a luta pela legalidade era uma acção antifascista que tinha dois caminhos — um deles era exercer as liberdades mesmo que não autorizadas. Para conquistar a liberdade, elas exerciam-se, mesmo quando não eram autorizadas; falava-se quando não era permitido; escrevia-se quando não era permitido. No fim de contas, intervinha-se contra o poder ditatorial exercendo liberdades que ainda não estavam reconhecidas a não ser no tal artigo 8.º da Constituição que, como é sabido, continha todas as liberdades e direitos dos cidadãos ainda que nem um só fosse respeitado.

A dinâmica do MUD foi esta que acabo de dizer.

**A autora da questão suscitou uma interrupção — falou no que lhe parecia uma estratégia de «entrismo» do PCP no MUD, e de um certo conflito entre duas estratégias, uma delas a do MUD, defendendo a reforma do aparelho de Estado... E colocou a questão da «dificuldade» de o PCP assumir claramente a liderança da unidade democrática.**

— Eu devo dizer que o PCP tinha a liderança sem a afirmar — esclareceu Álvaro Cunhal. — Mas afirmá-lo restringiria, nas condições existentes, a própria unidade.

Por exemplo: o Conselho de Unidade Nacional, podemos dizer que fomos nós que o criámos, que organizámos, que preparámos os aspectos técnicos. Éramos os operacionais e mais do que os operacionais. E, entretanto, no Conselho Nacional, entre quarenta, tínhamos dois. Mas estávamos em condições de ter um papel determinante nesse Conselho Nacional.

No que respeita ao MUD, não gostaria de ser desagradável para nenhum antifascista. Não gostaria de lembrar as polémicas, muito vivas, que houve. Mas uma vez que referiu uma delas, vou referir-me também a ela.

Salazar disse: «os verdadeiros democratas somos nós; vai haver eleições tão livres como na livre Inglaterra». E portanto convoca eleições. E nesses momentos — há sempre umas pessoas que dizem «esta é a nossa altura». Quer dizer — enquanto é necessária a bata-



lha da organização, com a luta clandestina, com sacrifícios, estavam recuados. Mas Salazar abriu e dizem «é a nossa altura». E lançaram-se. Não digo todos.

E então procuraram apoios. E batiam às portas. E que é que encontravam? Encontravam o MUNAF, encontravam aqueles que estavam organizados dentro do movimento e que respondiam: «Mas o que é isto? Então vocês neste momento querem aproveitar a luta dos outros e aparecerem de galarim?»

Houve na verdade aí um conflito, que levou o MUNAF a aparecer em poucos dias através dos seus órgãos, de que ficaram alguns. Por exemplo pessoas da União Socialista, e a União Socialista foi dos poucos partidos que teve uma certa vida nessa época, para além do Partido Comunista. Creio que há um nome que se pode citar, Dias Amado, que deu à União Socialista bastante prestígio, porque era uma personalidade de democrata e antifascista com grande autoridade. Um homem muito sério no plano político cívico e moral. Mas também apareceu esse grupo, de que não quero citar nomes, não os tenho presentes, que deram o salto para o aproveitamento de uma oportunidade numa posição de direita.

O Movimento de Unidade Antifascista, cujas tendências estavam organizadas, respondeu-lhes recompondo os seus órgãos no Movimento de Unidade Democrático que foi lançado e que depois foi seguido pelo movimento juvenil — o MUD Juvenil, que teve grande expressão e que, em poucos meses depois da sua criação, já anunciava cerca de 20 mil inscritos, o que era uma coisa muito grande para um movimento juvenil nos anos 45/46.

Portanto, quanto à questão de assumir ou não a liderança do MUNAF, é evidente que num movimento de unidade, se me permitem — e esta é uma questão que é fundamental —, a ideia da unidade não é assim: «Vamos constituir a unidade para dominarmos isto». Mas se a unidade é necessária para certas transformações na sociedade.

Se nós no tempo do fascismo pensávamos «é necessário pôr fim ao fascismo», tínhamos de ver com quem teríamos de nos ligar, porque sozinhos não o conseguíamos. E mais: procurávamos tudo quanto podia haver na sociedade portuguesa que se pudesse juntar a nós na mesma batalha.

Não era só: «vamos aqui ganhar influência e conseguir dominar isto». Mas: «vamos conseguir um caminho que nos leve a pôr termo a isto».

Portanto, a política de unidade não é desenvolvida com critérios de poder próprio. Eram critérios de um caminho que nos levasse efectivamente ao objectivo que era de todos, do próprio povo, que era libertar-se de um regime ditatorial, que tinha suprimido as liberdades e perseguia todas as forças democráticas.

### As influências internacionais

**Álvaro Cunhal respondeu seguidamente às questões que incidiram sobre as influências internacionais na política do PCP, nomeadamente sobre a questão do maoísmo.**

— Isto levava-nos muito longe no que respeita à situação internacional. O conflito grande surgiu depois de uma conferência do movimento comunista internacional, na última vez em que participou Mao-Tse-Tung, e depois desenvolveu-se o conflito em que as duas «grandes potências» socialistas começaram a ter rivalidades e conflitos de influência. Mas não só.

Começaram a querer-se formar partidos por uns e por outros, a criar-se uma batalha que já não era segundo os interesses próprios e com a dinâmica própria do desenvolvimento, mas segundo factores externos e auxílios externos, influências externas e apoios externos e, na verdade, surgiu um conflito muito sério, nessa época, com a criação de partidos maoistas e tendências maoistas.

No andamento deste processo até uma fase ulterior quando a China se separou da Albânia, até apareceram partidos pró-albaneses. Foi portanto uma tendência que se criou e que teve expressões no plano político, no plano ideológico, no plano de acção, muito vivas nessas época. Escreveu-se muito sobre isso, batalhou-se muito sobre isso. Mas não gostaria aqui de dizer mais do que em relação ao Partido Comunista. Houve na verdade nessa altura alguns membros do Partido que saíram, não estavam de acordo com a nossa posição, e depois formaram organizações maoistas, que tiveram o seu desenvolvimento. Até podemos dizer que ainda existem ramos dessa posição assumida por antigos membros do Partido Comunista que nos anos 60 se separaram da linha do Partido e estabeleceram relações com a China, na altura, e seguiram a linha maoista. Houve vários grupos, que depois deram lugar a outros. Mas acho que não é o tema da minha conferência, não gostaria de trazer outro que necessitaria de aprofundar muito mais o problema, e de fazer qualquer apreciação que fosse unilateral e não tivesse em conta todo o conjunto de circunstâncias internacionais e nacionais.

**Quanto à organização do Partido algumas perguntas foram feitas, que Álvaro Cunhal considerou «justo que fossem colocadas»:**

— Uma sobre o papel dos intelectuais do «Sol Nascente» e de «O Diabo». Dentro das possibilidades legais e semilegais, havia a questão da imprensa — recordou o secretário-geral do PCP.

— Isto foi antes do período considerado na conferência que aqui fiz. Por exemplo, havia um jornal que também teve a sua importância nos anos 30, que era o «Liberdade». Um jornal de jovens, mas não só, e que se publicava e que ainda conseguia pôr citações de Karl Marx, para mostrar qual a sua origem ideológica. Depois, a censura começou a cortar e então punha-se KM. E a censura deixava passar o KM. Depois utilizaram-se outras formas de comunicar aquelas transcrições que eram quase obrigatórias. Depois encerraram o «Liberdade».

Houve outros jornais. Por exemplo «O Diabo». Hoje há aí um jornal «O Diabo». Mas este jornal é um daqueles casos que por vezes as leis protegem ou permitem — o título deste jornal, o desenho, a cor, é o do antigo «O Diabo». Perdeu o direito ao título e alguém ficou com ele e utiliza-o.

Mas o antigo foi um jornal de combate contra o fascismo e onde estiveram e escreveram muitos democratas conhecidos. Foi um jornal antifascista que foi encerrado. Naturalmente que esse grupo de intelectuais que colaboravam no «O Diabo» e no «Sol Nascente» podemos dizer que, no plano literário eram as pessoas do neo-realismo. Os nomes mais notáveis do neo-realismo andaram nesses jornais. Muitos desses escritores, o Redol, o Manuel da Fonseca, os mais conhecidos do neo-realismo fizeram a sua aparição através de «O Diabo». E tiveram um papel muito

importante. O Soeiro Pereira Gomes foi um outro. Como se sabe, ele morreu na clandestinidade, doente. Foi militante do meu Partido, dirigente do meu Partido, membro do Comité Central. Foi um dos dirigentes das greves de 1944. Ele era empregado na «Cimento Tejo», foi um dos organizadores e orientadores da greve na zona de Vila Franca, com um papel muito destacado. Era gente que vinha desse grupo — Redol, Pereira Gomes e outros. Gente ligada a «O Diabo», e ao mesmo tempo ao «Sol Nascente». O «Sol Nascente» era uma revista de Coimbra — Viseu, correspondente a esse movimento que havia em Lisboa. E tiveram uma grande importância na luta antifascista, até serem encerrados. E os intelectuais que lá participaram, muitos deles eram membros do meu Partido.

E uma vez que se fala do encerramento de «O Diabo», quero dizer que — as homenagens às vezes são devidas — o dono de «O Diabo» foi convidado a vendê-lo pelas entidades que o queriam fechar. Ele recusou-se a vendê-lo e preferiu que lhe fechassem o jornal. Era um homem que, não tendo grandes recursos, tomou uma posição de grande dignidade nesse momento difícil.

### Defender o Partido contra a repressão

**Outra questão fora suscitada acerca da repressão nos anos cinquenta. Disse Álvaro Cunhal:**

— Nos anos 50 houve na verdade um período de bastante aperto no aspecto da repressão. Talvez possa dar alguns dados que contribuam para o esclarecimento: em 1949 — fui preso em 49 — foi preso comigo o meu camarada Militão Ribeiro. Houve prisões na direcção do Partido e golpes profundos na organização do Partido. Naturalmente que aqueles que ficavam apertavam os cuidados para a sua defesa. Com uma política política a desencadear uma ofensiva, a procurar pistas para chegar a uma direcção de um partido, vê-se que é necessário ter certas medidas.

Pode-se dizer: mas como é que vocês se conheciam? Era um a um. E porque não faziam eleições? Então como? Por exemplo, tinha-se uma célula com dez. Ou como na CUF, a maior célula que tivemos na clandestinidade, com noventa membros. Então podia-se fazer uma assembleia? Suponhamos que prendiam dez. Desses dez, nove portavam-se valentemente. Mas se havia um que falava? Ia tudo dentro? Portanto era necessário tomar certas medidas de defesa.

A pergunta era «porque é que o Partido se fechava»? A Direcção tomou medidas muito mais restritas de centralização de responsabilidades e houve um período considerado depois como de excesso de centralismo. Referi na intervenção inicial que houve um período criticado no V Congresso como de excessivo centralismo e até de autoritarismo de alguns dirigentes. Há documentos publicados a esse respeito. Mas aqui pesaram mais os acontecimentos internos do que acontecimentos externos.

Em relação a acontecimentos externos, podemos dizer que foi a grande época das operações Béria.

Béria tinha a teoria que depois correu — não posso dizer que isto é cem por cento certo, mas é pelo menos o que tenho como válido — sobre os elementos que tinham estado presos em campos de concentração antes da guerra, incluindo aqueles que tendo fugido de Espanha antes da guerra e que foram para os campos de concentração de França e que, na zona ocupada da França lhes permitiram sair depois de assinarem um compromisso de não terem actividade política (alguns deles assinaram e continuaram a lutar). Pessoas que apareceram depois na Hungria, no

PERGUNTAS E RESPOSTAS

# PERGUNTAS E RESPOSTAS

Leste da Europa, na Checoslováquia e que tinham estado nesses campos de concentração. E criaram a ideia de que esses homens tinham sido libertados por serviços prestados aos nazis. Foi uma cabala. Aliás, quase toda essa gente foi depois reabilitada. Mas houve processos que condenaram esses homens. Isso levou por exemplo a uma publicação que aqui foi feita, em Portugal, na década de 50, em que se fala da grande operação de provocação mundial que manifestamente não tinha fundamentos em relação a Portugal.

Isto levava a um crispar, a uma ideia exagerada de ver um pouco por toda a parte agentes do inimigo, e levava a medidas de defesa muito mais rigorosas. Nesta época, por exemplo, creio que aqueles que têm tido acesso a documentos e a escritos já depois do 25 de Abril poderão ter encontrado a alusão a documentos que partem de um pressuposto errado. Eu referi na primeira intervenção que entre as apreciações negativas à partida da reorganização de 40/41 foi a conclusão a que tinham chegado camaradas que estavam isolados, concretamente que estavam no Tarrafal. Tínhamos tido golpes, eram uns atrás dos outros que caíam, eram presos — e chegaram à conclusão de que, por muitas justificações que procurassem, devia estar alguém infiltrado na Direcção. E a partir dessa conclusão procedeu-se à reorganização.

Não acompanhei os primeiros tempos da reorganização, estive preso precisamente nessa fase, mas, quando saí, procuraram-me os camaradas que estavam na reorganização, para eu participar também. Mas, em relação aos que estavam de trás, tinham considerado «ali, nada! É um corte completo, porque ali há provocação». Isso foi considerado assim. E já no III Congresso, realizado em Novembro de 1943, é dado um primeiro passo no sentido de reabilitar alguns camaradas desse juízo que tinha sido feito. Foi uma conclusão política errada não se ter em conta que a causa fundamental, mais tarde considerada, dessas prisões sucessivas, era de que não tínhamos medidas de defesa correspondentes à acção da polícia.

Repare-se: Bento Gonçalves, preso em 11 de Novembro de 1935. Foi preso o secretariado do Comité Central — Bento Gonçalves, José de Sousa, Júlio Fogaça —, foram presos em reunião de rua, junto ao local onde agora está o «Sheraton». Agentes da polícia da esquadra do Matadouro foram cercá-los e prendê-los. Não se tomavam as medidas de defesa necessárias. Isto está escrito em documentos posteriores, documentos críticos. Fazia-se um pouco o «encontro à carreira», entre camaradas muito responsáveis. E em que zonas! Por exemplo, lembro-me dos primeiros encontros que tive com Bento Gonçalves, eu era jovem, ele era o secretário-geral do Partido que procurava ajudar os quadros mais jovens. Encontrávamo-nos por exemplo ali na Alexandre Herculano, depois subíamos ao Parque Eduardo VII, não era o Parque de hoje, era já arredores de Lisboa. Ia-se a pé. Adiante, pegava noutro. Isto não correspondia nem à capacidade da polícia nem à experiência que ela tinha. Considerou-se isso e procurou-se alterar os métodos de trabalho. Em 1942, num momento de particular importância, nas greves de Outubro/Novembro, que deram precisamente o impulso necessário para que depois o Partido Comunista ganhasse crédito junto das outras forças antifascistas, apanhámos então um grande golpe com a prisão de uma série de responsáveis. Depois houve então um grande salto. Largou-se Lisboa, saltámos para grandes distâncias umas das outras as instalações, ganhámos sete anos. Durante sete anos, eles não conseguiram dar nenhum golpe sério na Direcção.

Isto para dizer que no fecho dos anos 40, aqueles camaradas meus que fica-

ram com a grande responsabilidade da Direcção do Partido, tendo os outros sido atingidos, ficaram muito isolados em termos de experiência e responsabilidade. E lançaram-se nesta obra complicada de defender um partido debaixo de uma repressão muito violenta — alguns foram assassinados nessa altura.

Uma outra questão que foi colocada refere-se, creio — vi nos jornais referências a uma conferência feita não sei se nesta sala, em que teria sido utilizada a palavra «execuções». Quero referir o seguinte: em relação a esse período vou-vos dar um exemplo — saí da prisão em Janeiro de 1960. Pouco depois apareceu morto, no crime de que há uma obra literária relativamente recente que toma essa temática, que é a «Balada da Praia dos Cães», um oficial antifascista. E vieram artigos no jornal «A Voz», acusando-me. Concretamente era eu. O «homem da bala na nuca». E acusando-me da morte de A, B e C, até de algumas pessoas que tinham aparecido mortas quando eu estava preso. Quer dizer — a polícia era muito hábil para atribuir a outros os crimes que cometa.

Lamento que, em relação a essas notas da PIDE que apareceram em jornais, seja dado eco como verdades históricas. Sobre isto não gostaria de dizer mais nada.

## Um grande colectivo

— Secretário-geral. Antes de o ser já o era? Parece que era essa a outra questão. Mas não era. E até podemos dizer que, mesmo depois, continuou a ser como antes. Eu referi um aspecto da democracia interna do meu Partido que consideramos importante, que é o trabalho colectivo.

Estivemos esses anos todos — e foi um exemplo, creio, na época bastante raro — com organismos com a máxima responsabilidade num partido, em que não havia nenhuma responsabilidade individual como secretário-geral. E não fazia falta em termos de trabalho. Porque posso dizer que não houve nenhuma alteração no sistema de trabalho a partir do momento em que o Partido resolveu ter um secretário-geral. A responsabilidade não se modificou senão neste aspecto — agora tem mais responsabilidade pública uma pessoa que tem uma responsabilidade individualizada, porque o trabalho colectivo continua na mesma.

Para aqueles que não conhecem o funcionamento do meu Partido quero dizer-vos que, como secretário-geral do meu Partido — podemos dizer «ainda» — não tenho voto de qualidade. Nunca tive. Nos organismos a que pertence não há voto de qualidade de secretário-geral. Aliás, à mesa, eu não me sento no topo. O secretário-geral do Partido não se senta no topo, senta-se com os seus companheiros. E se há opiniões que são predominantes e não são as do secretário-geral, essas opiniões são aceites sem qualquer dificuldade pelo secretário-geral.

Temos uma forma muito diferente de compreender daquela «está aqui o secretário-geral com a sua proposta, pergunta quem está de acordo, quem não está de acordo, e bate-se pela sua dama». Nós não temos esse sistema. Houve uma época em que não havia secretário-geral. Depois entendeu-se que, em termos públicos, em termos de acção, é bom que haja. Escolheu-se um e ficou um. E creio até que, se por acaso se mantém tanto tempo um, talvez seja porque ouve muito os seus camaradas, e trabalha com os seus camaradas, e não sobrepõe a sua opinião à dos seus camaradas.

Foi intercalada outra questão. Era verdade que pelos anos 40 havia dois dirigentes, Álvaro Cunhal e outro, encontrando-se o Partido dividido

entre essas duas influências? O secretário-geral do PCP afirmou que não havia divisões alguma:

— Não havia divisões, nem ambições a ter esse cargo depois de Bento Gonçalves. Foram dezanove anos em que não houve secretário-geral. Não é um espaço curto. E não houve batalhas. E até quero referir um dado interessante: nós, hoje, os mais velhos, alguns de nós quantas batalhas não tivemos uns contra os outros, na discussão, no debate! Mas conseguimos sempre juntar-nos fraternalmente nas decisões. E esta fraternidade, que se encontra no Partido a que eu pertence, não é uma fraternidade de pessoas que se encostam umas às outras. É a de pessoas que têm a sua opinião própria e discutem muito vivamente as opiniões. Mas não se alimentam ambições de cargos, de chefia.

Uma vez que se coloca o problema, vou dizer mais alguma coisa. É que se poderia ver este partido a que eu pertence como outros partidos. Suponhamos A, B, C e D. E o A fica como secretário-geral. O B é um candidato a secretário-geral. O C também pode ser candidato. E cada qual propõe o seu programa, a sua plataforma. E propõe o seu programa, a sua plataforma. E propõe a sua equipa dirigente. Vamos lá a ver quem é que ganha... Acharmos que isso diminuía a democracia interna do nosso Partido. Se cada qual, individualmente, tivesse o seu próprio projecto, a sua própria equipa, a sua própria moção ou programa, transformava-se o Partido numa eleição, numa opção entre este ou aquele. E os outros? O grande colectivo? Qual a sua intervenção? Era optar por este ou por aquele, por este ou por aquele programa?

Quero dizer que, no que respeita a um documento que possa haver, de fundo, por exemplo para um congresso, ele é discutido amplamente, e centenas e centenas, e depois milhares de propostas de emenda são aceites. É uma concepção diferente de funcionamento. Mas não gostaria de vir aqui assim a um Mestrado e às tantas poderem julgar que estou a fazer propaganda...

O mesmo participante que colocara a questão interveio de novo. Não era no sentido da ambição que colocara a sua pergunta. Mas sobre a «fragmentação» que teria havido no Partido, nesse tempo.

Álvaro Cunhal respondeu:

— O que pode talvez querer referir é que, na reorganização de 40/41, possa ter havido a conclusão, de camaradas meus que estavam presos, concretamente no Tarrafal, de que aqueles desastres, aquelas prisões sucessivas que se davam não encontrarem outra explicação que não fosse a de haver alguém que servia a polícia num nível de órgãos de direcção. E portanto cortarem com os anteriores. E então, se ler os materiais do Congresso de Novembro de 43, pode até encontrar um relatório que se chama «A actividade do grupo provocatório». Essa actividade dizia respeito àqueles que estavam antes, e que continuaram a actividade depois do começo da reorganização. E então pode encontrar, nessa época, dois «avantes». O «Avante!» desses que estavam antes e continuaram a publicá-

lo, e o «Avante!» que passou a ser publicado pela reorganização do Partido e que continua ainda até hoje.

Portanto houve esse conflito, muito agudo, nos termos que referi. Como referi, numa apreciação ulterior, ficou claro que não era essa a causa, era uma conclusão errada. A motivação dessas prisões sucessivas era o de não haver um processo de defesa, nem uma ligação com o povo suficiente para garantir a defesa do Partido.

Por fim, Álvaro Cunhal respondeu a uma pergunta — por sinal a primeira, que pareceu interessar a todos os participantes, em razão do seu trabalho no Mestrado. Que destino pensa o PCP dar aos seus arquivos? Podem consultar-se?

— Creio que, para os estudiosos, há sempre uma grande gulodice pelos arquivos. O que é que lá estará? Quantos elementos não podíamos colher de interesse para o nosso estudo? Mas há arquivos e arquivos.

Ou seja, nós temos grande material arquivado. Por exemplo, antes de vir para aqui, pedi a camaradas meus que tratam de arquivos, uma notícia breve das lutas deste período. Das mais importantes. E eles mandaram-me um volume. Um volume com a anotação dos principais movimentos operários, de estudantes, etc. Um volume inteiro.

Dou este exemplo, mas podia dar muitos outros. Quanto à imprensa clandestina, temos colecções. Esse é uma fonte elementar e necessária. Houve muitos jornais que se publicaram, relatórios, folhetos. Depois há para investigadores sobretudo, muito mais apetite do que isto. O que havia de correspondência, documentos internos, o «papelinho»... Por vezes, para o investigador, um papel original, mesmo que tenha pouca importância mas que traz um facto novo, vale mais do que muitas coisas já conhecidas mesmo que tenham maior valor político e maior importância histórica. Aquele papel que se descobriu, de que se teve conhecimento e que se pôde divulgar em primeira mão. Eu também tenho esse apetite...

Não temos arquivos abertos. Mas, estudiosos que queiram ter elementos sobre determinado momento ou determinada fase, creio que, dirigindo-se ao meu Partido, pode haver facilitação daquilo que esteja disponível. Não é: «Estão aqui os arquivos, abertos»...

É um partido que tem documentação. Com tantos anos de luta é natural que tenha muitas coisas. Por exemplo: eu não tenho arquivo pessoal. Mas a minha documentação, se fosse a pô-la aqui naquela parede, não cabia certamente.

Aqueles que estamos há muitos anos, que somos muito antigos para não dizer outra palavra, na actividade do Partido, sabem naturalmente que, sobre cada luta que houve, há muita documentação. Mas não temos infelizmente ainda escrita a história do nosso Partido. Uma história que dê pelos menos um ponto de partida para aqueles que a queiram estudar em profundidade. Não conclusões definitivas, mas qualquer coisa que permita a um estudioso ver a avaliação que fazemos do percurso do nosso Partido nestes 71 anos.





# UMA VIAGEM DE TRINTA ANOS NA HISTÓRIA



**N**ão foi certamente tarefa fácil falar de mais de um quarto de século de história de um partido como o PCP, como aliás Álvaro Cunhal fez notar no início da conferência que produziu na passada quinta-feira, no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova. Mas, como também sublinhou, o tema era aliciante. Por isso mesmo, o anfiteatro estava cheio. Não apenas com os estudantes que participavam no seminário «Para a história da oposição ao Estado Novo»; professores também lá se encontravam. E várias personalidades da vida política portuguesa. Como António Reis, do Partido Socialista, Medeiros Ferreira, Ramon La Féria, Alcina Bastos. E dirigentes do PCP — Carlos Brito, da Comissão Política e Director do nosso jornal; José Casanova e Vítor Dias, da Comissão Política; António Dias Lourenço, Aurélio Santos e Adelino Pereira da Silva, do Comité Central. A imprensa também não faltou.

Álvaro Cunhal chegou acompanhado de Vítor Dias, e foi recebido à porta por alguns professores. Um deles, Fernando Rosas, apresentaria depois o dirigente comunista, dele traçando uma breve biografia política e chamando a atenção para as obras e documentos da autoria do secretário-geral do PCP que considerou como fontes no Mestrado que dirige.

Foi uma viagem quase ofegante atravessando mais de trinta anos de luta pela liberdade, a conferência de Álvaro Cunhal. Como ele próprio afirmou a dado passo, alguns dos temas abordados dariam, cada um, para um seminário. A conferência, que neste suplemento publicamos na íntegra, vai desde a reorganização do Partido Comunista Português, nos anos 40/41, até ao 25 de Abril de 1974. Portugal e o mundo sofreram nesse largo período de tempo modificações profundas que o PCP e os seus militantes acompanharam, reflectindo sobre elas, colhendo delas inspiração para a luta libertadora que empreendiam.

A conferência considerou, «como pontos de referência para melhor entendimento» para um tão largo e rico espaço de tempo actividade do PCP, quatro períodos:

— **O primeiro, de 1940 a 1949** - os anos da 2ª Guerra Mundial e da vitória da URSS e dos Aliados sobre o nazismo, anos em que o PCP se transforma num grande Partido nacional ligado às massas;

— **Os anos da guerra fria, de 1950 a 1959**, anos de refluxo revolucionário, marcados pelo XX Congresso do PCUS e, em Portugal, terminando com a campanha de Humberto Delgado e as grandes movimentações de massas no terreno social e político;

— **A luta revolucionária** na situação de crise geral do fascismo, abrangendo os anos de 1960 a 1967, marcados pelo fluxo revolucionário de 61/62, pela luta contra guerra colonial, e pela realização do VI Congresso do PCP;

— **O último período, de 68 ao 25 de Abril**, em que se desenvolve a luta antifascista em todas as frentes, culminando com o derrubamento da ditadura e com a revolução democrática.

Interessante foi notar, durante a conferência, as manifestações de interesse diferenciado. Se algumas passagens suscitaram em alguns dos presentes, sobretudo nos mais velhos, expressões de uma memória vivida — ou mais conhecedora da história —, outras, que abordavam questões que a vida política trouxe à ribalta, pareciam interessar os mais jovens que vêm de fora, pelas páginas dos *media*, os acontecimentos.

Assim não foi raro surpreendermos sinais de lembrança dos tempos mais recuados da luta antifascista, ou dos acontecimentos mais marcantes da 2ª Guerra Mundial nas faces de alguns. Enquanto outros tomavam rápidas notas sobre passagens que abordavam alguns temas hoje candentes ou sobre os quais os jornais muito especulam — o stalinismo, o centralismo democrático, a inspiração que muitos partidos comunistas recolhiam na experiência do PCUS, o eurocomunismo, eram temas que mais atraíam a atenção dos jovens.

O interesse — ou pelo menos a curiosidade — sobre a história e a vida do PCP, e o reconhecimento de que o Partido desempenhou um papel determinante nos anos sobre que a conferência incidiu, ficou provado depois pelas numerosas questões que foram colocadas no final ao secretário-geral do Partido e cujas respostas esta edição também publica.



## Organização e actividade

O IV Encontro Nacional do Ensino Secundário, avaliando a actividade da JCP e registando as suas insuficiências, compreendendo a necessidade de progredir no envolvimento dos jovens comunistas na actividade associativa, na luta e iniciativa estudantil, nas tarefas específicas da organização do ensino secundário e nas mais gerais da JCP, decide:

- Dinamizar os colectivos nas escolas e formas de coordenação e encontro a nível local, concelhio e distrital.
- Promover acções de informação e sensibilização sobre a necessidade de reivindicar e lutar por um novo sistema de acesso, com a eliminação do sistema de «numerus clausus» e a extinção imediata da PGA.
- Divulgar as posições da JCP relativas ao ensino e à exigência da melhoria das condições das escolas.
- Desenvolver iniciativas próprias do secundário (convívios, debates, concertos, acampamentos, excursões, etc.) nomeadamente no final do ano lectivo e na época de Verão que podem ser da máxima importância, associadas à situação do ensino, aos problemas dos jovens, à solidariedade com os povos, à defesa do ambiente, ao combate ao racismo e a outros temas de actualidade e interesse juvenil. Estas actividades podem ter resultados positivos na divulgação de ideias e opiniões, na afirmação da JCP e no envolvimento de jovens que não costumam participar nas nossas acções.
- Promover contactos e convites a estudantes para aderirem à JCP, com a confiança da justeza das nossas propostas e da sua correspondência aos interesses e aspirações estudantis.
- Contribuir, com empenho na divulgação, na mobilização e venda da EP para uma grande participação juvenil na Festa do «Avante!».

## Educativa

mente as verbas destinadas à educação, para permitir uma melhoria das condições e uma aumento real na qualidade do ensino;

● Combater a degradação das condições de ensino. Assegurar a melhoria das instalações das escolas degradadas, o funcionamento em todos os horários dos serviços escolares de apoio aos estudantes, a existência de materiais adequados ao funcionamento das aulas;

● Garantir a segurança dos estudantes na escola e no percurso;

● Incentivar a prática de des-

porto escolar com a criação de estruturas adequadas à sua prática;

● Implementar a educação sexual como disciplina curricular, o que aliás já está previsto na Lei de Bases do Sistema Educativo à bastante tempo;

● Promover uma reforma do Sistema Educativo, não desordenado como a que actualmente se tenta impor, mas uma reforma que dê resposta às aspirações dos jovens e às necessidades do País;

● Aprofundar e desenvolver a gestão democrática das escolas, revogando o diploma

sobre gestão que cria o cargo de director executivo, incrementando a participação estudantil na gestão escolar, dignificando o papel do delegado de turma e tornando as eleições para os órgãos de gestão, eleições directas, onde todos os estudantes participem;

● Criação dum novo sistema de acesso ao ensino superior;

● Eliminação do sistema de «numerus clausus», desenvolvimento e aumento progressivo de vagas no ensino superior público.

● Extinção imediata da PGA.

● Adopção de um mecanismo de avaliação de capacidades

para o acesso ao ensino superior que tome em consideração as notas obtidas no secundário e preveja a realização de provas de âmbito nacional, próprias para cada curso ou grupo de cursos afins.

● Dar vida à escola, dar vida ao futuro, tais são os objectivos das propostas do IV Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP, para criar uma escola para o nosso tempo. Uma escola que proporcione aos estudantes uma educação de qualidade, que respeite os seus direitos e que contribua para a sua realização.

## Estudantis

pertence ao Estado, como consagra a Constituição, sendo «para isso que as famílias dos estudantes pagam impostos».

A argumentação do executivo de que o aumento das propinas serviria para financiar bolsas foi classificada de «hipócrita», já que um tal sistema «só funciona com muitos «estudantes ricos» e poucos dos outros. E a propósito de bolsas foi revelado que o número de bolseiros se encontra num nível «ridiculamente baixo» - na ordem os 6 por cento - estando longe de

satisfazer a totalidade dos estudantes necessitados.

Críticas mereceram igualmente as políticas seguidas em relação às cantinas e residências universitárias. Nas primeiras, regista-se a deterioração da qualidade dos serviços, a sua escassez e a tendência para o aumento gradual dos preços para custos reais; nas segundas, igualmente escassas, está na ordem do dia o aumento das rendas (30 por cento no ano passado) e o «despejo» dos alunos em caso de reprovação. Neste âmbito foi ainda

referido o anteprojecto de Lei de Bases de Acção Social Escolar, proposto pelo ministro da Educação, que a JCP considera conter aspectos lesivos dos interesses dos estudantes, já que o Governo se demite da responsabilidade de «definir e executar uma política» nesta matéria, remetendo tal função «para instituições que, pela sua natureza e composição, não garantem a implementação de medidas que alterem o caótico estado de Apoio Social».

Entre outras questões, a VI

Conferência abordou a questão do insucesso escolar, que tem vindo a atingir taxas «alarmantes». Para a JCP, a política educativa do PSD, de que resultam a falta de condições materiais de estudo, a inexistência de um verdadeiro apoio social, a inexistência de inovações metodológicas em termos pedagógicos ou a existência de cursos com currículos desactualizados, provoca «taxas elevadas de insucesso escolar, cujo caso mais gritante acontece no curso de Matemática da Faculdade de Ciências do Porto,



O Superior anda muito por baixo, acusam os estudantes, por causa da política educativa do Governo

em que a taxa de insucesso escolar ronda os 98 por cento».

Com semelhante panorama, como se afirmou, os mili-

tantes da JCP têm razões de sobra para um empenhamento redobrado na luta por um ensino ao serviço dos interesses dos estudantes e do País.

## Eliminar numerus clausus até 1995

(...) Somos, os comunistas, acusados de sobrevalorizar o papel do ensino público. Mas o que nós vemos, comparativamente, é que sociedades capitalistas, que apresentam um nível de desenvolvimento socioeconómico muito superior ao de Portugal, consagram uma parte muito maior dos seus recursos ao ensino público e à formação da sua população.

É para nós absolutamente óbvio que o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso, a democratização, a modernização e o desenvolvimento do ensino, só se poderão verificar através da intervenção do Estado e nas condições concretas da sociedade portuguesa, não são de todo realizáveis fora deste quadro.

Compreende-se pois a nossa oposição, a nossa incontornável oposição, às restrições quantitativas de carácter global no acesso ao ensino superior público, ao sistema de «numerus clausus».

Temos, o PCP, assumido com clareza que, enquanto existirem restrições quantitativas globais no acesso ao ensino superior público, não haverá sistemas de ingresso que possam ser socialmente justos.

Daí a proposta que o Partido (com a colaboração da JCP) apresentou na Assembleia da República, no sentido do Governo dever apresentar um plano de expansão do ensino superior público que elimine, até 1995, o sistema de «numerus clausus».

(...) Foi aqui desenvolvidamente referido o problema das restrições financeiras que o Governo tem vindo a impor aos estabelecimentos públicos de ensino superior, com todo o seu cortejo de gravíssimas consequências.

Na realidade, o Governo não está a garantir, como está consagrado na Lei da Autonomia das Universidades, as verbas necessárias ao funcionamento corrente e à realização dos planos de investimento dos estabelecimentos públicos de ensino superior, o que tem conduzido ao agravamento dos desequilíbrios estruturais em que muitos deles vivem e, objectivamente, ao bloqueamento do desenvolvimento do sistema.

É muito importante sublinhar que estes cortes e restrições drásticas praticados pelo Ministério da Educação em relação ao ensino público, não correspondem objectivamente a qualquer quadro de dificuldades financeiras por parte do Estado, mas a opções políticas por parte do Governo.

EDGAR CORREIA membro da CP do PCP

(...) Os cortes e as restrições orçamentais, a asfixia do ensino superior público, não são o resultado de negligência ou de incompetência administrativa, mas sim o processo utilizado pelo Governo do PSD para impor uma política estrutural, a sua política de privatização do ensino.

(...) Foi demonstrado neste encontro um alto sentido crítico em relação aos objectivos fundamentais do PSD, de mercantilização dos saberes e da formação e da criação, de facto, de um mercado de ensino regido pelas regras e pela lógica do lucro.

Esta compreensão impõe, como também foi sublinhado, uma atitude activa em defesa do ensino superior público e dos direitos e interesses educativos que lhe cabe garantir e assegurar. Mas impõe também uma atitude activa em relação ao ensino superior privado (...) na defesa dos interesses e reivindicações dos estudantes, dos muitos milhares de estudantes, empurrados para os estabelecimentos privados pela carência de vagas no ensino público, e que são obrigados em muitos casos a pagarem propinas elevadas por cursos sem qualidade e por diplomas de valor discutível.(...)

# Sistemas eleitorais uma batalha pela democracia

A direita nunca se adaptou a sistemas que, em maior ou menor medida, garantem um limiar mínimo de democraticidade na conversão de votos em mandatos e noutros aspectos do sistema eleitoral.

No momento presente, porém, o problema assume particular acuidade. Com efeito, o PSD apresentou uma resolução na Assembleia da República (AR) segundo a qual todos os projectos de reforma do sistema eleitoral teriam que ser entregues até 30 de Abril, os quais seriam examinados por uma comissão que, entre as outras tarefas, identificaria as alterações à Constituição que cada projecto exigiria.

O PS, embora dizendo que rejeita alterações que envolvam uma revisão constitucional antecipada, propôs a criação de uma Comissão Eventual da AR para a Reforma da Lei Eleitoral, com um extenso caderno de encargos a concretizar em 90 dias.

Por razões de espaço, vamos-nos limitar aqui à discussão das alterações propostas pelo PSD à lei eleitoral para a Assembleia da República e ao sistema de eleição das Câmaras Municipais. Não sem uma observação de carácter geral: quer nas propostas para a eleição da AR, quer noutras como o direito de voto de residentes no estrangeiro para o Presidente da República, ou como a conversão aberrante das maiorias relativas de votos para as câmaras em maiorias absolutas de mandatos, ou a proibição do quarto mandato dos Presidentes de Câmaras, o PSD não obedeceu a um «sentido de Estado», mas sim a uma estrita preocupação com os seus interesses de partido.

A representação política deve caber, cumulativamente, assegurar a fidelidade à vontade popular e a «governabilidade». Mas o PSD opta, claramente, pela «governabilidade» com preterição da vontade popular, apesar de multiplicar a demagogia fácil como acontece com o voto dos emigrantes para o Presidente da República. Neste caso, porém, apenas está a pensar nos votos que lhe faltaram em 1986 para eleger o candidato do PSD/CDS, Freitas do Amaral, contra Mário Soares. Tem revelado bem menos diligência, por exemplo, na conquista do direito de voto dos emigrantes nos países onde residem: é um caminho previsto nos Tratados aprovados em Maastricht, mas que será difícil de concretizar face às resistências de países como a Alemanha e França, que têm, respectivamente, 4,5 e 3,7 milhões de residentes estrangeiros, dos quais respectivamente 1,5 e 1,6 milhões de países comunitários, ou como o Luxemburgo, em que 26% da população é estrangeira.

## Sacrificar a proporcionalidade

A proposta essencial do PSD, depois de ter conseguido dar um golpe na proporcionalidade, em conjunto com o PS, ao reduzir a AR de 250 para 230 deputados, é criar um círculo nacional de 30 deputados e dividir os restantes 200 por círculos que, nuns casos, seriam correspondentes aos actuais distritos, noutros resultariam da sua cisão arbitrária (Lisboa, Porto, Setúbal, Aveiro e Braga).

Em primeiro lugar, importa observar que a ruptura com a divisão administrativa é sempre perigosa. Há de resto uma longa lista de exemplos, conhecidos em alguns países e, em geral, em meios especializados, por «gerrymandering», desde que Elbridge Gerry dividiu arbitrariamente, em 1842, o Estado de Massachussets de modo a garantir à partida o resultado eleitoral.

Em segundo lugar, a multiplicação dos círculos leva a que sejam exigidas, mais do que actualmente, percentagens de votos superiores a 10%. Recorde-se que, neste momento, já é preciso ter mais de 20% para eleger um deputado em Portalegre e de 10 a 20% para eleger em Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real, Açores, Madeira. Recorde-se também que, neste quadro, a CDU elegeu deputados em 6 dos 22 círculos. É esta tendência para círculos em que é preciso obter altas percentagens para obter deputados que o PSD quer ampliar, procurando simultaneamente liquidar os partidos colocados à sua direita no hemisfério parlamentar (CDS e PSN).

Em terceiro lugar, o facto de o círculo nacional só ter 30 deputados introduz uma «cláusula-barreira» (limite mínimo de votos para obter um deputado), não explícita mas mesmo assim real, já que seria necessário obter percentagens superiores a cerca de 3% para eleger deputados no círculo nacional.

O objectivo, várias vezes confessado pelo PSD, é, limitando a proporcionalidade (menos dois deputados para o PCP, menos três para o CDS, eliminação do PSN), baixar o limiar mínimo para obter a maioria absoluta de deputados. Trata-se, na verdade, de sacrificar a democracia para favorecer a «governabilidade», a estabilidade, etc., apesar de já ter sido exuberantemente demonstrado que não há correlação entre a proporcionalidade e a instabilidade governativa (Douglas Rae, *The Political Consequences of Electoral Laws*).

## O deputado e o eleitor

Tudo seria feito, generosamente e com sentido de Estado, em benefício da «aproximação do deputado em relação ao eleitor». A hipocrisia não podia ser maior, vinda de quem prossegue uma prática de desvalorização da AR e dos deputados em favor da concentração e centralização do poder. Caberia, aliás, investigar se a prática de «proximidade do eleitor» dos quinze círculos que o PSD não considera necessário dividir é maior do que nos cinco restantes... Ou interrogarmos com que coerência quem afirma ter esta preocupação conduz campanhas eleitorais para a AR como se não hou-

vesse candidatos a deputados, mas apenas candidatos a Primeiro-Ministro.

A verdade é que a relação de representação apresenta dificuldades sérias. A seguir às recentes eleições na Grã-Bretanha, apetece, como curiosidade, lembrar Rousseau: «o povo inglês pensa ser livre, engana-se redondamente; não o é senão durante as eleições dos membros do Parlamento: logo que são eleitos, é escravo, não é nada. Nos certos momentos de liberdade, o uso que dela faz torna-o bem merecedor de a perder» (*Du Contrat Social*). Brincadeira à parte, quer o problema da igualdade de oportunidades nas eleições, quer outras, como o alheamento de muitos cidadãos da política e a escassez da possibilidade efectiva de exercer os seus direitos são problemas reais e que se colocam como essenciais à vida política.

Para além das críticas às limitações da representação política, e da necessidade de a complementar fortalecendo o papel da democracia participativa, são muitas as outras críticas à evolução dos processos eleitorais, e à progressiva limitação do papel dos parlamentos, que exigem reflexão e mecanismos que transformem o cidadão em «mais do que nada» fora dos períodos eleitorais. Refira-se, como exemplo, a importância do controlo da comunicação social pelos grandes meios do negócio, a política-espectáculo que ganha crescente espaço ao esclarecimento político, a redução dos cidadãos comuns ao «estatuto de meros consumidores (da política), afastados do local da produção (Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*). Enquanto isso, assiste-se à transferência de uma massa crescente de decisões para a «burocracia europeia», ao mesmo tempo que a função fiscalizadora e legislativa dos parlamentos nacionais perde peso, em função desse e de outros fenómenos, que seria longo analisar. Tudo isto, e muito mais, que tem sido abundantemente debatido lá fora, é potenciado por orientações próprias do PSD. Parece, porém, que tudo ficaria resolvido, por artes mágicas, tirando da cartola o que tem sido justamente caracterizado como operações de engenharia eleitoral...

Mas a contradição que desmascara o PSD, mostrando que não está preocupado com a relação deputado-eleitor, é a seguinte: o eleitor, ao votar, fá-lo-ia simultaneamente no círculo nacional - com o candidato a Primeiro-Ministro à cabeça - e no círculo regional - em que estariam os tais deputados pseudo valorizados. A sua suposta relação pessoal com o eleitor não permitiria sequer um voto regional diferente do voto nacional! Podem figuras do PSD proclamar que haverá um duplo voto, diferenciado (como o fez Margarida Silva Pereira num colóquio na Faculdade de Direito de Lisboa e num artigo no *Público*, de 12 de Abril). Mas a verdade é que a proposta do Governo é transparente: «o eleitor dispõe de um voto singular de lista exercido simultaneamente e cumulativamente na votação para o círculo eleitoral local ou fora do território nacional respectivo, e na votação para o círculo eleitoral nacional.» Como diz o nosso povo: «mais depressa de apanha um mentiroso...»

De resto, note-se que a redução do número de deputados da AR, fazendo com que a relação deputado-eleitor subisse para 1/43 500 (enquanto é de 1/23 220 na Suécia, 1/25 193 na Noruega, 1/25 567 em Israel, 1/27 743 na Dinamarca, 1/29 503 na Grécia...) mostra que a aproximação do deputado em relação ao eleitor não é uma preocupação sincera do PSD.

A concepção expressa, muitas vezes, a ideia de que o deputado seria uma espécie de cacique, procurador dos grupos de pressão ou de interesse local em Lisboa como foi característico de outras épocas. Com um poder local forte, que se ocupe dos problemas locais e com regiões administrativas, haveria menos espaço para estas concepções de que os interesses locais e regionais teriam que ser tratados em Lisboa e não nos municípios e regiões...

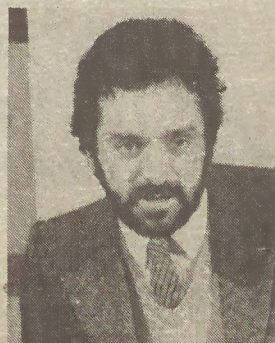
## Considerar um círculo nacional

A criação de um círculo nacional pode, porém, ser considerada como contribuição para dispensar a distribuição artificial de dirigentes ou figuras nacionais por círculos distritais e como forma de corrigir distorções na proporcionalidade decorrentes da existência de muitos círculos distritais de escasso número de deputados.

Para tal, seria necessário que: 1) o círculo nacional fosse suficientemente amplo para não corresponder à imposição de uma «cláusula-barreira», através da exigência de uma percentagem de votos elevada para eleger deputados; 2) que os votos dos círculos distritais que não elegem deputados revertam para o círculo nacional, para corrigir as distorções da proporcionalidade (que já existem e que seriam agravadas com a diminuição dos deputados distritais em resultado da criação do círculo nacional). Também por este lado, o círculo nacional teria que ser maior do que os 30 deputados que propõe o PSD, sob pena de a capacidade de correcção das distorções de proporcionalidade ser muito pequena e de estas até serem agravadas no plano dos círculos distritais.

Quanto à alteração dos círculos distritais, só deve ser considerada para a adaptação à criação das regiões administrativas, sob pena de se romper a relação entre a divisão administrativa e a divisão em círculos, abrindo um precedente perigoso e intolerável de manipulação mais ou menos arbitrária de espaços territoriais ao sabor de interesses partidários.

Se analisarmos as propostas do PS, veremos que se caracterizam por notável imprecisão, parecendo aquele partido mais preocupado com a resposta à direita nos meios de comunicação social do que com a clareza. Parece, no entanto, coincidir com o PSD na repartição arbitrária dos círculos eleitorais. Quanto ao círculo nacional, é positiva a admissão



LUÍS SÁ  
membro da Comissão  
Política

«Quer nas propostas para a eleição da AR, quer noutras como o direito de voto de residentes no estrangeiro para o Presidente da República, ou como a conversão aberrante das maiorias relativas de votos para as câmaras em maiorias absolutas de mandatos, ou a proibição do quarto mandato dos Presidentes de Câmaras, o PSD não obedeceu a um «sentido de Estado».

da ideia de contabilizar os votos dos partidos nos círculos distritais que não forem aproveitados para eleger deputados. Mas o PS não diz qual é o tamanho desse círculo. Se a sua dimensão for apenas igual à que o PSD pretende, a capacidade de corrigir as distorções da proporcionalidade resultantes da existência dos pequenos círculos será muito insuficiente. O PS pode apenas, dessa forma, estar a disfarçar a sua coincidência com o PSD na repartição dos círculos eleitorais maiores, sem que os resultados globais sejam profundamente diferentes do que seriam com a proposta do PSD.

## Manipular resultados das eleições autárquicas

Uma outra matéria em que o PSD e o PS coincidem é na proposta de alteração do «sistema de governo» dos municípios. A eleição directa e proporcional quer das câmaras, quer das assembleias municipais é um sistema original e que se tem revelado vantajoso. É verdade também que, por sucessivas alterações à legislação, boa parte das quais da responsabilidade do PSD, as câmaras são pouco colegiais e muito presidencialistas e as assembleias municipais têm menos poderes do que deveriam ter. Mas não é com este tipo de questões que o PSD e o PS se preocupam. Bem ao contrário, adiantam propostas que, embora de sentido diferente, envolvem, quer uma quer outra, a alteração da Constituição e o corte com o sistema actual. Assim, o PSD quer transformar as maiorias relativas de votos em maiorias absolutas de mandatos, permitindo assim que presidentes de câmaras com pouco mais de 30% de votos (caso de Sintra ou Covilhã) disponham de bem mais de 50% de mandatos. O PS vai por outro caminho: apenas o presidente da câmara seria directamente eleito; caso seja minoritário, terá que desenvolver as negociações necessárias para se apresentar à assembleia municipal em condições de obter a maioria. No fundo, o mesmo que se passa com as juntas de freguesia, só com uma diferença: é que o mecanismo de «moção de censura construtiva», em que o PS insiste repetitivamente, asseguraria a estabilidade. Compreende-se: o PS pensa, devido ao lugar que ocupa no sistema partidário, fazer alianças ora à esquerda, com o PCP, ora à direita, com o PSD e com o CDS, e depois impedi-los de romper o acordo, por terem, para tal, de apresentar uma «solução alternativa de governo», o que o PS pensa que é obviamente difícil.

Para debater tais propostas, a primeira questão a discutir é a de saber se o actual sistema de eleição das câmaras é assim tão mau. E a verdade é que os factos mostram que não. Por um lado, têm-se verificado entendimentos pós-eleitorais, com bastante maleabilidade. Por outro lado, houve coligações pré-eleitorais que pretenderam, por outra via - aliás bem mais clara à partida - resolver o problema de uma maioria política.

Repare-se, de resto, que o PSD resolveria, com «maiorias de secretaria» a pseudo questão da instabilidade das câmaras municipais de maioria relativa. Mas «esqueceu-se» de que continuaria por resolver o problema das assembleias, em relação às quais tem praticado uma linha de menorização, mas que continuariam a poder impedir a aprovação de orçamentos, planos, etc.

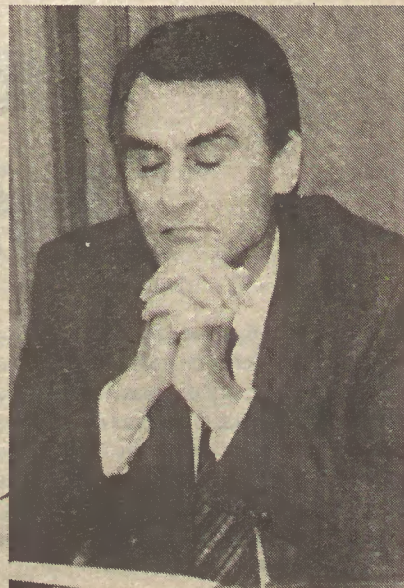
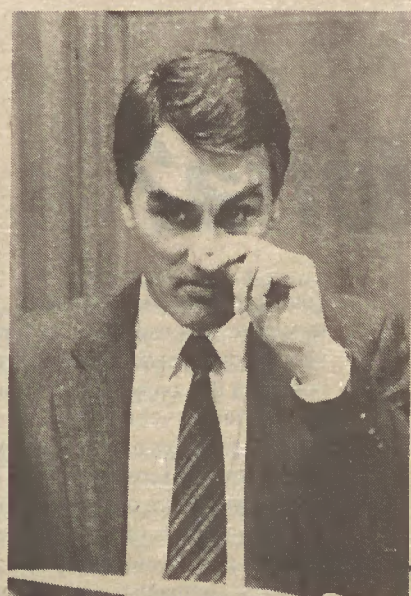
Quando um partido não tem a maioria absoluta, o melhor é negociar acordos para poder governar. De outra forma, entra-se pelo caminho de sacrificar a democracia e a representação proporcional a pretexto de estabilidade, governabilidade, etc. É essa a via, em geral, das opções autoritárias.

## Uma grande luta em perspectiva

O combate que se desenha é difícil e exigente. Desde logo, pelo défice de debate que se verifica na comunicação social, pela dificuldade de chegar à opinião pública, por haver ideias que fizeram o seu curso e que é difícil combater, pela própria complexidade das matérias em discussão.

Mas esta é uma questão importante para a democracia. Por isso, como sempre, os comunistas estarão na primeira linha do debate e do combate.





Os dados estatísticos mais recentes mostram que a actividade produtiva do País, quer na indústria, quer na agricultura - em relação ao volume de produção, à sua qualidade, valor acrescentado nacional e complexidade tecnológica - configuram um perfil de estagnação e, nalguns sectores, de evolução progressivamente negativo. Esta situação, embora diferenciada da situação dos serviços, é ainda mais preocupante se analisarmos o seu comportamento espacial e social e se atendermos que nos encontramos a dois passos do Mercado Único Europeu.

Em relação à indústria transformadora, a taxa de utilização da capacidade produtiva, o número de horas de tra-

desviar as atenções para factos laterais e atirar as culpas a terceiros.

Desviar as atenções da amplitude e gravidade dos problemas sociais e económicos do País é o grande objectivo do Governo e de Cavaco Silva.

**Ao ouvir o PSD, até parece que o seu Governo não governa o País, mas somente as regiões onde ainda se manifesta algum crescimento!** Dir-se-ia que os consideráveis aumentos de preços da generalidade dos produtos e dos bens e serviços essenciais, em resultado do aumento

## O estado da «laranja»

balho no sector, bem como a Formação Bruta de capital fixo, apresentam valores negativos.

Na agricultura, um dos sectores em mais grave crise, o rendimento médio dos agricultores tem baixado sistematicamente e o défice agro-alimentar tem vindo a agravar-se significativamente. É caso para perguntar a quem têm servido os fundos comunitários e onde estão os resultados de mais de nove anos do PSD na pasta da agricultura.

Só os serviços evidenciam ainda algum dinamismo - e as actividades especulativas e parasitárias, estas sim a manifestarem grande florescimento.

A nível regional continuou a verificar-se a tendência para o alargamento do fosso entre os principais pólos do litoral, a Norte e a Sul do País, e a generalidade do conjunto do interior, com o envelhecimento e a desertificação progressiva. Quanto ao comércio externo, o ano de 1991 traduziu-se pela estagnação do volume exportado e por um aumento de 5% das importações. Agravou-se o défice da balança comercial e o investimento estrangeiro tem vindo progressivamente a apoderar-se de pontos-chave da economia portuguesa.

As altas taxas de juro, a tendência para a apreciação do escudo, o acréscimo de concorrência no mercado interno, a política de concentração da riqueza e a inexistência de uma efectiva política de desenvolvimento regional e de uma estratégia nacional de desenvolvimento são os principais factores determinantes desta evolução.

É necessária uma nova política que vise e expresse simultaneamente a alteração do padrão de especialização e a melhoria dos equilíbrios ecológicos, orientada para um crescimento económico equilibrado, com efeitos positivos no emprego, na repartição do rendimento e na satisfação das necessidades fundamentais da população.

### Convergência nominal e actividade especulativa

Neste contexto assume grande importância a concretização do princípio comunitário da «coesão económica e social», sabendo-se, como se sabe, que as uniões económicas e monetárias entre regiões e países com diferentes níveis de desenvolvimento tendem a acentuar esses desníveis.

O Governo de Cavaco Silva continua a privilegiar a convergência nominal - isto é, a semelhança de políticas, nomeadamente monetárias -, em detrimento da convergência real - desenvolvimento da economia portuguesa e sua aproximação à média dos países comunitários. Continua a privilegiar a actividade especulativa e parasitária - veja-se a política de impostos, cambial e as altas taxas de juro - em prejuízo da actividade produtiva.

### Menos actividade produtiva

A recente decisão da adesão do escudo ao mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu inscreve-se nesta política. A adesão do escudo ao SME, que

serviu no fundamental para colorir a cinzenta Presidência portuguesa, pode ter custos elevados.

Custos elevados para a competitividade da economia portuguesa, com o conseqüente desemprego e pressão sobre os salários. Custos elevados para que o escudo não se valorize artificialmente ainda mais, o que obriga a que o

### Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto do PCP, no debate «Distrito de Portalegre — que Futuro?», realizado em Portalegre no dia 11 de Abril. Título e subtítulos da responsabilidade do «Avante!»

Banco de Portugal tenha que intervir no mercado, com largos prejuízos, face às acções especulativas.

É preciso lembrar que foi também uma medida de fogueatório político, ou seja, a antecipação da liberalização da entrada de capitais, que está na génese das actuais dificuldades, relativas ao controlo monetário.

A razão principal da crescente entrada de capitais externos na economia portuguesa reside na diferença entre as taxas nominais de remuneração de títulos pagos em Portugal e as taxas pagas na maioria dos países europeus, visto que não tem havido grandes diferenças cambiais.

Esta crescente entrada de capitais estrangeiros reduz, anula ou limita a política monetária do Banco de Portugal.

A lógica dos especuladores é clara: ganham nas taxas de juro e, na medida em que o escudo se valoriza, ganham também no câmbio em relação às suas moedas, à custa da economia portuguesa. A descida sustentada e efectiva das taxas de juro activas, isto é, relativas aos empréstimos, é pois cada vez mais necessária.

Impõe-se que o interesse de Portugal e dos portugueses esteja acima do marketing político do Governo e dos cálculos do PSD quanto aos ciclos eleitorais.

### Desviar as atenções

É, aliás, na mesma linha de cálculo político que temos de encarar as tentativas de desresponsabilização do Governo, quer em relação ao actual surto grevista, quer em relação à situação na saúde e no ensino, quer em relação à acentuação dos desequilíbrios regionais.

As técnicas utilizadas pelo PSD são várias e velhas, e vão desde a demissão de tal ou tal ministro a quem são assacadas as culpas em geral, ao fazer o discurso da oposição como se o Governo não fosse do PSD, ou procurar

do IVA e abrangendo 4 mil produtos, são uma fatalidade, ou o resultado de uma causa desconhecida. Lavando as mãos como Pilatos, Cavaco Silva foge das questões quentes, refugia-se nas conferências de imprensa sobre a Presidência portuguesa, ou na visita a tal ou tal escola infantil, com se a responsabilidade pela não resolução dos conflitos laborais não coubesse à intransigência do seu Governo.

**Ao ouvir o PSD, até se pode julgar que este partido nada tem a ver com os sucessivos adiamentos em relação ao Alqueva, nada a ver com o clientelismo; nada tem a ver com o negociamento e a corrupção; nada tem a ver com a situação dos reformados, com o trabalho infantil e o emprego precário, que nada tem a ver com a elaboração em gabinete do Plano de Desenvolvimento Regional e as respectivas «operações integradas de desenvolvimento».**

Nós exigimos que o novo Plano de Desenvolvimento Regional seja efectivamente participado, que seja ouvida a voz das autarquias, dos sindicatos e dos empresários, quer em relação às opções, quer em relação ao faseamento e controlo.

### Crescimento com desenvolvimento

Para o PCP, o crescimento deve ser enquadrado por uma estratégia nacional de desenvolvimento. O desenvolvimento não se esgota no crescimento económico.

A evolução recente da economia portuguesa é, só por si, uma comprovação de que o crescimento económico não é condição suficiente para promover o desenvolvimento, entendendo-se este em todas as suas vertentes: económica, financeira, social, ecológica e cultural. O crescimento é condição necessária, mas não suficiente, para promover um desenvolvimento equilibrado, para reduzir as desigualdades que se manifestam na economia e sociedade portuguesas, para atenuar e vencer as debilidades e os défices estruturais.

### O velho poder

O eixo central da política do Governo é a reconstituição e restauração do poder económico, do poder político do grande capital e de meia dúzia de famílias que dominou o país até ao 25 de Abril. Este objectivo central, que tem contado com o silêncio cúmplice do PS, traduz-se na concentração da riqueza num pólo, com o conseqüente alargamento do número de portuguesas e portugueses que se vêem excluídos de um nível de vida digno, e vem acompanhado do empobrecimento da democracia e da limitação de direitos e liberdades.

Neste particular são preocupantes as notícias sobre as actividades das polícias de informações, bem assim como a aprovação dos acordos de Schengen, com o voto contra do PCP, que como temos salientado, se baseiam numa orientação de reforço dos poderes policiais, sem qualquer controlo democrático.

EM FOCO

## ELEIÇÕES BRITÂNICAS

**Estupidez ou sabedoria?**

Tudo se transformou nas últimas 48 horas de campanha eleitoral. Os milhões de indecisos, resolveram-se. A atmosfera, entretanto, era de quase triunfalismo nos meios do Partido Trabalhista. E todas as consultas à opinião do país previam uma maioria trabalhista ou, na pior das hipóteses, um parlamento sem partido maioritário mas onde os trabalhistas seriam aquele que disporia de mais elevado número de deputados. Constituiriam governo mesmo que em aliança com os liberais.

A surda, insidiosa campanha do «Daily Telegraph», o navio-almirante da imprensa conservadora thatcherista, contra John Major e contra o fracasso da organização da campanha revelava, diariamente, que se consideravam perdidas estas eleições. Colunistas ultraconservadores nas páginas do «Spectator», simplesmente mostravam todo o desprezo que sentiam pelo primeiro-ministro. Foi nesta situação que o povo britânico, nas urnas, acorreu a manifestar a sua opinião e a sua vontade. (?)

Os trabalhistas não sofreram uma derrota. Aumentaram em 39 o seu número de lugares na Câmara dos Comuns. Chamaram a si quase toda a votação do mundo trabalhador. As áreas de grande concentração operária, Birmingham, Coventry, Manchester, Glasgow, Newcastle, muito da

cidade de Londres assim como a Escócia e o País de Gales, votaram massivamente no partido dirigido por Neil Kinnock. Mas, tal como os conservadores careciam, para vencer, de muitos votos de certos sectores da classe trabalhadora mais afluente (gente com ordenados acima dos 4500 contos anuais) intimamente ligada aos interesses do patronato e do capitalismo, também os trabalhistas necessitavam duma boa votação por entre a baixa classe média destituída da sua «afluência» pelos catastróficos efeitos da recessão económica.

A verdade é que os votos dessa área de eleitores não se produziram. E, como os homens de negócios desesperados e falidos que, num último gesto, entregam aos credores a sua última assinatura, os milhões de devedores e de hipotecados deste país, sempre com os olhos postos na esperança de virem a ser ricos, não foram capazes de rejeitar quem tanto os fizera sofrer nos últimos três anos. Como carneiros, foram todos votar nos seus mestres e patrões. Ligaram o seu destino ao do capitalismo em crise.

Mas, não haverá em tudo isto uma certa lógica? Na presente conjuntura económica britânica, europeia e mundial, a tomada do poder pelos trabalhistas, desejada, evidentemente, pelos 10 milhões de britânicos que lhes deram o seu

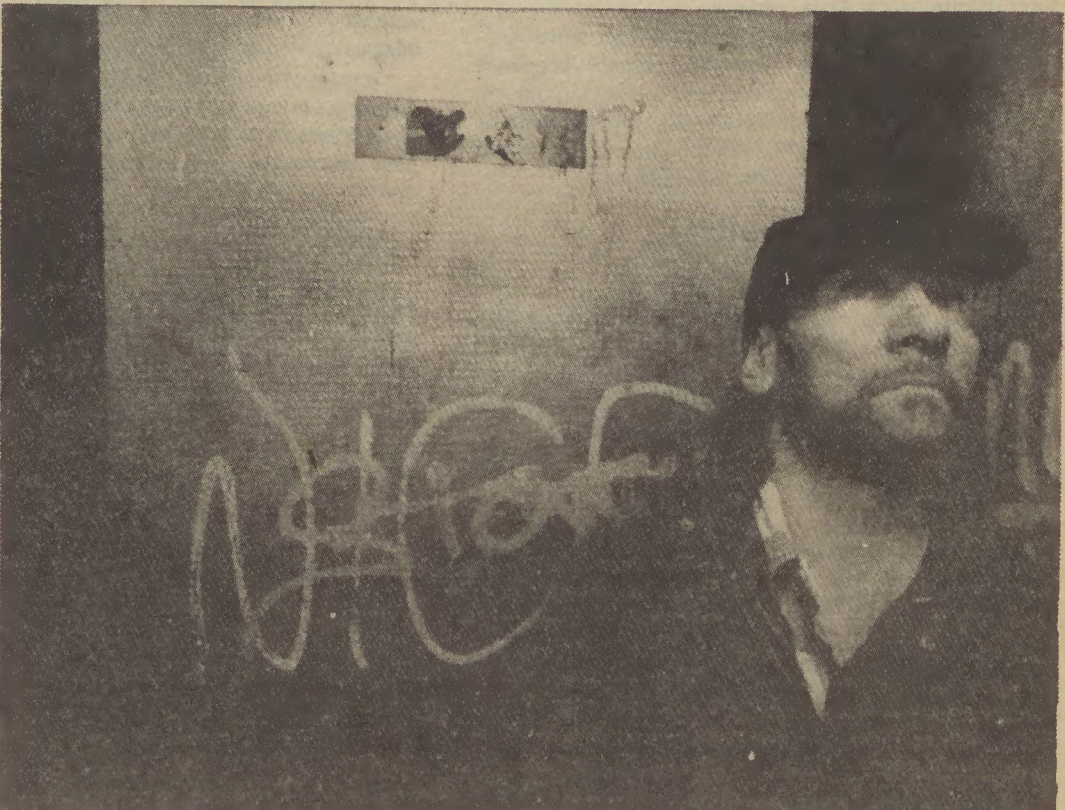
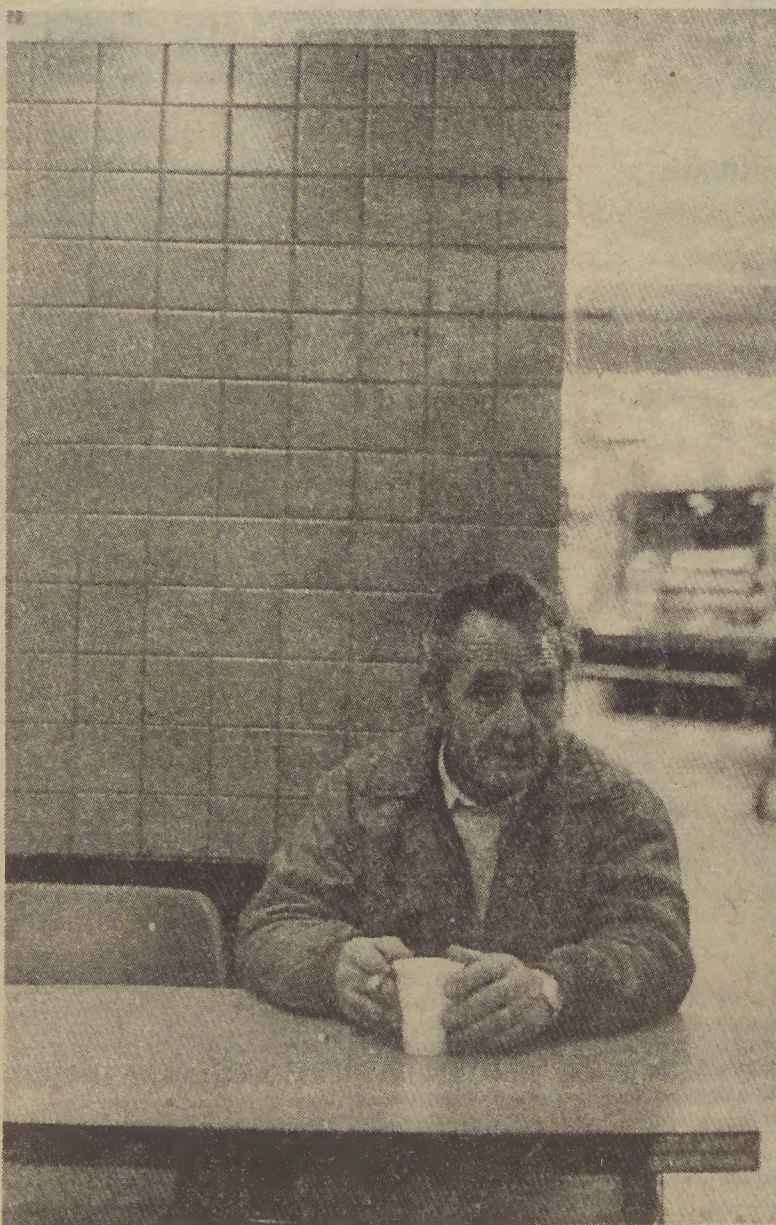
voto (7 milhões para os liberais, 13,5 milhões para os conservadores), constituiria, no fim de contas, o absorver a herança da recessão e o correspondente «lavar de mãos» por parte dos conservadores que a criaram. O «Labour Party» iria uma vez mais gerir o capitalismo, como já dissemos. No poder, esgotar-se-ia, rapidamente, administrando os fantasmas do costume: a alta e a baixa dos juros, o desemprego sempre em crescimento, a inflação, o sobe e desce do valor da libra, os «deficits» das balanças comercial e de pagamentos. No poder, sofreria as habituais implacáveis campanhas da imprensa «tory». Desprestigiaria-se-ia. Enegreceria a sua imagem de partido dos trabalhadores britânicos, como sempre aconteceu no passado. Assim, os conservadores ficaram com o seu governo e com a sua maioria (21 votos contra os 101 no Parlamento anterior), ficaram com a crise e com os intratáveis problemas sociais que são os da Grã-Bretanha dos nossos dias. Talvez fosse essa a melhor solução.

No dia da vitória (6ª-feira), quando as grandes festas prosseguiam, e a maior foi a do próprio «Daily Telegraph», no «Savoy», era esse jornal que escrevia no seu editorial das páginas dedicadas à economia e às finanças: «A Bolsa sentiu-se no direito de celebrar esta vitória e fê-lo em

**U**ma das apostas dos conservadores foi a da segurança e combate à criminalidade. Entretanto, o número de delitos sofreu um forte crescimento durante os governos de Thatcher, mais acentuado, aliás, que em qualquer outro país da Europa ocidental. Entre 1980 e 1990, a taxa de crescimento da criminalidade foi de 69%.

**O** desemprego (e a miséria que o acompanha), subiu de forma vertiginosa, com destaque para Londres. Actualmente, em Londres, a taxa de desemprego é de 10%, contra 4,7% em Abril de 1990 e 2,7% em Maio de 1979, quando Thatcher assumiu o poder.

**O** número de pessoas sem casa, na capital britânica, tem vindo a aumentar todos os anos. As associações de solidariedade calculam que cerca de 2500 pessoas vivem nas ruas, em particular no centro, na zona dos teatros e restaurantes. No ano passado, 100 000 pessoas, representando 40 000 famílias, foram albergadas em asilos.



## EM FOCO

# Resultados eleitorais

Com todos os círculos escrutinados (651), era o seguinte o quadro das eleições legislativas realizadas na quinta-feira da semana passada na Grã-Bretanha:

Partido	Lugares	Porcentagem
Conservador	336 (369 em 1987)	41,9 (42,3)
Trabalhista	271 (229)	34,4 (30,83)
Liberal-Democrata	20 (22)	18,0 (22,55)

O total de lugares necessários à obtenção de uma maioria no Parlamento de Westminster é de 326, pelo que a maioria obtida pelos conservadores é nítida, apesar da ligeira quebra sofrida em relação aos resultados de 87, e a subida registada pelos trabalhistas.

Observa-se ainda uma maior polarização nos votos, com a quebra dos votos nos liberais-democratas.

Em Londres, os trabalhistas ganharam apenas 10 dos 21 lugares ambicionados, deixando os «tories» ainda ligeiramente maioritários na capital britânica.

Com 48 lugares, os conservadores mantiveram o centro propriamente dito da capital, incluindo Westminster e Kensington.

O essencial das vitórias trabalhistas concentrou-se nos arredores e na parte leste da cidade, onde eram maioritários.

Com apenas duas excepções, os «tories» mantiveram igualmente o seu domínio nos arredores mais afastados da grande Londres, que, com 83 círculos eleitorais, se estende por cerca de 50 quilómetros.



grande estilo. Mas, o que acontecerá quando o «champagne» perder a força? Quase sempre os entusiasmos das sextas-feiras se fazem seguir por fins-de-semana feitos de sóbrias reflexões e as lamentações surgem, inevitavelmente, ao romper da luz fria do amanhecer de segunda-feira».

No próprio dia das eleições (5ª-feira) a situação agravou-se no Japão, de tal modo, que ameaçava todos os financiamentos ao investimento e à reordenação dos montões de dívidas à escala global, e punha em perigo a viabilidade do sistema bancário. Talvez que o eleitorado britânico nos tenha dado uma lição: o voto dos que preferiram os trabalhistas, por princípio e por fidelidade às suas origens, viu-se contrabalançado e derrotado pelo dos que aceitaram continuar marchando em direcção ao precipício. E a sociedade empresarial que diz haver aniquilado o socialismo acha-se de repente sem resposta para os seus próprios problemas e vai resvalando para o abismo.

Atente-se só nas sábias palavras do «Daily Telegraph». Não somos nós os profetas. São eles.

■ MANOEL DE LENCASTRE

## POLÍTICAS ALTERNATIVAS

# A grande questão

A grande questão em qualquer acto eleitoral é, no fundo, se há ou não uma verdadeira alternativa política — credível aos olhos do eleitorado. Credível em termos de projecto, de capacidade para a sua implementação e de vontade política para o concretizar.

Nesta perspectiva valerá a pena apreciar, em linhas gerais, que promessas eleitorais foram apresentadas aos britânicos (com o desconto devido a tais promessas...). Que diferenças (ou não) marcavam os manifestos de trabalhistas e conservadores.

«Acreditamos em dar poder ao povo e não impor sobre ele o poder», salientava o manifesto conservador. O documento, intitulado «O melhor futuro para a Grã-Bretanha», afirmava, nomeadamente, que mais pessoas terão oportunidade de comprar casa (um problema particularmente sentido) e adquirir acções.

Apostando na continuação dos planos de privatizações, nomeadamente no que se refere à indústria do carvão e ao fim do monopólio dos caminhos-de-ferro, os conservadores sublinham entretanto «que não têm a mínima intenção de privatizar os serviços nacionais de saúde».

O manifesto incluía também novas propostas para melhorar e tornar mais eficientes os serviços nacionais de saúde (cujas degradação é um dos problemas sociais mais sentidos), com mais hospitais privados ou a funcionar independentemente das municipalidades, por meio de subvenções do governo.

A reforma na educação surge como uma das principais propostas conservadoras, com os chamados «39 passos» para melhorar o sistema de ensino.

Tudo isto acompanhado de promessas de novos cortes nos impostos e uma redução da taxa básica de impostos sobre rendimentos e salários dos actuais 25 pence para 20 pence (20 por cento).

Um quadro a que haverá que acrescentar o esforço de demarcação, por parte do primeiro-ministro conservador John Major, das medidas mais impopulares tomadas por Margaret Thatcher, como é o caso da «poll tax», o imposto local que acelerou a queda de Thatcher.

«Todos os governos cometem erros e continuarão a fazê-lo. O essencial é reconhecê-lo e mudar», sublinhou Major em emissão do segundo canal da BBC, difundida em véspera de eleições. Acrescentando — «não só restabelecemos a situação, como me recusei a organizar eleições gerais antes de o fazer» (ressaltando no fundo também o carácter político de tal medida).

Lançado por Neil Kinnock (o dirigente trabalhista que agora se demitiu), o manifesto trabalhista, intitulado «Altura de pôr o país a funcionar», prometia «um novo começo para a Grã-Bretanha».

O manifesto apostava num ênfase vigoroso contínuo

no investimento para fortalecer a economia, e um plano para recuperação nacional.

Os trabalhistas prometiam medidas para ajudar as famílias, impostos justos, incentivos ao nível dos impostos para auxiliar pequenas empresas, 600 milhões de libras (150 milhões de contos) de investimentos na educação e apoio a serviços comunitários essenciais.

O manifesto afirmava também que os trabalhistas ofereceriam mais liberdade, segurança e oportunidades. É no plano das propostas orçamentais, e mais especificamente no que se refere à matéria fiscal, que o confronto político se torna mais nítido.

Os trabalhistas propunham um desagravamento dos impostos directos sobre os escalões de mais baixos rendimentos e um agravamento dos mais elevados.

Estas alterações saldar-se-iam por um aumento da receita fiscal em cerca de 5,4 mil milhões de libras (1 360 milhões de contos), no primeiro ano de governo.

A receita adicional seria aplicada num programa de recuperação, apoio aos serviços nacionais de saúde, educação, aumento das pensões à terceira idade e dos abonos de família para as crianças.

O nível básico de incidência fiscal sobre salários e rendimentos continuaria a 25 pence por libra (25 por cento — de lembrar que os conservadores prometeram um desagravamento para 20 por cento), mas subiria a partir dos 460 contos por mês.

As isenções fiscais sobre os rendimentos mais baixos (que poderiam beneficiar cerca de 740 mil pessoas), bem como o reforço do investimento ao nível dos serviços de Estado, seriam contrabalançados pelo agravamento dos impostos sobre os rendimentos mais elevados.

As reacções a este orçamento alternativo foram claras. A Confederação das indústrias britânicas afirmou que os planos de impostos sobre rendimentos propostos pelos trabalhistas destruiriam qualquer recuperação económica e podiam mesmo transformar a recessão (a mais longa desde a guerra) num colapso da economia.

Uma sondagem então publicada no «Financial Times» sugeria que os empresários britânicos queriam uma vitória conservadora decisiva, pois receavam que um governo trabalhista desvalorizasse a libra e aumentasse as taxas de juros sobre os empréstimos. O presidente do Partido Conservador, dirigindo-se ao grosso dos eleitores, afirmava que o «catálogo de despesas excessivas não enganará os eleitores» que sabem bem que um governo trabalhista significaria «impostos mais elevados».

Uma polémica que de alguma maneira punha em causa o real conteúdo da política mais acentuadamente social dos trabalhistas. Nota de diferença num quadro em que de forma alguma se esboçam políticas opostas.

## A imprensa e a City

A imprensa — como os outros *mass media* — tem sempre o seu papel e o seu peso específico nos processos eleitorais. Sem cair na tentação de sobrevolorizar tal papel, atribuindo-lhe um peso que a outros factores caberá, vale a pena ainda assim referir que posições foram assumidas pela imprensa britânica em vésperas do acto eleitoral.

À boca das urnas, a maioria da imprensa britânica, com a excepção significativa do «Financial Times», apelou ao voto no Partido Conservador.

O jornal de maior tiragem da imprensa britânica, o popular «Sun» (4,2 milhões de exemplares) não hesitava em agitar o espantinho de uma vaga de emigração sem precedentes em caso de vitória do Partido Trabalhista.

Outros periódicos populares, designadamente o «Daily Express» (1,9 milhões de exemplares), o «Daily Mail» (1,7 milhões de exemplares) e o «Today» (548 mil exemplares), bem como o «Daily Telegraph» (1,8 milhões de exemplares), e o «Times» (436 mil exemplares), convidavam os eleitores a apoiarem os conservadores.

Por seu lado, os jornais do grupo Maxwell, o «Daily Mirror» (dois milhões de exemplares) e o «The European», bem como o «Guardian» (438 mil exemplares) e o jornal comunista «Morning Star», apoiaram o Partido Trabalhista.

O diário económico «Financial Times» (280 mil exemplares), admitindo estar «mais perto dos valores defendidos por um partido conservador moderno», realçava, no entanto, «os perigos da manutenção no poder de um Partido Conservador enfraquecido» e acentuava em particular «os progressos alcançados pelo Partido Trabalhista para se modernizar que justificam marginalmente os riscos de uma mudança de poder».

Posição entretanto não partilhada pelo mundo dos negócios, como ficou claro pelas reacções da bolsa nas vésperas das eleições e depois de conhecidos os resultados eleitorais.

Aliás, uma semana antes das eleições, Neil Kinnock, líder do Partido Trabalhista, viu-se na contingência de, em conferência de imprensa, avançar com promessas à City, o bairro financeiro londrino, afirmando que «um governo trabalhista dá grandes vantagens à City e grandes lucros à indústria através de uma vigorosa política de recuperação económica e de emprego». E sublinhou mesmo, em entrevista à rádio BBC: «A minha folha de serviços garante-vos que eu serei um bom primeiro-ministro».

Declarações que talvez tenham ainda contribuído para um maior esbater de fronteiras entre projectos políticos de trabalhistas e conservadores.

Logo que os resultados eleitorais foram conhecidos, a bolsa de Londres e a libra esterlina apresentaram uma forte subida nos mercados de Londres.

## PONTOS CARDEAIS

## Gazetilha

## Teleboato

Diz-se que para evitar o ir e vir e melhor pôr a informação ao rubro o governo vai passar a reunir lá na Cinco de Outubro...

## Pois claro

O Banco de Portugal tem novo governador. Ponto estratégico, o tal. Exige um bom mandador.

Manda e quer a férrea mão. Quem esperava uma surpresa? No reino da confusão acaba tudo em Beleza...

## Pluralismo

A escândola está feita. Um que entrou para o Governo de Cavaco leva aos ombros o saco bem pesante de militante na extrema-direita. Tão fiel, tão fiel devoção tão fantástica que usava até um anel com a cruz suástica...

Escândalo porquê? Fico a pensar (aliás está mesmo à vista) que o professor apenas quer mostrar seu fervor pluralista.

Mas já se podem ouvir uns honestos sinais de que o *boss* está a ir longe de mais...

## A queixa

Crises que vão de leste à oeste e que dão muito muito pesar. Não é meu intuito vir sobre elas dissertar num poema tão pequeno como este.

Mas elejo um momento o acontecimento da nossa condição que não é pêra doce: o chefe do governo queixou-se da televisão...

Com razão, quanto a mim, ciente do que pesa um triste fado. Não está certo um homem ser assim tão marginalizado!

Logo, acrescento o meu protesto ao seu. Fico-lhe muito grato, no meu canto pois na verdade há muito tempo que eu já não me ria tanto.

■ IGNOTUS SUM

## Incrível!



## Diferentes

Visitando o Primeiro-Ministro para cumprimentos, o novo líder do CDS, Manuel Monteiro, aproveitou para dizer à Comunicação Social que o seu partido estava «diferente». E tão diferente está, que tem uma visão particular para cada questão: na Câmara Municipal de Lisboa - onde era suposto estar a defender os interesses dos eleitores que nele votaram - retirou os vereadores do executivo e agora só sabe que «não está ao lado dos comunistas e dos socialistas»; para as eleições regionais da Madeira «ja foi definido publicamente que o CDS concorrerá sozinho» como alternativa «quer ao PS quer ao PSD»; quanto às eleições regionais nos Açores e à hipótese de uma coligação com o PS, aí «serão os órgãos regionais do CDS a decidir esta matéria». Com tantas diferenças, um dia destes o CDS já nem sabe quem tem do outro lado do espelho.

## Também tu, Comunidade?

Segundo Manfred Brunner, político alemão chefe de gabinete do comissário europeu Martin Bangemann, a subida dos partidos de extrema-direita que se está a verificar na Alemanha, França, Bélgica e Itália pode ser uma consequência dos poderes supranacionais da

Comunidade sobre cada Estado membro. Era só o que nos faltava, que a Comunidade Europeia agora também gerasse o fascismo...

## Doença misteriosa

Uma doença misteriosa está a atacar militares norte-americanos que fizeram a guerra do Golfo, com sintomas bizarros como perda de cabelo, dores musculares, fadiga crónica e dores de dentes e de gengivas, não encontrando os médicos qualquer explicação para o facto. Os médicos que acompanharam as primeiras vítimas norte-americanas do «agente laranja» também andaram à nora uma data de tempo - até que perceberam que os veteranos do Vietname estavam a sofrer as consequências das armas biológicas que o seu próprio país lançara... sobre o adversário.

## Trampolins

Torres Couto deu uma de «social» e foi ao Alentejo dizer que «a área agrícola da região terá de ser protegida» (a modos como as áreas paisagísticas, certamente...), que o Governo de Cavaco Silva peca pela «inexistência de uma política de extensão rural» (que ninguém sabe o que é, mas deve ser uma coisa muita boa) e que, no Alentejo, «o Governo não pode actuar sozinho mas deve servir de trampolim

para a participação de agentes privados na região» (e dar-lhes, com certeza, o que falta aos latifundiários obter, que são mais ou menos as estradas e as povoações do Alentejo). Lá de trampolins sabe o homem. Até pula buracos do tamanho do que se abriu nas finanças da UGT!

## Lagoa Azul

A Lagoa Azul constitui um dos mais aprazíveis e procurados locais de lazer da serra de Sintra, sendo alimentada por dois cursos de água, o principal dos quais se chama Ribeira Azul. Até aqui, nada de especial. O incrível está no que se segue: o Grupo AOKI Corporation, um monopólio estrangeiro presentemente a desenvolver uma importante operação urbanística privada na zona, resolveu, pura e simplesmente e sem consultar ninguém, desviar parte do caudal da Ribeira Azul para alimentar uma lagoa integrada nos seus terrenos, chamados da Penha Longa, o que, para além de degradar a Lagoa Azul, diminuindo acentuadamente o seu volume de água, coloca consideráveis riscos de alteração ambiental em toda a bacia hidrográfica da ribeira da Penha Longa. Pelo que, das duas uma: Ou o ministro não sabe disto, pelo que fica agora a saber e nós à espera que ele actue. Ou o ministro sabe disto, e acha que somos uma República das Bananas.

## frases da Semana

«Devem as empresas que prestam o serviço público de televisão e de rádio, para assegurar a sua independência directa e indirecta do Estado, ter os seus órgãos constituídos a partir de assembleias de opinião de composição plural e representativa dos vários sectores da sociedade civil?»

«» (Pergunta do Referendo a propor pelo PS — «Público», 9.04.92)

«O facto de se estreitarem os quadros em todos os serviços demonstra que a política da Secretaria de Estado (da Cultura) é a de gastar cada vez menos nesta área e libertar o Governo das suas funções sociais, relegando esse papel aos mecenas.»

«» (Nelson Raleiras, Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública — «O Jornal», 10.04.92)

«Não acho que a cultura do Cavaco seja fraca. Ele é demasiado discreto para manifestar a cultura que tem.»

«» (Alberto João Jardim, «Vida 3» — «Independente», 10.04.92)

«É preciso saber gerir as realidades e jogar com as compensações. E é com os empreiteiros ricos que são os possíveis entendimentos. Conhecê-los bem e saber quanto ganham, para deles se exigirem as correspondentes contrapartidas.»

«» (Nuno Abecasis, sobre a «filosofia dos empreiteiros e das empreitadas», quando era Presidente da CML — «O Jornal», 10.04.92)

«Antes e depois do 25 de Abril, actuámos e sentimos as mesmas facilidades ou dificuldades que quaisquer outros portugueses, segundo as suas opções pessoais.»

«» (Luís Rebelo Pereira, responsável de informação da Opus Dei — «O Diabo», 14.04.92)

«Prometem o Paraíso, deram-nos o Purgatório e estão agora a empurrar-nos para o Inferno.»

«» (Lino de Carvalho, durante a interpelação ao Governo sobre política agrícola — «Expresso», 11.04.92)

«A «governabilidade» que se pretende obter quando um partido ou coligação tem a maioria relativa, tem de resultar, não da ruptura com a vontade dos eleitores, mas sim de acordos entre os partidos ou coligados.»

«» (Octávio Teixeira, sobre alterações à Lei Eleitoral para as autarquias — «Expresso», 11.04.92)

«Teoricamente, todos os países da Comunidade são iguais, mas é sabido que há uns mais iguais que outros, a começar pelos quatro grandes, Alemanha, Inglaterra, França e Itália.»

«» (Álvaro Barreto — «O Jornal», 10.04.92)

«Em termos comunitários, este Governo tem agido como um menino bem comportado e ao nível interno assume-se como um menino reguila.»

«» (Joaquim Miranda — «Semanário», 11.04.92)

«Nasce-se e morre-se em África mais «facilmente». É isto que explica que, apesar das gravíssimas acusações que recaem sobre a UNITA e o seu líder, Jonas Savimbi, ambos continuem a desfrutar, em Angola, de uma enorme popularidade.»

«» (José António Saraiva, «Editorial» — «Expresso», 11.04.92)

«Depois de tudo o que se passou, a UNITA continua, assim, a ser a favorita para as próximas eleições.»

«» (Idem)

# Agenda

O COMUNISMO  
e o Mundo  
Contemporâneo

CICLO DE DEBATES

**A crise mundial  
contemporânea**

**Perspectivas  
actuais  
da política  
internacional**

com a participação de  
**Albano Nunes  
José Goulão  
Miguel Urbano Rodrigues**

Terça, dia 21, às 21.30  
CT Vitória

## Excursão a Peniche

Com partida de Alfama (Lisboa), realiza-se no dia 31 de Maio uma excursão a Peniche, que inclui uma visita guiada ao Forte/Museu dos Presos Políticos.

A partida está marcada para as 7h30, do Largo do Chafariz de Dentro, com regresso ao mesmo local cerca das 21h.

Informações e inscrições no Centro de Trabalho da Graça, às quartas-feiras à noite (tel. 874507) e diariamente junto dos camaradas Joaquim Duarte (tels. 870494 e, à noite, 873329) e Teixeira (tel. 866084).

SOLIDARIEDADE  
COM  
**CUBA**  
dia 18 Abril  
CALDAS 15 horas  
DA RAINHA

**Debate  
na Casa da Cultura**  
com a participação de  
**German Blanco Bujol,**  
Embaixador de Cuba  
**Miguel Urbano Rodrigues,**  
jornalista e deputado



## 25 de Abril no concelho de Sintra

Na sede da Associação de Moradores da Serra da Silveira, em Belas, e na Escola Primária de Monte Abraão, em Queluz, realizam-se no dia 26 almoços comemorativos do 25 de Abril, organizados pelas respectivas Comissões de Freguesia do PCP e abertos a toda a população.

As inscrições devem ser feitas até dia 19 junto dos Centros de Trabalho do PCP de Queluz e Cacém.

## Aos membros do Partido do distrito de Lisboa

A partir deste mês de Abril passará a funcionar no CT Vitória, durante todo o dia, um **serviço de atendimento aos membros do Partido**, que tem como objectivo contribuir para a resolução mais expedita e atempada de questões relacionadas com cartões e quotas e ainda outros problemas que os membros do Partido entendam colocar.

*Telefona, escreve ou vem pessoalmente!*



## Televisão

## Quinta, 16

## Canal 1

07.30 Bom Dia (I)  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia (II)  
11.15 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.00 Notícias  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 A Saúde na Sua Mão  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Testemunha na Ratoeira  
(ver «Filmes na TV»)  
16.10 Ponto por Ponto  
17.05 Brinca Brincando  
17.35 Rua Sésamo  
18.10 Caderno Diário  
18.15 Riviera  
18.40 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.15 Desenhos Animados  
20.25 Rainha da Sucata  
21.30 Os Simpson  
22.00 Os Assassinos Estão Entre Nós  
23.20 Carlos Paredes: «Uma Guitarra Portuguesa»  
00.20 24 Horas  
00.55 Remate

## Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 Os Cavaleiros das Estrelas  
12.25 Curso de Francês  
12.40 Circo  
12.55 Filhos e Filhas  
13.20 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.25 Recreio do 2  
17.25 Em Busca de...  
17.55 Clip-Club  
18.25 Eterno Feminino  
18.55 Desporto - Basquetebol  
20.50 Zás Trás  
21.00 Jornal das Nove  
21.30 O Sr. Almaníaco  
21.35 Lendas da Guitarra  
22.35 A Ilustre Casa de Black Adder  
23.00 Três Minutos de Vida  
(ver «Filmes na TV»)

## Sexta, 17

## Canal 1

07.30 Bom Dia (I)  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia (II)  
11.00 Brinca Brincando Especial  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Brinca Brincando  
14.00 Concerto da Amizade (9ª Sinfonia de Beethoven)  
15.15 Monsenhor Quixote  
(ver «Filmes na TV»)  
17.15 Estrelas no Circo  
18.10 Brinca Brincando  
18.40 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.15 Via Sacra (transmissão de Roma)  
21.30 A Maior História de Todos os Tempos  
(ver «Filmes na TV»)  
23.35 24 Horas  
00.10 Remate  
00.30 Requiem de Verdi

## Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 Zorro  
12.30 Curso de Inglês  
12.40 Circo  
12.55 Filhos e Filhas  
13.20 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.20 Futebol - Estoril-Sporting  
17.25 Grandes Desastres  
17.55 Clip-Club  
18.25 Eterno Feminino  
19.30 Magazine de Turismo  
20.45 Zás Trás

21.00 Jornal das Nove  
21.30 O Sr. Almaníaco  
21.35 Rotações  
22.35 Thérèse  
(ver «Filmes na TV»)

## Sábado, 18

## Canal 1

08.00 À Mão de Semear  
08.25 Canal Jovem  
13.00 Encontro à Uma  
13.55 Corações Jovens  
14.45 Prémios Grammy 1992 (II)  
15.40 Boa Noite Senhora Campbell  
(ver «Filmes na TV»)  
17.30 O Século dos Detectives  
18.20 Hercule Poirot  
19.15 Totoloto  
19.30 Jornal de Sábado  
21.20 Desenhos Animados  
20.50 Casa Cheia  
21.30 Araponga  
22.10 Desporto  
(ver «Filmes na TV»)  
22.50 Vigília Pascal  
00.30 Bailado: «A Bela Adormecida»

## Canal 2

10.40 Anna Bailarina  
11.30 Forum Musical (I)  
12.00 Primeiro Jornal  
12.15 Forum Musical (II)  
13.00 Agarra o 2  
14.05 Doido Com Juízo  
(ver «Filmes na TV»)  
16.00 Estádio (I)  
18.30 Jornal Fim-de-Semana  
19.05 Arca de Noé  
19.45 Outras Músicas  
21.00 Estádio (II)  
23.30 Pantanal  
01.05 As Teias da Lei

## Domingo, 19

## Canal 1

08.00 Canal Jovem  
09.25 Missa (transmissão de Roma)  
11.30 Canal Jovem  
13.00 Notícias  
13.15 Concerto: Roberto Carlos  
14.15 Especial Disney  
15.15 Top +  
16.05 Raiva de Vencer  
(ver «Filmes na TV»)  
18.00 ET - Entretenimento Total  
19.00 McGyver  
20.00 Jornal de Domingo  
20.35 Desenhos Animados  
20.45 Araponga  
22.00 No Calor da Noite  
23.00 Royal Variety Performance  
00.50 No Calor da Noite  
00.40 Remate

## Canal 2

09.00 Caminhos  
09.30 Novos Horizontes  
10.00 S.O.S. Terra  
10.50 Regiões Magazine  
12.00 Agarra o 2  
13.00 Vida Nova  
14.00 Troféu  
18.30 Gala Sevilhana  
20.10 Palavra Puxa Palavra  
21.00 Nós 2  
22.05 Artes e Letras - «Retrato de Pina Bausch»  
23.00 Lili  
(ver «Filmes na TV»)  
00.25 Tauromaquia

## Segunda, 20

## Canal 1

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo

10.05 Bom Dia  
11.05 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 América Selvagem  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 Um Dia na Vida do Comissário Ambrosio  
(ver «Filmes na TV»)  
16.10 Ponto por Ponto  
17.10 Brinca Brincando  
17.40 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
18.40 A Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.20 Rainha da Sucata  
21.25 O Preço Certo  
23.00 Grandes Desafios  
23.55 24 Horas  
00.30 Remate  
00.40 Neve  
(ver «Filmes na TV»)

## Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 O Homem da Carabina  
12.25 Curso de Inglês  
12.40 Fantocheiro Mágico  
12.55 Filhos e Filhas  
13.15 Agora, Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.30 Recreio do 2  
16.40 As Aventuras de Black Beauty  
17.00 O Melhor dos Mundos  
17.50 Clip-Club  
18.20 Eterno Feminino  
19.20 Dramazine  
19.50 Estilo Britânico  
21.00 Jornal das Nove  
21.35 Acerto de Contas  
22.35 Teatro - «O Lamento da Imperatriz»

## Terça, 21

## Canal 1

07.30 Bom Dia  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia  
11.05 Passerelle  
12.05 Culinária  
12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 O Futuro  
14.00 Brinca Brincando  
14.35 À Maneira de Cutter  
(ver «Filmes na TV»)  
16.10 Ponto por Ponto  
17.10 Brinca Brincando  
17.40 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
19.30 Telejornal  
20.20 Rainha da Sucata  
21.20 As Causas da Justiça  
22.15 Primeira Página  
23.10 Carol & Companhia  
23.40 24 Horas  
00.15 Remate

## Canal 2

09.00 Videotexto  
12.05 California Show  
12.20 Curso de Alemão  
12.35 Circo  
12.50 Filhos e Filhas  
13.15 Agora Escolha! (I)  
14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha! (II)  
15.30 Recreio do 2  
17.00 O Livro dos Recordes  
17.30 Tribunal de Júri  
17.50 Clip Club  
18.30 Eterno Feminino  
19.30 Cinemazine  
20.00 A Caminho de Barcelona  
21.00 Jornal das Nove  
21.35 1000 Imagens  
22.00 Um Lugar na Alta Roda  
(ver «Filmes na TV»)  
00.55 Pop Off

## Quarta, 22

## Canal 1

07.30 Bom Dia (I)  
09.30 Rua Sésamo  
10.00 Bom Dia (II)  
11.15 Passerelle  
11.40 Jogo de Cartas  
12.00 Notícias  
12.05 Culinária

12.20 Lua Cheia de Amor  
13.00 Jornal da Tarde  
13.30 Paragem no Tempo  
14.00 Brinca, Brincando  
14.35 A Fúria do Desejo  
(ver «Filmes na TV»)  
16.20 Tu Cá, Tu Lá  
17.05 Brinca Brincando  
17.35 Rua Sésamo  
18.10 Riviera  
18.45 Roda da Sorte  
19.30 Telejornal  
20.20 Rainha da Sucata  
21.15 Vamos Jogar no Totobola

21.35 As Baleias de Agosto  
(Ver «Filmes na TV»)  
23.45 24 Horas  
00.20 Remate

## Canal 2

09.00 Videotexto  
12.00 2020 - Polícias em Acção  
12.25 Curso de Inglês  
12.35 Circo  
12.50 Filhos e Filhas  
13.15 Agora, Escolha!

14.00 Jornal das Duas  
14.30 Agora, Escolha!  
15.30 Recreio do 2  
16.30 O Caminho das Estrelas  
17.30 Mulheres no Mundo  
17.55 Clip-Club  
18.20 Eterno Feminino  
19.30 TV Artes  
20.15 O Homem e a Música  
21.00 Jornal das Nove  
21.35 Carlos Cruz: «Quarta-feira»  
22.45 Tentações  
23.30 Sinais do Tempo

## Filmes na TV

**Testemunha na Ratoeira** «Un Papillon sur l'Épaule», (Fr./1978). Realização de Jacques Deray. Interpretação de Lino Ventura, Claudine Auger, Paul Crauchet, Jean Bouise, Nicole Garcia. Cor, 94 minutos.

Um francês, Roland Fériaud, é raptado em Barcelona e levado para uma clínica onde se passam coisas muito estranhas. Mais tarde libertado, vem a compreender que houve confusão de identidades e que o haviam tomado por outro personagem, que é assassinado. Filme de suspense, vagamente passado num ambiente de aparente intriga política, tem uma boa interpretação de Lino Ventura e uma realização correcta, mas não mais do que isso, de Jacques Deray.

Quinta, 14.35, Canal 1

**Três Minutos de Vida** «Sorry, Wrong Number», (EUA/1948). Realização de Anatole Litvak. Interpretação de Barbara Stanwyck, Burt Lancaster, Ann Richards, Wendell Corey. P/B, 86 minutos.

O argumento ficou famoso como um dos mais bem elaborados e perturbantes da história do «filme negro»: uma mulher, parafítica, ao tentar obter um número de telefone, surpreende em «linha cruzada» uma conversa em que se fala do assassinato de uma mulher. O problema é que, pouco a pouco, ela descobre, no espaço sufocante do seu quarto (de que não pode sair), que o marido pretendia tramar a sua própria morte, para ter acesso a um seguro de vida que lhe asseguraria o pagamento de dívidas do jogo... Uma excelente fotografia, uma inquietante banda sonora e uma interpretação brilhante de Barbara Stanwyck, vêm colar-se adequadamente à realização perfeita de Litvak.

Quinta, 23.00, Canal 2

**Monsenhor Quixote** «Monsenhor Quixote», (Gr.Bret./1990). Realização de Rodney Bennett. Interpretação de Alec Guinness, Leo McKern, Rosalie Crutchley, Ian Richardson, Maurice Denham. Cor, 114 minutos.

As referências falam-nos de um cuidado telefilme de origem britânica que conta a história da crescente amizade entre um sacerdote e um comunista durante as peripécias de uma viagem por terras de Espanha. O argumento é baseado numa peça de Graham Greene e, nos principais papéis, brilham Leo McKern e Alec Guinness. (Num parêntesis a propósito, diga-se que, no anterior número do «Avante!», um areliador erro de processamento de texto - tornando incompreensível e absurdo o argumento de «Oito Vidas Por Um Título» - colocou o mesmo Guinness não só como vítima, mas também como autor, de nada menos de oito crimes! Um azar nunca vem só...)

Sexta, 15.15, Canal 1

**A Maior História de Todos os Tempos** «The Greatest Story Ever



«Doido com Juízo» — uma brilhante comédia romântica de Frank Capra

**Told**, (EUA/1965). Realização de George Stevens. Interpretação de Max Von Sydow, Dorothy McGuire, Charlton Heston, Robert Loggia, Sidney Poitier, Carroll Baker, Shelley Winters, John Wayne, Telly Savalas, Robert Blake, Burt Brinckerhoff, John Considine, Jamie Farr, David McCallum, Gary Raymond. Cor, 215 minutos.

Que seria das nossas páscoas televisivas sem um «fresco bíblico», nem de propósito com Charton Heston? A tradição de espectáculo de Hollywood é, neste género de filmes, conhecida, mas os resultados, em termos de verdadeiro Cinema, deixam quase sempre a desejar, sobretudo pela arbitrária acumulação de vedetas em papéis curtos, no mínimo inverosímeis, quando não ridículos. Aqui, que poderia esperar-se, por exemplo, de John Wayne na pele de um centurião a supervisionar a crucificação de Cristo?!

Sexta, 21.30, Canal 1

**Thérèse** «Thérèse», (Fr./1986). Realização de Alain Cavalier. Interpretação de Catherine Mouchet, Aurore Prieto, Sylvie Habault, Clémance Massart, Ghislaine Mon. Cor, 88 minutos.

História de temática religiosa e de grande público, este filme foi entretanto mais além do que é habitual no «género» e alcançou, mesmo, o Grande Prémio do Júri no Festival de Cannes de 1986. Espelhando assinaláveis talentos de um punhado de não-profissionais e uma realização segura, que recusa a exclusiva reprodução biográfica preferindo o relato do contraditório quotidiano num convento de carmelitas, o filme conta a vida de reclusão de Thérèse Martin, dita Santa Teresa de Lisieux, morta em 1897 e canonizada santa em 1925.

Sexta, 22.35, Canal 2

**Doido com Juízo** «Mr. Deeds Goes To Town», (EUA/1936). Realização de Frank Capra. Interpretação de Gary Cooper, Jean Arthur, Lionel Stander, Walter Catlett, Douglas Dumbrille, George Bancroft. P/B, 111 minutos.

Longfellow Deeds é um pacato habitante de uma cidade do interior dos Estados Unidos que subitamente vê vir parar-lhe às mãos, de um tio desconhecido, uma herança de 20 milhões de dólares que pretende partilhar com os mais necessitados. Partindo para Nova Iorque, é surpreendido, na sua bonomia e ingenuidade, por uma série de esboços, a que só consegue escapar pelo seu bom senso, e torna-se num caso público explorado por um repórter pouco escrupuloso, por quem se apaixonou, acabando por ser envolvido numa sórdida cabala, injustamente preso e levado a tribunal. História de contrastes entre a verticalidade moral e os falsos valores humanos, numa sociedade baseada no poder e no dinheiro, este belíssimo filme é um dos mais irresistíveis e transparentes exemplos da postura idealista de um grande cineasta. A ver e a gravar.

Sábado, 14.05, Canal 2

**Boa Noite, Senhora Campbell** «Buona Sera, Mrs. Campbell», (EUA/1968). Realização de Melvin Frank. Interpretação de Gina Lollobrigida, Shelley Winters, Phil Silvers, Peter Lawford, Telly Savalas. Cor, 109 minutos.

Durante a II Grande Guerra, três soldados americanos envolveram-se de amores com uma foga italiana. Regressados à América, cada um deles contribuiu ao longo dos anos, sem saber dos outros, para a vida confortável daquela que supunham ser a mãe de uma alegada filha ilegítima. Agora, 20 anos passados, os três amigos regressam a Itália para comemorar os difíceis tempos ali vividos em combate. E o filme, uma divertida comédia, conta a história das surpresas que todos os protagonistas experimentam ao ser confrontados com a verdade e a dúvida. Uma agradável tarde de cinema...

Sábado, 15.40, Canal 1

**Raiva de Vencer** «Hoosiers», (EUA/1986). Realização de David Anspaugh. Interpretação de Gene Hackman, Barbara Hershey, Dennis Hopper, Sheb Wooley, Fern Persons, Chelcie Ross. Cor, 115 minutos.

Num duplo e complexo desafio com os outros e consigo

próprio, um treinador de basquetebol em crise consegue arranjar emprego como treinador de uma equipa universitária de um liceu de uma pequena cidade, que pretende levar à conquista do campeonato estadual. Um retrato implacável da América interior dos anos 50, com duas grandes interpretações de Gene Hackman e Dennis Hopper.

Domingo, 16.05, Canal 1

**Lili**  
«Lili», (EUA/1952). Realização de Charles Waters. Interpretação de Leslie Caron, Mel Ferrer, Jean-Pierre Aumont, Kurt Kaznar, Zsa Zsa Gabor. Cor, 78 minutos.

Quem não se lembra da canção «Hi Lili, Hi Lo», grande êxito da banda sonora escrita por Bronislau Kaper e que contribuiu para o Oscar que este filme ganhou nesta categoria? Leslie Caron, no papel de uma jovem francesa orfã, e Mel Ferrer, como boneceiro de uma feira de diversões itinerante, secretamente apaixonado por ela, são os protagonistas de uma interessante fantasia musical bem adequada a este Domingo de Páscoa.

Domingo, 23.00, Canal 2

**Um Dia na Vida do Comissário Ambrósio**  
«I Giorni del Comissário Ambrosio», (Itália). Realização de Sergio Corbucci. Interpretação de Ugo Tognazzi.

Segunda, 14.35, Canal 1

	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b> Bugsy	★★	—	★★
<b>B</b> JFK	★★	—	★★
<b>C</b> Mulheres do Sul	★★	—	★★★
<b>D</b> O Cabo do Medo	★★★★	—	★★★★
<b>E</b> Uma Luz na Escuridão	★★	—	—

**Classificação de ★ a ★★★★★**

- A — Real. Barry Levinson — Alfa/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45), Quarteto/2 (14.15, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.
- B — Real. Oliver Stone — Amoreiras/5 (14.00, 17.45, 21.30), Quarteto/3 (14.15, 18.00, 22.00) — Lisboa.
- C — Real. Jon Avnet — Alfa/Clube (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Amoreiras/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Mundial/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45), S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- D — Real. Martin Scorsese — Alfa/4 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Amoreiras/6 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Fonte Nova/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30), Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15) — Lisboa.
- E — Real. David Seltzer — Amoreiras/9 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15), Las Vegas (15.15, 18.30, 21.30), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.

ta do petróleo. Apesar de tudo, duas boas interpretações de John Heard, no papel de um veterano da Guerra do Vietname, e de Jeff Bridges, o amigo que o ajuda na investigação.

Terça, 14.35, Canal 1

**Um Lugar na Alta Roda**  
«Room At The Top», (Gr.Bret./1959). Realização de Jack Clayton. Interpretação de Laurence Harvey, Simone Signoret, Heather Sears, Hermione Baddeley. P/B, 118 minutos.

hostilidade dos habitantes da pequena cidade. Vindo em sua defesa, Boake acaba por morrer nos seus braços. Um poderoso melodrama, competidamente realizado por King Vidor.

Quarta, 14.35, Canal 1

**As Baleias de Agosto**  
«The Wales of August», (EUA/1987). Realização de Lindsay Anderson. Interpretação de Bette Davis, Lillian Gish, Vincent Price, Ann Southern, Harry Carey, Jr., Margaret Ladd, Tisha Sterling, Mary Steenburgen. Cor, 90 minutos.

Mais um bom filme desta

semana, uma excelente história, mas, também, um «filme de atrizes e actores» insuperáveis na criação de personagens credíveis e, entre elas, as de Bette Davis e Lillian Gish - a presença da própria memória do cinema. Duas velhas senhoras vivem os últimos dias de Verão no Maine e recordam as baleias que, por esta altura do ano, surgem ao largo da costa indicando a mudança de estação. Pelo meio, Vicent Price desempenha um irresistível aristocrata russo exilado que «entretém» as velhas senhoras, os seus humores e irracionalidades. Uma excelente estreia, no cinema americano, do cineasta britânico Lindsay Anderson. A não perder.

Quarta, 21.30, Canal 1

**TEATRO**

**ESTRELA 60**  
Rua de St. António à Estrela, 60. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **DA VIDA DOS PÁSSAROS**, de João Silva, produção de O Bando.

**PALÁCIO RIBAMAR**  
Algés (antigo casino, frente ao jardim). 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16.30. **CABARET DO PRAZER E DA MEMÓRIA**, encenação de Armando Caldas, música de Carlos Alberto Moniz, pelo Intervalo - Grupo de Teatro.

**TEATRO DO BAIRRO ALTO**  
Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. **ANTES QUE A NOITE VENHA**, de Eduarda Dionísio, encenação de Adriano Luz.

**TEATRO CINEARTE**  
Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. Sáb. e 2ª às 21.30, dom. às 17: **PLAY IT AGAIN, SAM**, de Woody Allen, encenação de Helder Costa. 3ª às 22.00 na Sala Grande, 6ª às 24 no Cinearte-Café: **PRANTO DE MARIA PARDA**, de Gil Vicente, versão de Maria do Céu Guerra; 4ª, 5ª e 6ª às 21.30: **UMA FLORESTA DE ENGANOS**, de Gil Vicente; Sáb. e 2ª às 24.00, dom. às 21.30: **MIRIVAL**, de Ralph Talbot (Produções de A Barraca)

**TEATRO DA COMUNA**  
Pç. de Espanha. Tel. 7260818. Sala 1: de 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17: **MÁ SORTE TER SIDO PUTA**, de John Ford, encenação de João Mota. Café-Teatro: sáb., às 24.00, **II FESTIVAL DA OTITE**, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

**TEATRO DA GRAÇA**  
Travessa de S. Vicente, 11. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **ESTRELAS NA MANHÃ**, de Alexandre Galine, encenação de José Wallenstein.

**TEATRO MIRITA CASIMIRO**  
Av. Fausto de Figueiredo, Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **LA NONNA**, de Roberto Cossa, encenação de Carlos Avilez, pelo Teatro Experimental de Cascais.

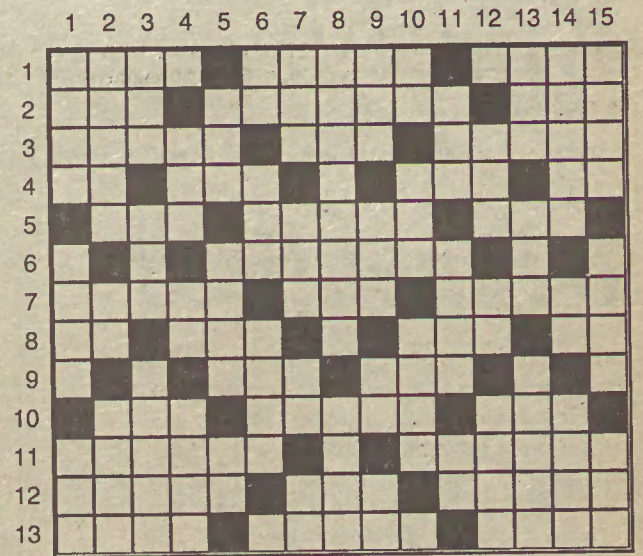
**TEATRO NACIONAL D. MARIA II**  
Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. **PASSA POR MIM NO ROSSIO**, texto e encenação de Filipe La Féria.

**TEATRO S. LUÍS**  
Sala Estúdio, Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. 5ª, 6ª e sáb. às 19.30. **NÁPOLES MILIONÁRIA**, de Eduardo de Filippo, encenação de Mário Viegas (Companhia de Teatro do Chiado)

**TEATRO DA TRINDADE**  
Rua Nova da Trindade. Tel. 3420000. De 5ª a dom. às 19.15: **O SOLÁRIO**, de Fernando Augusto, encenação de Carlos Cabral; de 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16: **DINIS E ISABEL**, de António Patrício, encenação de Mário Feliciano.

**TEATRO VILLARET**  
Av. Fontes Pereira de Melo, 90-A. Tel. 538586. De 3ª a dom. às 21.00, dom. também, às 16. **QUEMMUDA A FRALDA À MENINA?**, de Francisco Ors, encenação de Armando Cortez.

**PALAVRAS CRUZADAS**



**Horizontais:** 1 — Três monarcas portugueses; 2 — liguei; pensão dada aos fidalgos para despesas de habitação; a nossa casa; 3 — restante; capa de confraria; grito; 4 — aragem; furor; progenitor; vogal no pl.; 5 — árvore cuja casca aromatiza o vinho; ornato para o peçoço; dentro das botas; 6 — mobília meio partida, de pouco valor; 7 — pedaço de pano usado e velho; de tal maneira; enguias; 8 — grito de dor; nome de letra; aguardente de cereais; apelido do 3.º governador-geral do Brasil; 9 — acolá; ilha do mar Egeu, pátria de Hipócrates; 10 — afluente do Mondego; completa; aguardente de melaço; 11 — contenha; capital europeia; 12 — abaixo; composição poética; presentemente; 13 — rasteiro; põe em camadas; prendi.

**Verticais:** 1 — Praga; peixe que abundou no mar do Algarve; ofertar; 2 — sobrecarga; graça; faz novelas; 3 — suspiros; mulher que cria crianças; ruminantes montanheses do Peru; 4 — sinal ortográfico; forma redutiva de rapaz; numeral; 5 — maior; manto de lã que geralmente os romanos usavam; Sódio (símb.); 6 — nota musical; mau cheiro; veado muito grande, ruminante, do Norte da Europa e América; 7 — eiró; estão na corte; andava; língua falada outrora ao Sul do Loire; 8 — imperador dos franceses; fundador do Budismo; 9 — jornada; rijeza (fig.); Cálcio (símb.); prep.; 10 — nota musical; a favor de; colarinho; 11 — parte do chapéu; meia dúzia; Tântalo (símb.); 12 — corrente de água natural; pref. neg.; humedece; 13 — carta de uma só folha; possuir; general que comandou a 1.ª invasão francesa; 14 — boa para a saúde; art.; oportunidade; 15 — nome grego do deus do amor; trajam; retira-se.

**SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR**

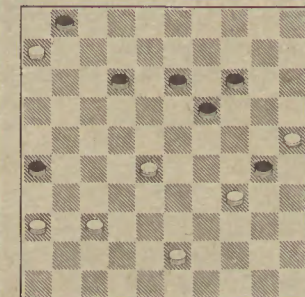
**Horizontais:** 1 — Jiboias; jesuita; 2 — aros; tomar; mais; 3 — vai; caladas; sãs; 4 — ar; nó; até; In.; Ga.; 5 — labita; orador; 6 — eleva; credo; 7 — alô; ideal; Ana; 8 — opa; adornou; Sol; 9 — ri; olor; tuna; ti; 10 — assim; noi; arcs; 11 — crada; gomil; 12 — arco; aviar; aipo; 13 — são; amassam; obá.

**Verticais:** 1 — Javali; oradas; 2 — irara; Apis; rã; 3 — boi; bela; soco; 4 — Os; Nilo; oi; 5 — cota; alma; 6 — ata; ávido; Dam; 7 — sola; adornava; 8 — mato; Er.; is; 9 — jade; cantigas; 10 — era; orlou; ore; 11 — Sire; unam; 12 — um; nada; ária; 13 — ias; dons; Clio; 14 — Tiago; aoto; Pb.; 15 — assara; Lisboa.

**DAMAS**

**CCCLI — 16 de Abril de 1992**  
Proposição N.º 1992D031  
Por: J.H.H. SCHEIJEN  
1.º Prémio: De Vr. Hoornse CT, 1946

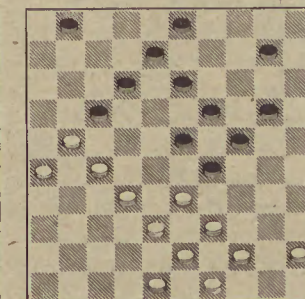
Pr.: [7]: 1-12-13-14-19-26-30  
Br.: [7]: 6-25-28-34-36-37-43



Branças jogam e ganham

Proposição N.º 1992D032  
Por: P. HOSANA  
Jogando, Campeonato de Argel, 17.IV.1949 — [Contra: G. Post]

Pr.: [12]: 1-3-8-10-12-13-17-19-20-23-24-29  
Br.: [12]: 21-26-27-32-33-38-39-43-44-45-48-49



Branças jogam e ganham

**SOLUÇÕES DO N.º CCCLI**

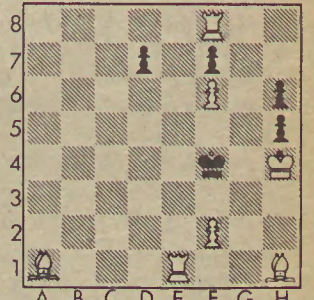
N.º 1992D031 [JHH Sch]: 1.25-20, (30x48=D); 2. 20x7, (1x12\*); 3. 28-23, (19x28); 4. 6-1=D, (48x31); 5. 1x32!+Se: 3. .... (48x31); 4. 36x27 e 27-21/22 e 6-1=D+

N.º 1992D032 [PH]: 1. 32-28, (23x32); 2. 27-22, (17x18); 3. 38x27! (29x38); 4. 43x5=D+

**XADREZ**

**CCCLI — 16 de Abril de 1992**  
Proposição N.º 1992X031  
Por: N. MALAFIENKO  
Buletin Problemistic, 1973

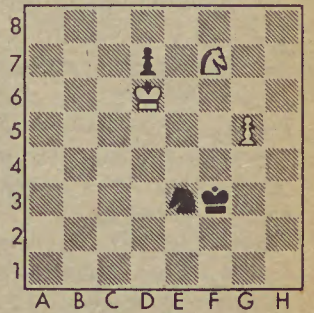
Pr.: [5]: Ps.d7, f7, h5, h6-Rf4  
Br.: [7]: Ps.f2, f6—Bs.a1, h1—Ts.é1, f8—Rh4



Mate em 3 lances

Proposição N.º 1992X032  
Por: R. ULRICH  
Chess Review, 1967

Pr.: [3]: Pd7-Ce3-Rf3  
Br.: [3]: Pg5-Cf7-Rd6



Branças jogam e ganham

**SOLUÇÕES DO N.º CCCLII**

N.º 1992X031 [NM]: 1. Tf68 [2. B65+, Rf5; 3. B64+] 1. .... Rf5; 2. B64+, Rf4; 3. B65++ 1. .... d6; 2. B64, d5; 3. B65++ 1. .... d5; 2. T8e5, d4; 3. T1e4++

N.º 1992X032 [RU]: 1. Ch6, Cç4; 2. Rd5, Rf4; 3. g6, Cd6; 4. R:d6 (e não: 4.g7?, Ce8; 5. g8=D, Cf6+=), Rg5; 5. ç7, Rf6; 6. Cf5! e as brancas ganham (e não: 6. g8=C+ ou B ou T ou D?).

**Tempo**  
Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica para o fim-de-semana.  
**Bom tempo!**



«Um Lugar na Alta Roda» — uma grande interpretação de Simone Signoret

**Neve**  
«Neige», (Fr./1981). Realização de Juliet Berto e Jean-Henri Roger. Interpretação de Juliet Berto, Jean-François Stévenin, Robert Liensol, Patrick Chesnais, François Balmer. Cor, 90 minutos.

Olhar fraterno e humano sobre um mundo de personagens à deriva, o argumento deste filme de Juliet Berto acompanha a investigação policial sobre o assassinato de um *passador* e sobre o percurso da droga na noite parisiense. Procurando afastar-se dos clichés habituais em filmes do género, foi objecto de algum destaque no Festival de Cannes de 1982.

Segunda, 00.40, Canal 1

**À Maneira de Cutter**  
«Cutter's Way», (EUA/1981). Realização de Ivan Passer. Interpretação de Jeff Bridges, John Heard, Lisa Eichhorn, Ann Dusenberry, Stephen Elliot, Nina Van Pallandt. Cor, 105 minutos.

Alguns bons momentos não chegam para arrancar da mediania este filme de intriga policial à volta do assassinio de um magna-

Brilhante exemplar da tradicional escola realista britânica, este filme de Jack Clayton conta a história de um jovem ambicioso e sem escrúpulos que, após uma juventude miserável, tenta chegar à riqueza fácil e ao topo da escala social ao casar com a filha do proprietário de uma fábrica onde trabalha, abandonando a mulher de quem era amante. A excelente fotografia a «preto e branco» capta perfeitamente a atmosfera pesada e cinzenta do Norte de Inglaterra, onde este profundo drama se desenrola. Neil Paterson (argumento) e Simone Signoret (atriz) arrancaram dois Oscars para este filme, cuja visão se recomenda.

Terça, 22.00, Canal 2

**A Fúria do Desejo**  
«Ruby Gentry», (EUA/1952). Realização de King Vidor. Interpretação de Jennifer Jones, Charlton Heston, Karl Malden, Josephine Hutchinson. P/B, 82 minutos.

Uma jovem «rapariga do povo» (Ruby) é amante de um homem rico (Boake Tackman) que não quer casar com ela. Para se vingar, ela casa com outro homem mais velho (Jim Gentry), de que vai enviuar, sofrendo a

## ÚLTIMAS

# a talhe de FOICE

## O repentista

*O secretário-geral do PSD, Falcão e Cunha, parece arrastar pela vida uma invulgar peculiaridade - a de andar atrasado e chegar de repente.*

*Começando pela sua chegada à governação, vimo-lo aparecer com uns bons 10 anos de atraso em relação ao 25 de Abril, mas em compensação a entrar de repente numa Secretaria de Estado.*

*Apesar de governante num executivo de Cavaco Silva, demorou também o seu tempo a chegar à intervenção político-partidária, sendo como independente que usou a cadeira do poder que lhe deram; todavia umas dissensões de que na altura pouco se soube - e de que, naturalmente, já ninguém se lembra - afastaram-no dessa efémera experiência governativa. Morreu então aí a sua novel independência, que deu lugar a uma tão súbita paixão çavaquista que o vimos entrar, de uma assentada, no PSD e no cargo de secretário-geral do partido.*

*Para quem chega tão lentamente às coisas, o menos que temos aqui é um comprovado repentista.*

*Tanto que, mal aquecido o cargo de secretário-geral do partido que detém a actual maioria, ei-lo a chegar de repente à teorização de fundo. E tão ao fundo que escolheu o Alentejo, esse mito português que já aguentou de tudo - das lutas do Interregno pela identidade nacional às ignorâncias do conselheiro Acácio, da grandeza da Reforma Agrária aos crimes dos vendilhões.*

*E disse o Cunha: «As autarquias do Sul não sabem gerir dinheiros do Governo».*

*Trata-se, obviamente, de mais uma chegada com atraso e de repente.*

*O atraso talvez explique esta curiosa confusão entre dinheiros do Estado e «dinheiros do Governo», que é coisa que, constitucionalmente, não existe; o resto do baralhamento deve ser por causa do jeito repentino de Falcão e Cunha chegar atrasado a tudo.*

*Na verdade toda a gente sabe, por realidade obviamente exposta, que o Alentejo era das zonas mais atrasadas do País no que toca a equipamentos sociais, desportivos e culturais, vítima que sempre foi do mais repressivo e retrógrado que o fascismo engendrou para o País.*

*Pelas mesmas comprovações do saber pela obra feita, também é conhecido de todos que a intervenção do Poder Local democrático na defesa dos interesses das populações teve, no Alentejo, das suas expressões mais exemplarmente produtivas, a ponto de hoje, 18 anos após um atraso ancestral, esta região ser das melhor servidas em abastecimento domiciliário de água, rede de esgotos, electrificação, estradas, caminhos, arruamentos, equipamentos culturais, desportivos e sociais, só para falarmos do óbvio.*

*Tudo isto feito com o constante minguar dos dinheiros do Estado, subtraídos pelo contínuo boicote do Governo e ao arrepião das leis do País, incluindo a Fundamental.*

*O Estado que Falcão e Cunha confunde com o Governo.*

*Governo onde o PSD sempre esteve presente e que há 10 anos é da sua exclusiva responsabilidade.*

*PSD de que Falcão e Cunha é secretário-geral.*

*Um partido, portanto, que merece o dirigente que escolheu ao chegar atrasado a tudo - ao desenvolvimento integrado que as autarquias promovem e o seu Governo emperra, à regionalização que as populações reivindicam e o Executivo trava, aos dinheiros que o Estado deve ao Poder Local e o Governo lhe sonega com o maior despudor.*

*Um partido que igualmente faz da política um jogo onde a promessa repentina nem sequer atrasadamente se cumpre, pois não chega a lado nenhum.*

*A não ser ao regresso monopolista e à exploração de outros tempos.*

*A não ser à reconstituição do latifúndio onde, no Alentejo que não beneficia dos «dinheiros do Governo», também hoje chegam os automóveis mais baratos para os ricos e mais caros para 93% da população.*

*Um Alentejo que conhece o atraso pelo combate que lhe move. E não anda para aí com repentistas.*

HC

# Contra o despedimento no Complexo do Cachão

Os trabalhadores do Complexo Agro-Industrial do Cachão manifestaram-se na segunda-feira em Bragança, protestando contra a intenção do conselho de administração de proceder ao despedimento colectivo de 120 pessoas.

O CAICA tem actualmente mais de 300 trabalhadores. A empresa, sediada no concelho de Mirandela e com administração nomeada pelo IPE (Investimentos e Participações do Estado), deveria ter como funções a transformação e comercialização dos

produtos agrícolas da região.

As dificuldades, os governantes responderam ao longo dos anos com promessas e afirmações favoráveis à viabilização, mas nunca concretizadas - como refere um documento entregue ao governador civil de Bragança, aos presidentes das câmaras municipais de Mirandela, Vila Flor, Macedo de Cavaleiros, Alfândega da Fé e Carraceda de Ansiães, e aos grupos parlamentares da AR, em nome da comissão de trabalhadores do Complexo, das organizações sindicais da

empresa e da União dos Sindicatos de Bragança. No documento, em que são referidas graves deficiências na gestão da empresa nos últimos tempos, os representantes dos trabalhadores do CAICA recusam que estes «sejam transformados em bodes expiatórios dos erros que outros cometeram» e exigem que sejam garantidos todos os 320 postos de trabalho, que sejam tomadas medidas para a recuperação do Complexo e que se apurem responsabilidades quanto à actual situação.

Também protestaram con-

tra a intenção de despedimento colectivo as ligas dos agricultores de Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor, alertando para as incertezas actuais relativamente ao pagamento das dívidas do CAICA aos produtores.

O PCP esteve representado na manifestação de dia 13 por dois membros do Secretariado da DOR de Bragança e pelo deputado Vítor Ranita, que se colocou ao dispor da comissão de trabalhadores para levar o problema à Assembleia da República.

## Federação das Cooperativas Agrícolas reclama

# Acção urgente contra a seca

A publicação urgente das medidas, anunciadas há cerca de um mês pelo Governo, contra as consequências da seca é reclamada pela Federação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Produção, numa nota divulgada segunda-feira. A FENCA, numa nota que fez chegar à nossa redacção, esclarece que «as chuvas caídas durante alguns dias não alteraram no essencial o panorama existente resultante do longo período de seca» e critica a lentidão com que o Governo está a reagir.

A demora do Governo em concretizar as medidas que anunciou - e que vários responsáveis, incluindo o próprio ministro da Agricultura, repetiram aos quatro ventos - «contrasta com as iniciativas prontamente decididas por outros países, como a Espanha, e coloca as cooperativas e os agricultores numa

situação insustentável», afirma a Federação.

A FENCA alerta para o facto de existirem «fundados receios de que as medidas de combate às consequências se limitem a uma zona geográfica restrita, sejam extremamente restritas e acabem por ser canalizadas quase exclusivamente para os grandes proprietários».

A Federação retoma uma série de propostas que entende necessárias, como a concessão de indemnizações, a fundo perdido e em função da área semeada, para as searas perdidas de cereais praganos e de oleaginosas; uma moratória de 18 meses no pagamento dos créditos para investimentos ou para fazer face aos temporais de há 2 anos; o fornecimento de forragens para a alimentação do gado; a intervenção do Estado no mercado da pecuária para evitar a degrada-

ção dos preços; a contagem do período de desemprego motivado pela seca como tempo de trabalho para o acesso ao respectivo subsídio e o cálculo do seu valor; a aceleração do processo de decisão para a construção do empreendimento do Alqueva e definição de um plano de gestão dos recursos hídricos em todo o País; a criação de comissões, no plano regional, constituídas por representantes do Ministério, do sector cooperativo e dos agricultores, para avaliar os efeitos da seca e acompanhar a implementação das medidas.

## Congresso extraordinário

O secretariado permanente

do Congresso sobre o Alentejo decidiu propor a realização de uma reunião extraordinária daquele *forum* regional, a 12 de Junho, em Beja. O congresso extraordinário deverá analisar os problemas provocados na região pela seca, colocando como tema central «A água como factor de desenvolvimento».

O 4º Congresso sobre o Alentejo teve lugar no ano passado, altura em que ficou marcada para 1993, em Portalegre, a próxima edição. A convocação do congresso extraordinário deveria ser aprovada na reunião da Comissão Promotora que foi marcada para anteontem, em Beja.

## Jardim agrediu um trabalhador

Alberto João Jardim agrediu na semana passada um trabalhador da construção civil. O PCP/Madeira manifestou publicamente o seu repúdio pelo «comportamento prepotente e arruaceiro» do presidente do Governo Regional, exigindo que as instituições competentes, nomeadamente o ministro da República, procedam a um rigoroso inquérito dos acontecimentos «por forma a fazer sentar Alberto João Jardim no banco dos réus, para responder pelos seus abusos de poder».

Na segunda-feira, dia 6, Jardim dirigia-se com a sua comitiva para Machico, para mais uma inauguração, quando deparou com um semáforo encarnado nas obras de alargamento da estrada, junto à Matur - refere um comunicado que a Direcção da Organização da Região Autónoma

da Madeira do PCP distribuiu à comunicação social e à população. Outros carros aguardavam já o sinal verde para avançar. Só que Alberto João não quis esperar e ultrapassou tudo e todos. O trabalhador que coordenava o trânsito, para evitar acidentes, mandou parar o carro de Jardim. Em resposta, o presidente do Governo Regional saiu da viatura e, com a ajuda de dois dos seus operacionais, agrediu à bofetada e ao pontapé o trabalhador que apenas cumpria a sua tarefa.

Este é o relato dos factos feito por algumas das muitas pessoas que assistiram à agressão, citado pela direcção regional do PCP num comunicado em que apela à população para «levantar a voz, protestar e lutar» e reafirma que «os trabalhadores podem contar com o PCP/Madeira».



## Encontro PCP-MDP

Uma delegação do Movimento Democrático Português foi recebida na segunda-feira passada, no centro de trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, pelos camaradas Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, e Carlos Brito, da Comissão Política. A delegação do MDP era constituída por Mário Casquilho, presidente do Conselho Geral, e José Augusto Gouveia, do Secretariado.

## Maratona

Num contacto telefónico, o grupo de estudos do PCP para a política desportiva transmitiu uma «saudação muito calorosa» ao atleta António Pinto e ao seu técnico Alfredo Barbosa, pela brilhante vitória conseguida no domingo na Maratona de Londres.